



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUILHERME RODRIGUES MAIA PIMENTA

**O PAPEL DAS AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS NA GUERRILHA DO
ARAGUAIA (1972-1974)**

GOIÂNIA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Guilherme Rodrigues Maia Pimenta

3. Título do trabalho

O PAPEL DAS AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS NA GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-1974)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina De Cassia Pereira Moraes, Professora do Magistério Superior**, em 26/08/2025, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Rodrigues Maia Pimenta, Discente**, em 27/08/2025, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5605183** e o código CRC **F05C73C2**.

GUILHERME RODRIGUES MAIA PIMENTA

**O PAPEL DAS AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS NA GUERRILHA DO
ARAGUAIA (1972-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em 2025, da Faculdade de História da Universidade Federal Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades

Linha de Pesquisa: Sertão, Poder e Identidades

Orientadora: Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pimenta, Guilherme Rodrigues Maia
O papel das Ações Cívico-Sociais na Guerrilha do Araguaia (1972-1974) [manuscrito] / Guilherme Rodrigues Maia Pimenta. - 2025.
CIX, 109 f.: il.

Orientador: Prof. Cristina de Cássia Pereira Moraes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2025.
Bibliografia.

1. ACISO. 2. Guerrilha do Araguaia. 3. Guerra Revolucionária. I.
Moraes, Cristina de Cássia Pereira, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **042/2025** da sessão de **Defesa da Dissertação** de **GUILHERME RODRIGUES MAIA PIMENTA**, que confere o título de **MESTRE em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **15h00min**, em **Formato Híbrido (Videoconferência e Sala de Defesas do PPGH)**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“O PAPEL DAS AÇÕES CÍVICO-SOCIAIS NA GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-1974)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Cristina de Cássia Pereira de Moraes (PPGH/UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Patricia Sposito Mechi (UNILA)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Rildo Bento de Souza (PPGH/FCS-UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Cristina de Cássia Pereira de Moraes**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Rildo Bento De Souza, Professor do Magistério Superior**, em 22/08/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 26/08/2025, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina De Cassia Pereira Moraes, Professora do Magistério Superior**, em 26/08/2025, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5563911** e o código CRC **E226449B**.

Referência: Processo nº 23070.041100/2025-24

SEI nº 5563911

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de História de Universidade Federal de Goiás pela oportunidade. À CAPES pela bolsa concedida.

Aos trabalhadores da secretaria da Faculdade de História, especialmente à Cintila e Margarida, que sempre estiveram disponíveis para me ajudar nas inúmeras dificuldades burocráticas que tive ao longo do mestrado.

À professora Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes (Zézona), por estar presente no meu processo desde o dia um, mesmo ainda não sendo minha orientadora à época. Agradeço por ter me instigado sobre a minha pesquisa na matéria sobre sertões e identidades. Agradeço por ter ouvido longos áudios de desabafo e por ter me resgatado da situação terrível em que me encontrava. Agradeço também por aceitar o desafio de orientar um trabalho cujo tema foge daquilo que normalmente trabalha e, por fim, agradeço por acreditar em mim e nas minhas capacidades enquanto pesquisador.

Não poderia deixar de agradecer à Ellen, minha companheira de vida, por sempre estar do meu lado. Agradeço a paciência e o amparo, seja na companhia do dia a dia, como também nos longos debates sobre o tema do presente trabalho. Agradeço por ser minha guia nesse processo tão turbulento que é o mestrado e por me tranquilizar nos momentos mais difíceis. Com certeza não teria conseguido sem a sua ajuda.

Um agradecimento especial aos meus cachorros, Pipoco e Jolyne. Eles não sabem, mas foram uma parte muito importante para o trabalho nos momentos de lazer, quero eternizá-los aqui também, como forma de sempre lembrar o amor incondicional que eles transmitem.

À minha família, por me permitir passar por esse processo com paz e tranquilidade.

Queria também agradecer às pessoas que me acompanharam e me apoiaram diariamente através das transmissões ao vivo na internet pela plataforma da Twitch.tv. Um obrigado especial à “Kommunidade” por estar, desde a graduação em História, me fazendo companhia nos estudos, nas alegrias e nos momentos difíceis. Vocês fizeram desse processo mais divertido e menos doloroso.

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar como as Ações Cívico-Sociais (ACISO) influenciaram na Guerrilha do Araguaia (1972-1974) e como objetivos específicos localizar as áreas em que essas operações foram executadas durante a guerrilha e identificar como as Ações Cívico-Sociais (ACISO) apareceram na região. As ACISO foram programas criados no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil e tinham como objetivo auxiliar populações em situação de pobreza no interior do país através de ajudas médicas, como criação de hospitais e campanhas de vacinação, construção de estradas, auxílio na demarcação de terras e, também, através da execução de palestras educativas para a população. Como fontes históricas foram usados os relatórios produzidos pelas Forças Armadas durante a Guerrilha do Araguaia, obtidos através do Arquivo Nacional, também foram analisados documentos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) referentes ao conflito, como o “Guerra Popular: O caminho da luta armada no Brasil”, “Relatório Arroyo” e o “Diário de velho Mauro”. Também foram utilizadas entrevistas de camponeses que moravam na região durante o conflito, obtidas através de outros trabalhos historiográficos. Por meio desses documentos e de trabalhos escritos sobre o tema, entende-se que as ACISO, ao mesmo tempo que auxiliavam a população, buscavam isolar e obter informações dos guerrilheiros. Entende-se também que as Ações Cívico-Sociais (ACISO) interferiram no conflito, mas não através do auxílio, sim na obtenção de informação sobre a região e seus moradores, apoiadores da guerrilha, e facilitando o massacre efetuado pelo Exército meses depois da conclusão da operação.

Palavras-chave: ACISO, Guerrilha do Araguaia, Guerra Revolucionária.

Abstract

This research has as its main objective to analyze how the Ações Cívico-Sociais (ACISO) influenced the Araguaia Guerrilla (1972–1974), and as specific objectives, to locate the areas where these operations were carried out during the guerrilla war and to identify how the Ações Cívico-Sociais (ACISO) appeared in the region. The ACISO were programs created during the period of the Civil-Military Dictatorship in Brazil, aimed at assisting impoverished populations in the countryside through medical aid, such as the establishment of hospitals and vaccination campaigns, road construction, support in land demarcation, and also through the delivery of educational lectures to the population. As historical sources, reports produced by the Armed Forces during the Araguaia Guerrilla were used, obtained through the National Archives. Documents from the Partido Comunista do Brasil (PCdoB) related to the conflict were also analyzed, such as “Guerra Popular: O caminho da luta armada no Brasil”, “Relatório Arroyo”, and “Diário de velho Mauro”. In addition, interviews with peasants who lived in the region during the conflict, collected through other historiographical works, were utilized. Based on these documents and on works written on the subject, it is understood that the ACISO, while assisting the population, also sought to isolate and gather information about the guerrillas. It is also understood that the Ações Cívico-Sociais (ACISO) interfered in the conflict, not through aid itself, but by obtaining information about the region and its inhabitants, supporters of the guerrilla, thus facilitating the massacre carried out by the Army months after the conclusion of the operation.

Keywords: ACISO, Araguaia Guerrilla, Revolutionary War.

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1 – Um novo modo de combater uma nova forma de guerra: a Doutrina da Guerra Revolucionária e o surgimento das Ações Cívico-Sociais (ACISO).	19
1.1 A Doutrina da Guerra Revolucionária	20
1.2 A chegada da Doutrina da Guerra Revolucionária no Brasil, uma análise da palestra do Coronel Augusto Fragoso.	26
1.3 As Ações Cívico-Sociais (ACISO) no Brasil	38
Capítulo 2 - O Araguaia até a Guerrilha	49
2.1 O camponês do Araguaia	51
2.2 O PCdoB: da criação do Partido até o Araguaia	59
2.3 A chegada do Exército: início do conflito	67
Capítulo 3 - Operações ACISO na Guerrilha do Araguaia	72
3.1 Segunda campanha do exército	73
3.2 ACISO na Guerrilha do Araguaia	80
3.2.1 Análise do Relatório das Operações Psicológicas e ACISO, anexo “C” do Relatório da Manobra Araguaia/72 – Operação Papagaio de novembro de 1972.....	81
3.2.2 Análise do Relatório das Operações de ACISO de 20 de outubro de 1972.....	88
3.3 Como as ACISO interferiram na Guerrilha do Araguaia	93
Considerações finais	103
Referências Bibliográficas	108

Introdução

No dia 8 de janeiro de 2023 houve uma tentativa de golpe de Estado no Brasil que visava invalidar as eleições presidenciais de 2022 – em que Luís Inácio Lula da Silva havia vencido – e instaurar um novo regime militar no Brasil. Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram e vandalizaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal clamando por intervenção militar.

Os agentes que cooperaram com esse ato não são o foco dessa reflexão, tanto que no momento em que está sendo escrito o trabalho as investigações sobre os responsáveis por tais atos ainda não foram concluídas. Porém, o fato de certa parte da população, mesmo não sendo maioria, clamar pela volta da Ditadura Civil-Militar¹ é o que mais chama a atenção, seja pela ressignificação desse passado terrível, que certa parte da política brasileira tenta impor, ou pela normalização dos discursos inconstitucionais e antidemocráticos.

A Ditadura Civil-Militar no Brasil é um período para ser lembrado, mas não de maneira saudosa, e sim como um período que nunca deve se repetir. Não se pode normalizar discursos que questionam a violência, a censura e a crueldade do Estado ditatorial brasileiro. Deve-se continuar a falar sobre tal período, mas para não se esquecer. Por isso, esmiuçar esse período histórico é uma tarefa muito importante para a história brasileira.

Dito isso, o presente trabalho pretende discutir as Ações Cívico-Sociais (ACISO) durante a Guerrilha do Araguaia e, mais especificamente, o impacto gerado por essas ações no conflito que ocorreu no Bico do Papagaio entre 1972 e 1974. As Ações Cívico-Sociais (ACISO) consistiam em programas feitos pelo governo militar com o objetivo de prestar assistência para a população brasileira, mais especificamente, a população do sertão. Elas contavam com ações como a vacinação da população, atendimento na área da saúde, distribuição de alimentos, construção e pontes, entre outras.

Assim como outros programas do Governo durante a ditadura, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) tinham um outro objetivo além da prestação de serviços à população: o de propaganda

¹ Neste trabalho adota-se o termo Ditadura Civil-Militar para se referir ao período de intervenção militar que durou de 1964 até 1985. A preferência dada ao termo remonta ao apoio de parte da sociedade brasileira tanto no Golpe Militar de 1964, através de manifestações como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, tanto durante o regime ditatorial com o apoio de certa camada da sociedade. “Lucileide Cardoso conclui que o termo civil-militar, considerando sua complexidade, é o que melhor expressaria os desdobramentos do 31 de março de 1964. Um movimento conservador, contrário às Reformas de Base, ao projeto nacional popular e à ampliação da participação popular, “capaz de expressar os interesses das classes dirigentes com respaldo da classe média, garantindo o atrelamento do empresariado nacional ao capitalismo internacional” (Cardoso, 2012, p. 4) (Cardoso e Moreira, 2024). Importante ressaltar que, ao usar o termo Civil-Militar para referir-se à Ditadura, não diminui ou isenta a participação militar durante o período, muito menos é uma forma de “absolvê-los” das torturas e dos demais crimes cometidos, é somente uma forma de remontar o período como ele realmente foi.

para o Governo Militar. Essas ações, que aconteciam em todo o país, intentavam promover uma impressão positiva da população em relação ao governo, proporcionando o sentimento patriótico e de acolhimento, o que dificultaria o caminho para uma possível revolta popular.

Mesmo assim, durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, surgiram movimentos de esquerda com o intuito de derrubar o sistema vigente, principalmente a partir de 1966, em que movimentos como a Ação Libertadora Nacional (ALN)² e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)³ se consolidaram. Alguns desses movimentos, como o da guerrilha organizada pelo PCdoB, no Araguaia, passaram para a luta armada.

A decisão do Partido Comunista do Brasil⁴ de partir para luta armada foi materializada em um documento intitulado “Guerra Popular: O caminho da luta armada no Brasil”, publicado pelo comitê central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em janeiro de 1969. Porém, já era claro que o partido resistira à ditadura de maneira mais ativa, visto que o intuito em realizar a luta armada foi um dos motivos pelo racha com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, porque, segundo a Comissão Nacional da Verdade⁵, o partido já desenvolvia atividades relacionadas à Guerrilha desde 1966, quando os seus primeiros membros, futuros guerrilheiros, chegavam no Bico do Papagaio.

A escolha do Partido pela guerrilha no campo, justificada também no documento citado acima, vem da influência internacional nas lutas revolucionárias de outros países. Tanto a Revolução Cubana, a luta Argelina, a vitória do Vietnã contra os Estados Unidos, quanto a Revolução Chinesa foram movimentos que tiveram o campo e o campesinato como protagonistas, fazendo com que as organizações brasileiras de esquerda também olhassem esses agentes como revolucionários (Gorender, 1987).

² A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi criada em 1968 por Carlos Marighella, Virgílio Gomes da Silva e Joaquin Câmera Ferreira, dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ela defendia a necessidade da luta armada no Brasil com o objetivo de derrubar o Regime Militar para a instalação de um governo popular. Focada mais na guerrilha urbana, um dos feitos da ALN foi o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick no Rio de Janeiro, em 1969, com o apoio de outro grupo guerrilheiro, o MR8 (Fundação Getúlio Vargas).

³ A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi criada em 1968 por dissidentes da Política Operária (Polop) e ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), em sua maioria estudantes e ex-militares. Em 1969, por causa de divergências internas, a organização se fundiu com o Comando de Libertação Nacional (Colina) e começou a se denominar VAR-Palmares. Nessa fase, a organização começou a se destacar pelas suas ações armadas e, também, com a participação no sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Hollenben (Fundação Getúlio Vargas).

⁴ O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se formou em 1956 após uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa separação foi o resultado de várias divergências internas que vinham se acumulando desde o vigésimo Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que pautava, dentre outras pautas, a tática revolucionária da “linha pacífica”, um processo em etapas, que deveria passar primeiro pela luta antifeudal e anti-imperialista (Memorial da Democracia), linha que os futuros dirigentes do PCdoB, João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, eram contra.

⁵ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV teve por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (Comissão Nacional da Verdade, 2014a).

O local escolhido para realização da guerrilha foi a região entre os Estados do Maranhão, Pará e Goiás⁶, que englobava, inicialmente, as cidades de Xambioá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Sebastião, Araguatins, Tocantinópolis e Brejo Grande do Araguaia. Essa região foi escolhida levando em conta os aspectos políticos e territoriais que atendiam a cartilha publicada em 1969. Um desses principais aspectos era a dinâmica política na região, em que havia constantes embates envolvendo a questão da terra e um abandono do Estado brasileiro em diversos aspectos.

Este último era um dos motivos pelos quais essa região era isolada das políticas públicas e até das leis brasileiras, criando sua própria dinâmica, regras e leis. Além disso, esse abandono do Estado na região é um ponto importante de ser considerado na análise pois, ao se iniciar o confronto entre os guerrilheiros e as Forças Armadas, o Estado Brasileiro tentou se aproximar da população local para facilitar o combate com os “terroristas”. Essa aproximação foi feita em várias frentes, uma delas, que é o objeto de estudo desse trabalho, foi através das Ação Cívico-Sociais (ACISO), que ocorreram a partir da segunda campanha do Exército contra a Guerrilha, no ano de 1972.

As Ações Cívico-Sociais (ACISO) vinham em formas de ajudas médicas, como campanhas para a vacinação contra a malária, também com auxílios nas demarcações de terra dos camponeses, algo que era de interesse da população local. A estratégia, segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade, uma comissão criada para investigar violações dos direitos humanos ocorridos durante a Ditadura Civil-Militar, era isolar socialmente os guerrilheiros, tentar neutralizar o trabalho de base que havia sendo feito até então, visando enfraquecer o vínculo que se criava entre os “paulistas”, como eram chamados os guerrilheiros, e os camponeses.

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, essas ações teriam um caráter duplo, pois ao mesmo tempo que visavam garantir o apoio da população local às forças do Estado, com isso isolando os guerrilheiros, também queriam garantir a estabilização de uma rede de informações sobre as ações deles (Comissão Nacional da Verdade, 2014a).

Essa preocupação com o bem-estar da população para evitar insurreições tem grande influência das experiências do Estado francês com insurreições de caráter revolucionário em suas colônias africanas. O Estado brasileiro começou a ver na pobreza uma possível semente

⁶ Durante o período que abrangeu a Guerrilha do Araguaia, o Estado de Goiás era governado por Leonino Caiado (1933-?), que fazia parte da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o Estado do Pará era governado por Fernando Guilhon (1920-1976), do ARENA, e o Estado do Maranhão era governado por Pedro Neiva de Santana (1907-1984), também do ARENA.

de ideias subversivas, por isso as ações como as Ações Cívico-Sociais (ACISO) começaram a ser cada vez mais utilizadas como meio de prevenir tais insurreições.

Muitos pensamentos e estratégias de como lidar com movimentos subversivos foram importados dos pensadores da Escola Superior de Guerra Francesa através de manuais, palestras e da vinda de representantes franceses para ajudar os militares brasileiros na repressão de presos políticos. Assim, torna-se muito importante também a análise da doutrina importada da França, a Doutrina da Guerra Revolucionária. Essa foi uma linha de pensamento criada pelos militares franceses que usavam estratégias e táticas dos guerrilheiros para combatê-los. A Doutrina Francesa da Guerra Revolucionária se ancorava na guerra psicológica e no controle de informações para impedir que grupos subversivos conseguissem emplacar revoltas que ameaçassem a segurança nacional que o Exército presava estabelecer.

Inicialmente, a problemática da pesquisa era analisar como os guerrilheiros do PCdoB enfrentaram as Forças Armadas, a partir da catalogação das estratégias e táticas utilizadas pelos militantes na mata do Bico do Papagaio. Porém, após leitura de relatórios do Exército, encontrados e disponíveis no acervo digital do Arquivo Nacional⁷, a maneira de combater a Guerrilha em duas frentes utilizada pelas Forças Armadas, que foi citado pela Comissão Nacional da Verdade e que teve origem nessa Escola francesa de Contraguerrilha, e posteriormente aprimorada pela Escola de Guerra Estadunidense, se mostrou uma parte essencial para a análise do conflito no Araguaia que ainda poderia ser aprofundada.

Além desse aspecto de, ao mesmo tempo que auxiliava a população, conseguia informações da região e das próprias pessoas que estavam sendo ajudadas, existe também um “choque” de fontes de como foi a relação do Exército com os camponeses. Ao mesmo tempo em que relatórios do Exército recomendavam um bom trato com a população local com fins a ganhar a confiança e a confidência dos moradores do Bico do Papagaio⁸, documentos do PCdoB mostram que o contato com as Forças Armadas sempre foi violento.

Tendo em vista essa relação do Estado brasileiro com a população, que vai de um “quase abandono”, em relação ao camponês, à uma série de ações assistencialistas, com o objetivo de

⁷ “O Arquivo Nacional, criado em 1838, é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Siga), da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com status de secretaria. Tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.” (Brasil, 2023)

⁸ Bico do Papagaio é uma região situada nas fronteiras entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins (na época ainda era Goiás). A região tem esse nome, pois sua forma se assemelha a cabeça da ave ao olhar pelo mapa.

conseguir informações para o combate de uma guerrilha rural, a questão que norteia esta pesquisa é: como as Ações Cívico-Sociais (ACISO) interferiram na Guerrilha do Araguaia?

Essa pergunta é muito importante quando se analisa o conflito, visto que antes do Exército brasileiro chegar ao Araguaia, os militantes do PCdoB já estavam fazendo ações que tinham como objetivo ajudar a população, como a construção de escolas e a ajuda com consultas médicas. Além disso, os camponeses da região viam na presença do Estado – quando estava presente – a opressão na forma da Polícia Militar, além de terem que lidar diariamente com o conflito envolvendo a luta pela posse de terras com latifundiários e grileiros.

Durante todo o trabalho, foram analisados diversos documentos, entre eles arquivos de militares do Exército brasileiro, entrevistas dos camponeses que viveram o conflito e alguns documentos do PCdoB, como o “Guerra Popular: O caminho da luta armada no Brasil” (Coletivo Bandeira Vermelha, 1969), o “Relatório Arroyo” (Arroyo, 2009) e o “Diário do velho Mauro” (Grabois, 2013). Todos estes documentos emergem na busca por tentar analisar a importância das ações de cunho assistencialista das Forças Armadas sobre os camponeses do Araguaia.

Além desses documentos, foram efetuadas leituras de trabalhos anteriormente escritos sobre a guerrilha e as Ações Cívico-Sociais (ACISO), tendo como maiores contribuições, respectivamente, a tese de doutorado de Patrícia Mechi e também a tese de doutorado de Plínio Guimarães. A tese de Mechi (2014) é muito importante para entender a relevância histórica do camponês no Araguaia e também para se ter uma visão da Guerrilha como um todo. Já a tese de Guimarães (2014) contribui para a compreensão do surgimento das Ações Cívico-Sociais (ACISO), desde o porquê da sua criação até a maneira com que eram utilizadas pelos militares.

Porém, em ambos os trabalhos as partes dedicadas as Ações Cívico-Sociais (ACISO) na guerrilha do Araguaia poderiam ser aprofundadas, pois não foram, necessariamente, o foco de nenhuma das duas teses. Guimarães (2014) analisa as Ações Cívico-Sociais (ACISO) por meio de revistas que circulavam na comunidade militar durante a ditadura e, como o governo ditatorial não queria dar ênfase em uma revolta popular no interior do país, supõe-se que as Ações Cívico-Sociais (ACISO) nessa região, durante o período da Guerrilha, não foram documentadas nessas revistas.

No trabalho de Mechi (2014) o foco é muito maior na importância histórica dos camponeses da região no conflito, já que, como é enfatizado pela autora durante todo o trabalho, tende-se a apagar a história do camponês quando se estuda revoltas no campo. As Ações Cívico-Sociais (ACISO) são citadas no trabalho, já que fazem parte do conflito, mas existe espaço para aprofundar no assunto.

Dito isso, evidencia-se a importância do presente trabalho. Um estudo focado nas ACISO durante a guerrilha do Araguaia pode contribuir com o aprofundamento dos futuros estudos sobre o conflito. Sobretudo, o trabalho tem sua importância para identificar as outras formas de opressão exercidas pela Ditadura Civil-Militar no Brasil que vão além da censura e a repressão em forma de tortura e assassinatos.

Para obter as informações necessárias para a execução desse trabalho, foi feita uma análise documental de relatórios das Forças Armadas, que estão presentes no Acervo Nacional, assim como outros manuais sobre a Doutrina Francesa de Contra Guerrilha. Para além disso, a análise do relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre a Guerrilha do Araguaia trouxe significativos avanços para a pesquisa, visto que foi um grande trabalho que expôs muitos dos atos de terror durante a Ditadura Civil-Militar.

Assim, o objetivo principal desse trabalho é analisar como as Ações Cívico-Sociais (ACISO) influenciaram na Guerrilha. Para tanto, é preciso saber sobre o caráter da população local; os conflitos já existentes da região estudada; como os guerrilheiros se planejaram para lutar contra a ditadura; e como o Estado brasileiro se utilizou do poder para dar um fim a guerrilha. Essas informações foram obtidas, como dito anteriormente, através de análises de documentos das Forças Armadas da época da Guerrilha, cartas e diários deixados por guerrilheiros, assim como documentos oficiais do PCdoB e entrevistas concedidas por moradores da região que foram afetados pelo conflito.

O trabalho também tem como objetivos específicos localizar as áreas em que as Ações Cívico-Sociais (ACISO) foram executadas durante a Guerrilha do Araguaia; identificar o modo com que essas ações apareceram na região, levando em conta suas particularidades; explicar se as Ações Cívico-Sociais (ACISO) interferiram diretamente na Guerrilha e, caso tenha interferido, como foi.

Aparentemente, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) tiveram um efeito que agradou às Forças Armadas em um primeiro momento: o de atrair a população local para o seu lado. Porém, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, esse sucesso teria sido apenas temporário, e que “tão logo o Exército retirasse suas tropas, as chamadas ‘condições favoráveis’ para a guerrilha rural reapareceriam” (Comissão Nacional da Verdade, 2014a, p.12).

O Estado brasileiro não estava preocupado em melhorar a qualidade de vida da população local, muito menos em se fazer presente numa região onde nunca havia feito questão de estar. As chamadas “condições favoráveis para a guerrilha rural”, que voltariam caso o Exército recuasse, seriam as dificuldades decorrentes da pobreza, dos latifúndios e da falta de postos médicos, por exemplo. Portanto, para o Estado brasileiro era mais fácil exterminar os

guerrilheiros com a operação Marajoara, uma operação das Forças Armadas de cunho violento que seguiu as operações de informação, do que atender as reivindicações dos camponeses.

Nesse sentido, essa dissertação foi dividida em três capítulos: o primeiro abordando a origem de atividades como as Ações Cívico-Sociais (ACISO), com o foco em analisar a Doutrina da Guerra Revolucionária, a trajetória dessa doutrina no Brasil até chegar ao surgimento das Ações Cívico-Sociais (ACISO).

O segundo capítulo aborda a região onde aconteceu o conflito e as características dos agentes históricos que participaram da Guerrilha. São elucidadas as características dos camponeses do Araguaia, desde suas lutas antes da guerrilha até o início do conflito; os guerrilheiros do PCdoB, englobando desde a criação do partido, a decisão de partir para a luta armada, a chegada dos primeiros militantes e a relação que foi criada com os camponeses; também apresenta o primeiro contato dos militares com os moradores da região.

O terceiro capítulo tem como enfoque as operações Ações Cívico-Sociais (ACISO) na Guerrilha do Araguaia, em como se desenvolveu a segunda campanha do Exército até a região, campanha essa em que houve o maior número de operações de caráter assistencialista. Há a análise dos relatórios do Exército brasileiro sobre as operações de informação e de Ações Cívico-Sociais (ACISO) e, por fim, consta a discussão sobre como essas operações interferiram no andamento da Guerrilha.

Capítulo 1 – Um novo modo de combater uma nova forma de guerra: a Doutrina da Guerra Revolucionária e o surgimento das Ações Cívico-Sociais (ACISO).

Pode-se dizer que a partir da Revolução Bolchevique⁹, na Rússia, oligarcas e setores conservadores do mundo todo passaram a temer o levante da classe trabalhadora e, conseqüentemente, uma revolução comunista em seus respectivos países. Não foi diferente no Brasil já que em 1922, pouco mais de 5 anos após a Revolução Russa, foi criado o então Partido Comunista do Brasil (PCB). Já na década de 1930, com a adesão de Luís Carlos Prestes¹⁰ ao PCB e a formação da ANL (Aliança Nacional Libertadora), as ideias comunistas ganharam popularidade e relevância no Brasil.

Também na década de 1930, era crescente a insatisfação da classe trabalhadora com o governo de Getúlio Vargas (1882-1954) que, após a instituição da Lei de Segurança Nacional de 1935, que colocou a ANL na ilegalidade e, somado a outras reivindicações de certa camada de militares de esquerda, gerou levantes em Natal, Recife e Rio de Janeiro, que ficaram conhecidos como a Intentona Comunista¹¹ (Capiotti, 2023).

Porém, foi só a partir da década de 1950, com a solidificação da República Popular Chinesa, sob liderança de Mao Tsé-tung (1893-1976), e com revoluções populares começando a eclodir na América Latina, como a Revolução Cubana de 1953¹², que uma possível Revolução Brasileira se tornou pauta central no imaginário do Exército Brasileiro.

Instituições como a Escola Superior de Guerra (ESG), que tinha como fim desenvolver estudos para aprimorar a Defesa Nacional, começou a pesquisar maneiras de prevenir e

⁹ “A Revolução Russa, ou, mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal [um sinal para os povos se levantarem]. Tornou-se, portanto, tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX. [...] a Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. [...] as conseqüências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna” (Hobsbawn, 1995, p. 51).

¹⁰ Luiz Carlos Prestes (1898-1990) foi uma das figuras mais importantes para a política brasileira no século XX. Participou do movimento tenentista, deu nome a um movimento militar contra a República Velha, a Coluna Prestes. Em 1930 assume a liderança do movimento que ficou conhecido como a “Revolução de 30” e se aproxima das ideias do PCB, se tornando figura popular no partido e secretário geral até 1980. Cf Prestes (2006).

¹¹ Intentona Comunista foi um levante contra o governo de Getúlio Vargas. O movimento teve a participação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), do Partido Comunista do Brasil (PCB) e ocorreu em Natal, Recife e no Rio de Janeiro. “Dia 27 de novembro estourava no Rio de Janeiro a rebelião que ficou conhecida como “Intentona Comunista”. O levante, iniciado no 3º Regimento de Infantaria (3º RI) e secundado por rebeldes da Escola de Aviação Militar (EAM), acompanhava, já anacronicamente, os levantes do dia 23 – iniciado pelo 21º Batalhão de Caçadores (BC), sediado em Natal – e do dia 24 – no 29º BC, em Recife” (Fausto, 2018, p. 92).

¹² A Revolução Cubana ocorreu em 1959 e teve Fidel Castro (1926-2016) e Che Guevara (1928-1967) como seus protagonistas. A revolução foi caracterizada pela estratégia de guerrilha utilizada pelos vitoriosos revolucionários cubanos contra o general Fulgêncio Batista. “A vitória do exército rebelde foi genuinamente sentida pela maioria dos cubanos como um momento de libertação e infinita promessa, encarnada em seu jovem comandante” (Hobsbawn, 1995, p. 338).

combater um movimento revolucionário que poderia eclodir no Brasil. Um dos modelos encontrados foi a Doutrina da Guerra Revolucionária, uma teoria fundada e inicialmente difundida por militares franceses, para combater movimentos insurrecionais na Argélia, e mais tarde aprofundada e distribuída aos países latino-americanos pelos Estados Unidos (Silva, 2015).

No presente capítulo será feita uma análise dessa teoria, assim como sua chegada no Brasil e como sua herança se tornou um dos pilares da Ditadura Civil-Militar na maneira de combater *subversivos*, durante o regime ditatorial, através de ações de assistencialismo por todo o Brasil.

1.1 A Doutrina da Guerra Revolucionária

Como dito anteriormente, a tendência ao surgimento de revoluções de teor socialista no resto do mundo foi um dos fatores que influenciaram a Escola Superior de Guerra (ESG) a procurar novas formas de prevenção e combate para reforçar a segurança nacional. Uma doutrina que chamou bastante atenção foi uma com origem nas guerras coloniais da França, que apareceu na América Latina, em 1956, mais especificamente na Argentina:

No processo de importação das ideias francesas, o pioneirismo coube à Argentina. Como mostrou Ernesto López, o então coronel Carlos J. Rosas, que acabava de regressar da França, assumiu em 1956 a subdireção da Escuela Superior de Guerra, em Buenos Aires, dando início a um processo de redefinição doutrinária calcado nos ensinamentos de veteranos franceses da Indochina e da Argélia (Martins Filho, 2008, p. 40).

Essa nova doutrina ficou conhecida como Guerra Revolucionária. Com origem francesa, ela repercutiu entre os meios militares, pois foi usada na repressão da Revolução Argelina em 1954¹³. A Guerra Revolucionária consistia em um estilo de combate voltado para revoltas e

¹³ A Revolução Argelina consistiu em um conflito entre a *Front de Libération Nationale* (FLN), uma organização revolucionária argelina e o Estado francês e teve início em 1º de dezembro de 1954. Os revolucionários adotaram uma organização partidária leninista-maoísta inspirada nos Vietcongs, utilizando assassinato e terror contra funcionários franceses e, ao mesmo tempo, começaram a fornecer serviços de saúde, bem-estar e educação para a população local. A luta armada durou até 1962, com a derrota do Estado francês e a independência da Argélia 4 meses depois (Maisey, 2021).

insurreições internas, dentro do próprio país, com estratégias voltadas para neutralizar guerrilhas rurais e urbanas.

Era uma doutrina mais atrativa para países em desenvolvimento do que a doutrina norte-americana de luta contra a insurreição¹⁴, pois tanto a Escola Superior de Guerra argentina¹⁵, quanto a Escola Superior de Guerra brasileira, posteriormente, entenderam que o foco no combate deveria ser um novo tipo de guerra que estava surgindo, a guerra por uma revolução, não um combate voltado para uma guerra nuclear, como defendido pela doutrina norte-americana:

Enfim, a doutrina militar francesa oferecia aos militares de nossos países uma definição flexível e funcional do inimigo a enfrentar, ao mesmo tempo em que, no plano geopolítico, valorizava o Terceiro Mundo como cenário do confronto mundial da Guerra Fria. Afinal, ocupava o centro dessa doutrina a ideia de que, “enquanto os Estados Unidos e seus aliados estavam hipnotizados pela perspectiva da guerra nuclear, o comunismo flanqueava as defesas do Ocidente a partir do Sul, e se não fosse contido destruiria, ao fim, a civilização ocidental” (Shy e Collier, 1986, p. 852). (Martins Filho, 2008, p. 42).

A ideia de colocar seus esforços contra o comunismo¹⁶ como inimigo interno, ao invés de se projetar contra esse inimigo vindo de países em que já houvera revoluções comunistas, vem da derrota francesa na Indochina, em que os franceses perderam o domínio da região por uma revolta popular que não souberam lidar da maneira mais adequada. Para eles, ali tinha surgido um novo tipo de guerra, em que não deveria haver distinção entre os meios militares e não militares, e a combinação entre ideologia, política e belicosidade:

No final dos anos de 1950, antes mesmo da eclosão da Revolução Cubana, os franceses eram os únicos a tratar do tema da guerra revolucionária. Desde meados dessa década, após a fragorosa derrota em Dien-Bien-Phu e a eclosão

¹⁴ Posteriormente, a doutrina norte-americana, devido à geopolítica e à necessidade de manter sob controle os países do cone Sul, voltou seus estudos para o aprofundamento no combate a insurreições comunistas que poderiam surgir na América Latina. O interesse estadunidense em manter a ordem capitalista resultou na exportação da Doutrina de Segurança Nacional para países latinos, incluindo o Brasil, na criação e divulgação de cursos para militares através da Escola das Américas (1946) e na venda de armamentos. Os Estados Unidos passaram assim a se importar com insurreições de caráter comunista em seu “quintal” e sua influência nos exércitos dos países latinos através de sua doutrina é inegável (Comblin, 1978).

¹⁵ Escola Superior de Guerra Argentina, de agora em diante, ASG.

¹⁶ “Comunismo designaria tanto uma sociedade sem classes, sem propriedade e sem posse – privada ou nacionalizada – dos meios de produção, sem produção de mercadorias, dinheiro ou um aparato estatal separado e apartado dos membros da comunidade, e o movimento sociopolítico para alcançar tal sociedade. Depois da vitória da Revolução Russa de Outubro de 1917, esse movimento seria amplamente identificado com partidos comunistas e uma Internacional Comunista (ou ao menos um ‘movimento internacional comunista’)” (Mandel, 1990, s/p)

da rebelião na Argélia, fortaleceu-se no Exército francês a ideia de que a razão da derrocada na Indochina fora o fato de que a doutrina militar não estava preparada para enfrentar um novo tipo de guerra. A principal característica desta forma de conflito era a indistinção entre os meios militares e os não militares e a particular combinação entre política, ideologia e operações bélicas que ela proporcionava (Martins Filho, 2008, p. 41).

Generais franceses tornaram a Doutrina da Guerra Revolucionária o centro do seu pensamento militar, pois era muito importante saber lidar com esse tipo de revolta popular para, conseqüentemente, lidar com as futuras guerras revolucionárias que surgiriam. Esse novo pensamento “oferecia um diagnóstico e um remédio para aquilo que um influente grupo de militares de carreira franceses via como a doença principal do mundo moderno, ou seja, a falência do Ocidente em enfrentar o desafio da subversão comunista atea” (Shy; Collier, 1986, p. 852, tradução nossa).

Com essa “falência do Ocidente” que, na mente desses militares estava cada vez mais próxima de se tornar realidade e, também, levando em conta que uma das principais características desse novo modelo de conflito era a não distinção entre os meios militares e não militares, a viabilidade do sistema democrático começou a ser questionada. Segundo os militares e os não militares, a democracia da maneira que existia, com a separação entre o político e o militar, seria uma barreira para o Exército combater os revolucionários, visto que seria necessário um controle de informações que romperia o que é aceito em uma democracia:

Assim, essa doutrina entra no campo das relações civis-militares. Ao fazê-lo, não hesita em afirmar que, se a sociedade democrática é incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então seria preciso mudar a sociedade, não o Exército. Na expressão de um de seus principais teóricos, o comandante Hogard, “é tempo de perceber que a ideologia democrática tornou-se impotente no mundo atual” (Paret, 1964, p. 28) (Martins Filho, 2008, p. 41).

Então, a doutrina da Guerra Revolucionária também foi um fator de relevância para impor a ideia de que, eventualmente, a “democracia” e a luta contra a Guerra Revolucionária seriam necessárias para que não haja uma revolução comunista. Isso não significa que ela foi o motivo principal para o golpe que ocorreu no Brasil em 1964¹⁷, porém essa doutrina solidificou na mente dos militares brasileiros que o sistema democrático não resistiria a uma revolução comunista.

¹⁷ No dia 1º de abril de 1964 os militares do Exército brasileiro efetuaram um golpe sobre o Presidente João Goulart e sobre a democracia brasileira que viria a colocar o país sob uma Ditadura que durou até 1985 com a posse de José Sarney como presidente do Brasil.

Além da desconfiança com o sistema democrático, a relação de militares brasileiros com militares estadunidenses, que se estreitaram após a Segunda Guerra Mundial e no início da Guerra Fria, foi crucial para o surgimento e aprimoramento de estratégias contra o avanço do comunismo no país. A Doutrina de Segurança Nacional americana, criada na década de 1940 e, posteriormente, importada para o Brasil, tinha como um de seus preceitos entender a política como guerra, o que fazia os militares brasileiros verem qualquer um como potencial ameaça comunista, até mesmo o sistema democrático¹⁸ (Comblin, 1978).

Importante destacar o que Martins Filho (2008) menciona na citação a respeito da irreverência dos militares ao sistema democrático ao incitar que a sociedade precisaria mudar para ajudar o Exército a combater essa suposta falência do Ocidente. Os teóricos franceses colocavam a instituição militar como salvadora da sociedade e da liberdade, mas para isso tinham que acabar com a liberdade de escolha e mudar a sociedade as suas exigências.

Esse tipo de análise da conjuntura mundial “cairia como uma luva” mais tarde na linha de pensamento da Escola Superior de Guerra brasileira, pois esse modelo francês era genérico ao ponto de que, ao adotar essa doutrina, poder-se-ia moldá-la ao inimigo de preferência:

Vale dizer, o esquema francês era genérico o suficiente tanto para permitir que o Exército argentino definisse como seu principal inimigo o peronismo, que nada tinha a ver com o comunismo, como para dar ao Exército brasileiro uma justificação a mais para combater os nacionalistas ou os católicos radicais, além dos comunistas de várias feições (Martins Filho, 2008, p. 42).

Para evitar confusões acerca das nomenclaturas, a Doutrina Francesa da Guerra Revolucionária, que foi criada para combater um novo estilo de guerra, também fora chamada de Guerra Revolucionária. Observa-se, portanto, que a doutrina é nomeada daquilo que visa combater. Martins Filho (2008), no trecho a seguir, demonstra a diferença entre esses dois termos:

O coronel Georges Bonnet resume a questão numa fórmula simples: “guerra *partisan* + guerra psicológica = guerra revolucionária”. Trata-se, assim, de uma doutrina que extraía seu nome do fenômeno que visava combater – a guerra revolucionária. Esta, por sua vez, é definida por Girardet como “uma doutrina de guerra exposta pelos teóricos marxistas-leninistas e explorada por movimentos revolucionários de várias tendências” (Martins Filho, 2008, p. 42 *apud* Paret, 1964, p. 143).

¹⁸ Apesar do foco do subcapítulo ser a origem da Doutrina da Guerra Revolucionária, é importante citar desde já que essa doutrina não foi a única assimilada pelo Exército brasileiro no combate a possíveis revoltas comunistas. A Doutrina da Segurança Nacional, por exemplo, teve grande influência para questões sobre defesa do território nacional e como, principalmente durante a Ditadura Civil-Militar, o Exército enxergava e lidava com as questões *subversivas*.

Agora, sabendo o que motivou a criação da Doutrina Francesa e o porquê da utilização dela nos países latinos, com base no texto de Martins Filho (2008), vamos falar um pouco sobre as características da Guerra Revolucionária e porque esta é diferente de uma guerra convencional.

A Guerra Revolucionária se difere da guerra convencional porque ela elenca o recurso às armas no final e não no começo do conflito (Martins Filho, 2008). Isso quer dizer que o processo que envolve esse conflito é longo e às vezes pode surpreender a defesa nacional do país. Os revolucionários, por sua vez, tendem a se planejar com muito mais antecedência, pois como a Guerra Revolucionária é influenciada por teóricos do campo marxista-leninista, que, em sua maioria, entendem que o único jeito de alcançar a liberdade no mundo capitalista é através da revolução violenta¹⁹, a discussão de qual é a melhor maneira de se chegar a essa etapa histórica sempre está muito presente nos textos desses pensadores.

Os militares franceses dividiam a Guerra Revolucionária em cinco etapas, em que a primeira seria a “preparação” do terreno que se pretende conquistar, incluindo também a população (Martins Filho, 2008). Essa etapa abrange desde o estudo da região onde surgiria o conflito, num espaço urbano ou rural, até as características da população local para facilitar a conquista pelos militantes. Estes últimos agiriam, muitas vezes, disfarçados como parte da população.

A segunda etapa se caracteriza pela construção das chamadas redes de organizações subversivas (Martins Filho, 2008). Após a conquista da população, os *subversivos* se organizariam em grupos que teriam como objetivo sabotar, de alguma maneira, as ações governamentais. O autor cita atos como manifestações, tumultos e atos de sabotagem como ações que configuram essa etapa da Guerra Revolucionária.

Após a criação e organização dessa parcela da população conquistada pelos *subversivos*, vem a construção de grupos armados que teriam como objetivo “corroer os poderes constituídos” (Martins Filho, 2008). Essa fase da Guerra Revolucionária seria justamente o início dos combates em uma guerrilha, em um momento em que os *subversivos* já se encontrassem prontos para combater o Estado.

¹⁹ A revolução violenta é uma etapa da revolução comunista que visa o fim do Estado burguês e a criação de uma sociedade comunista. Na teoria marxista-leninista, ela é vista como uma das etapas mais importantes no curso da revolução, consistindo na rebelião violenta dos trabalhadores contra as autoridades do Estado. Lenin, grande pensador marxista, entendia que o fim do Estado burguês é “impossível sem a revolução violenta” (Lênin, 2017, p. 42).

A penúltima etapa, em que os conflitos entre os *subversivos* e o Estado já estariam bem desenvolvidos, seria a do estabelecimento de zonas liberadas, onde o Exército regular não conseguiria mais entrar (Martins Filho, 2008). A Guerra Revolucionária, nesse momento, já estaria fora do controle da defesa nacional e essas zonas liberadas poderiam se firmar como um governo externo em que já seria buscado o reconhecimento internacional de sua existência.

Já a quinta e última etapa seria a conquista final do poder por parte dos *subversivos*. Esse tipo de esquema, ao mesmo tempo que é muito genérico e abrangente, serviria como uma espécie de régua para medir a “gravidade” em que se encontrava o conflito, e isso era muito importante de se ter em um “novo” estilo de guerra, onde não há uma maneira definitiva e difundida de como se combater:

É fundamental notar que essas fases se sucedem muitas vezes sem fronteiras nítidas, pois a fluidez seria a principal característica da guerra revolucionária. De todo modo, a doutrina fornecia uma régua com a qual se podia medir o agravamento da ameaça revolucionária (Paret, 1964, pp. 12-15 *apud* Martins Filho, 2008, p. 42).

Vale acrescentar que, como dito anteriormente, as etapas da Guerra Revolucionária criadas pela doutrina francesa eram uma régua para se medir o conflito, mas ao mesmo tempo eram muito abrangentes, pois as Guerras Revolucionárias tinham como uma de suas características principais a sua individualidade. Uma Guerra Revolucionária que tem foco no campo terá diferenças de uma com foco em grandes centros urbanos, dependendo das heranças culturais de onde ela acontecer, ela pode flutuar entre uma etapa ou outra. Em um país em que já existe uma herança de luta armada camponesa contra o latifúndio²⁰, por exemplo, a linha entre a segunda e a terceira etapa listadas pela Doutrina da Guerra Revolucionária pode ser muito mais tênue do que a eclosão de uma Guerra Revolucionária em que essa herança não é inexistente.

No quesito de como combater a Guerra Revolucionária, os generais franceses deixavam bem claro que a única maneira de derrotar os revolucionários seria usando suas “próprias armas”. Isso significa usar da “persuasão” das massas para impedir os *subversivos* de avançarem nas etapas da Guerra Revolucionária. Nesse ponto é importante destacar um dos

²⁰ “Latifúndio é uma palavra de origem latina que designa um grande domínio agrícola explorado extensivamente, sem aprimoramento técnico ou racionalidade. Ao longo da história, esse tipo de propriedade existiu em diversas partes do mundo. Como exemplos podemos observar as vilas romanas, imensas propriedades de produção de alimentos da Roma Imperial, cultivadas com trabalho escravo; e as *plantations* e *haciendas*, formas de latifúndio na América colonial” (Silva; Silva, 2009, p. 253).

principais conceitos da Doutrina da Guerra Revolucionária, a “ação psicológica”, que será aprofundada mais à frente no capítulo.

No tocante às massas faz-se pertinente refletirmos a partir dos estudos do sociólogo Jean Baudrillard (1985):

As massas não são mais um referente porque não têm mais natureza representativa. Elas não se expressam, são sondadas. Elas não se refletem, são testadas dependem mais de uma dimensão representativa, mas, simulativa. Eles não visam mais um referente, mas um modelo. A revolução aqui é total contra os dispositivos da socialidade clássica - de que ainda fazem parte as eleições, as instituições, as instâncias de representação, e mesmo a repressão -: em tudo isso, o sentido social ainda passa de um polo ao outro, numa estrutura dialética que dá lugar a um jogo político e às contradições (p. 13-23).

Da mesma maneira que os ditos *subversivos* fazem a Guerra Revolucionária à sua maneira, cada país que adota a Doutrina da Guerra Revolucionária tem as suas formas de combatê-los. Como mencionado anteriormente, essa doutrina foi idealizada e inicialmente exportada pela França para outros países que tinham interesse em se preparar para a Guerra Revolucionária. Na Argentina, por exemplo, a introdução à Doutrina da Guerra Revolucionária se fez com a ida de quatro militares franceses, em 1957, que permaneceram no país até 1962, ensinando a doutrina (Martins Filho, 2008). Já no Brasil, a introdução da Doutrina Francesa veio com a palestra do então Coronel Augusto Fragoso, em 1959.

1.2 A chegada da Doutrina da Guerra Revolucionária no Brasil, uma análise da palestra do Coronel Augusto Fragoso.

Sabemos que a Doutrina Francesa da Guerra Revolucionária chegou na América Latina em 1957 através de alguns generais franceses que foram para a Argentina compartilhar essa nova forma de combater um “novo” tipo de guerra. Também sabemos que em 1959 o Brasil teve contato com a Doutrina da Guerra Revolucionária a partir de uma palestra do então Coronel Augusto Fragoso, que tempo depois se tornaria General das Forças Armadas. Porém, antes de analisar o conteúdo presente na palestra do Coronel, é fundamental retomar que a preocupação dos militares brasileiros com o comunismo é anterior a essa palestra e também anterior a Doutrina francesa.

Como exposto no início do capítulo, a preocupação dos militares brasileiros com a ameaça do comunismo se intensificou em 1935 com a chamada Intentona Comunista, que

aconteceu em Natal, Pernambuco e no Rio de Janeiro. Desde então, o debate no interior das Forças Armadas de como evitar a ascensão do comunismo no Brasil se intensificou e, em 1949, houve a criação da Escola Superior de Guerra brasileira que foi inspirada na *National War College* (Guimarães, 2014), uma espécie de Escola Superior de Guerra americana, que consolidou uma aliança entre as Forças Armadas brasileira e as Forças Armadas americana contra o comunismo:

Os oficiais americanos, juntamente com staff de oficiais brasileiros, “propagaram a ideia de uma colaboração americano-brasileira contra o comunismo”. “Os oficiais americanos reforçavam essa orientação”, e depois de 1947, simultaneamente com o contínuo martelar americano na América Latina a todos os níveis, alertando contra os perigos do comunismo, eles podem ter apoiado uma definição mais abrangente de comunismo por parte dos militares brasileiros, assim como a apreensão desses últimos onde quer que ele fosse percebido (Dreifuss, 2006, p. 87).

Desde então, o estudo sobre como parar o avanço do comunismo no Brasil sempre esteve presente na Escola Superior de Guerra brasileira através do financiamento de estudos e a promoção de eventos e palestras sobre novas maneiras de manter a segurança nacional. Vários militares brasileiros fizeram curso na Escola das Américas, um instituto criado pelos Estados Unidos justamente para disseminar ideias e maneiras de combater a ascensão do comunismo em países latinos. Desses eventos, várias ideias apresentadas mais tarde foram assimiladas pelas Forças Armadas do Brasil, como, por exemplo, uma nova maneira de combater um estilo de guerra que havia surgido há pouco tempo, a Guerra Revolucionária.

O primeiro contato com a Doutrina Francesa da Guerra Revolucionária no Brasil foi através da conferência “Introdução ao estudo da Guerra Revolucionária” ministrada pelo então Coronel Augusto Fragoso, em 1959, e essa palestra, que mais tarde foi transformada em um manual sobre a Guerra Revolucionária, pode ser considerada um marco divisório nos estudos da Escola Superior de Guerra sobre as formas de guerra (Martins Filho, 2008).

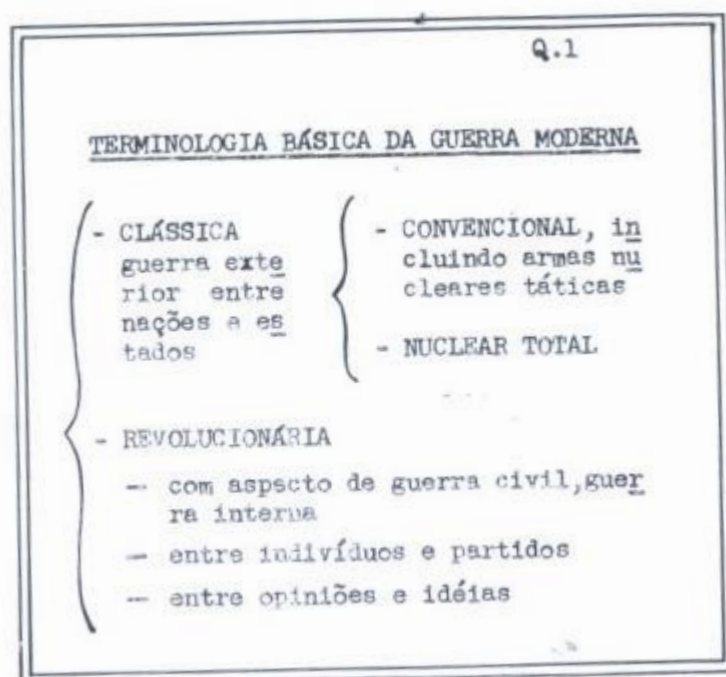
Cabe pontuar que essa palestra, que será analisada a partir de agora, traz novamente os conceitos de Guerra Revolucionária e de Doutrina da Guerra Revolucionária já vistos anteriormente, porém, não perde sua relevância e muito menos será uma simples repetição de conceitos. A mesma doutrina analisada no subcapítulo anterior, agora será exposta a partir da visão de um Coronel Brasileiro, que, em sua análise, leva em conta as particularidades brasileiras para a implementação da Doutrina da Guerra Revolucionária e os interesses do Exército brasileiro em adotar uma nova doutrina. A partir disso, se torna essencial a análise de

toda a palestra e dos mesmos conceitos já mostrados, mas agora pelo ponto de vista de um militar brasileiro.

Fragoso (1959) inicia sua exposição sobre a Guerra Revolucionária pontuando que, diferente dos outros tipos de guerra, ela extrapola o campo puramente militar e que se constitui como um campo de estudo muito complexo, deixando algumas outras fontes de militares brasileiros que já haviam escrito sobre o assunto. É interessante notar que, mesmo essa exposição de Fragoso não sendo a primeira produção sobre o tema no Brasil, aparentemente ela é a primeira que foi exposta para outros militares nesse formato de palestra, o que fez com que o tema passasse a ser plenamente discutido no meio militar.

Para esclarecer a diferença da Guerra Revolucionária com os outros tipos de guerra que os militares já estavam “acostumados” a estudar, Fragoso (1959) apresenta o quadro a seguir.

Quadro 1. Terminologia Básica da Guerra Moderna de acordo com Fragoso (1959).



Fonte: Fragoso, 1959, p. 4.

O Coronel dividiu a terminologia das guerras em Clássica, que ele coloca como Guerra Exterior entre nações, Guerra Convencional, que inclui o uso de armamentos nucleares e, por fim, o tipo de guerra que estava sendo exposto, a Guerra Revolucionária. Destaca-se o fato de

que a Guerra Revolucionária é a única em que o conflito não acontece entre nações diferentes, mas sim dentro do próprio país, como uma guerra civil.

Porém, a Guerra Revolucionária só se assemelha com a guerra civil pelo fato de acontecer no interior do país. O ponto diferencial da Guerra Revolucionária é que ela é colocada pelo Coronel como uma guerra entre indivíduos e partidos, entre opiniões e ideias, colocando um peso muito maior no lado não bélico do conflito, dando mais importância para a guerra de discursos. Segundo o Coronel, uma das conceituações oficiais da Guerra Revolucionária na França é a seguinte:

É a guerra conduzida do interior de um território controlado por uma autoridade de direito ou de fato, considerada como inimigo por uma parte dos habitantes deste território, ajudados e reforçados (ou não) do exterior, com o objetivo de tomar daquela autoridade o controle do território ou, pelo menos, de paralisar sua ação (Fragoso, 1959, p. 3).

Esse conceito inicial de Guerra Revolucionária, considerado por Fragoso (1959) como sendo um pouco simples e incompleto, consegue esclarecer, mesmo assim, algumas características da Guerra Revolucionária. Uma delas é a necessidade de uma contradição interna entre a autoridade do país e certa parte da população e essa contradição seria explorada pelos subversivos com o objetivo final de tomar o controle do território. As contradições exploradas poderiam tanto ser relacionadas à falta de popularidade da autoridade política do país, quanto à questões estruturais do capitalismo, como a pobreza, e à questões envolvendo a luta de classes.

Outra das contradições presentes na conceituação da Guerra Revolucionária é a ajuda externa. Mesmo que no trecho citado a ajuda externa é apontada como apenas uma possibilidade, para o palestrante, ela sempre estaria presente, sendo na importação de ideias de países já socialistas, como a URSS²¹, ou até com a ajuda material, como o armamento vindo desses mesmos países.

Aprofundando-se um pouco mais na terminologia do conceito de Guerra Revolucionária, Fragoso (1959) se atenta ao diferenciá-la do conceito de Guerra Insurrecional quando diz que a questão da terminologia adequada não é algo a se desprezar e quando aponta

²¹ A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) teve seu surgimento resultante da Revolução Russa de 1917. Ela foi um Estado socialista que teve grande protagonismo mundial durante o século XX. A URSS foi a principal força do bloco socialista durante a Guerra Fria.

que um dos franceses mais estudiosos da Guerra Revolucionária, o General J. Hogard, se empenha em distinguir Guerra Insurrecional de Guerra Revolucionária.

Para o estudioso francês, a diferença entre a Guerra Insurrecional e a Guerra Revolucionária vai além da terminologia. A Guerra Revolucionária seria uma espécie de evolução da Guerra Insurrecional, à medida que esta última aconteceria através de “fatos empíricos”, como o descontentamento “natural” da população de certa região, visando sua libertação local, enquanto a Guerra Revolucionária é a “Guerra da Revolução para a conquista do mundo”, e que era apoiada principalmente na doutrina marxista-leninista²², tornando-a uma revolta não natural, mas sim causada pelo partido.

Uma preocupação do Coronel Fragoso (1959) ao longo do texto é a de evidenciar o fato de que a Guerra Revolucionária seria a Guerra do futuro. No contexto histórico da época, o da Guerra Fria²³, a maior preocupação dos exércitos no geral era se preparar para uma guerra nuclear e, não obstante, essa era uma das grandes discussões da Escola Superior de Guerra brasileira antes dessa palestra. Fragoso (1959) argumenta para que a Guerra Revolucionária também entra no campo das discussões na Escola Superior de Guerra brasileira parafraseando o Ministro da Defesa Nacional da França, Bourghès-Manoury²⁴, quando expressa que os fatores mais importantes que devem dominar os “conflitos do amanhã”, são primeiro o fator ideológico e em seguida o fator nuclear (Fragoso, 1959).

A preocupação seria que o arsenal para o combate nuclear dos países já havia se tornado extenso, enquanto para a Guerra Revolucionária seria praticamente nulo. Fragoso (1959) acreditava que a cada ano que se passava, as chances de uma guerra nuclear iriam diminuindo, porém, a constante fabricação de armas nucleares pelos dois antagonistas da Guerra Fria (EUA e URSS) teria como consequência o chamado “equilíbrio do terror”, que seria o constante medo

²² A “doutrina” marxista-leninista, é uma “concepção do mundo unitário, indivisível, solido e científico”. Ela surgiu a partir das leituras e interpretações de Lenin sobre os escritos de Marx e Engels. Lenin não adicionou nenhum princípio novo à teoria marxista, porém a desenvolveu a partir do período em que vivia, no das revoluções socialistas (Marxists, s/d).

²³ A Guerra Fria foi um conflito em escala mundial na segunda metade do século XX entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). “A URSS controlava parte do globo, (...) e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle sobre o resto do mundo capitalista, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potencias coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética” (Hobsbawn, 1995, p. 175). A Guerra Fria teve fim em 1991 com a queda do muro de Berlin e o fim da URSS (Hobsbawn, 1995).

²⁴ Maurice Bourghès-Manoury (1914-1993) se formou em direito na École Libre des Sciences Politiques, foi tenente de artilharia em 1939 pelo exército francês. De 1951 a 1952 foi Vice-Ministro da Defesa Nacional e depois, em 1952, Ministro dos Armamentos. Além disso, foi Ministro das Finanças (1953), Ministro da Indústria e Comércio (1954), Ministro das Forças Armadas (1955), Ministro do Interior (1955-1956), Ministro da Defesa Nacional e das Forças Armadas (1956-1957). Ele abandonou suas atividades políticas em 1960 e ocupou cargos no grupo Banque Rivaud (Ordre de la Libertation, s/d).

da sociedade de um possível “fim do mundo” por um ataque nuclear. Isso faria com que as perspectivas de uma possível Guerra Revolucionária aumentassem nos países que não possuísem tais armamentos.

O medo constante da sociedade pelo “fim do mundo” faria com que as “contradições internas” ficassem mais latentes, principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil. Para os militares, essas contradições internas seriam “os verdadeiros fatores de desequilíbrio econômico e social” (Fragoso, 1959, p. 9), que tornariam o país uma fonte permanente de rebeliões, pois esse seria o palco perfeito para a atuação dos *subversivos*.

O inimigo comum para os norte-americanos, militares brasileiros e para os generais franceses era o comunismo, considerado o inimigo do presente. Porém essa diferente leitura dos generais franceses sobre o florescimento das contradições internas foi mais um fator que contribuiu para aproximação da perspectiva francesa com a Escola Superior de Guerra brasileira. Fragoso (1959) chega a citar que a noção de “guerra puramente militar” não se encaixa mais nos dias de hoje e que “fazer guerra, hoje, consiste em dosar e combinar as forças militares, ideológicas e econômicas para alcançar os objetivos fixados pela política” (p. 9).

A política, aos olhos dos militares franceses, se tornava parte central na guerra, pois a guerra deixava de ser a continuação da política, ou consequência de decisões políticas, e passava a acompanhá-la, servir de apoio à certa ideologia. Fragoso (1959) tenta deixar isso claro ao falar que o fim último da guerra é persuadir.

Além disso, Fragoso (1959) deixa claro ao longo de todo o texto sua preocupação com o novo tipo de guerra que é cada vez menos centrada no combate armado entre soldados e mais focada na política e na persuasão. A Guerra Revolucionária que os subversivos tentariam implantar no Brasil, introduz o conceito de Guerra Psicológica, um tópico a que o Coronel passa a dedicar muita atenção em sua fala, devido a sua grande importância na estratégia dos comunistas pela tomada do poder.

Durante todo o texto, o conceito de Guerra Psicológica não é especificado como outros conceitos abordados, como, por exemplo, o de Guerra Revolucionária, mas sim tratado como algo já entendido pelos militares, um postulado que não precisaria de uma conceituação. Porém, após leitura e análise da palestra, podemos entender Guerra Psicológica como toda ação que não envolve embate físico, seja decorrente dos *subversivos* ou do Exército, e que tem como objetivo conquistar alguma vantagem no decorrer do conflito, isso engloba, por exemplo, ações como propaganda, ameaças e persuasão.

A Guerra Psicológica estaria presente em todos os momentos da Guerra Revolucionária, desde o momento pré-revolucionário até o fim da luta armada, pois ela seria o meio com o qual os *subversivos* enganariam a população e a chave para o sucesso da revolta armada. Fragoso (1959) expõe, em uma das suas conceituações de Guerra Revolucionária, que essa é a “luta armada de uma massa adestrada progressivamente por uma minoria” que daria motivos para agirem “contra o regime que ela (a minoria) visa derrubar” (p.11).

Observa-se que a população, também referenciada pelos militares como massa, é considerada como constituída por pessoas que não têm uma autonomia do próprio pensamento. Em todo o momento, quando se fala na população, que seria o “campo de trabalho” dos *subversivos*, os militares só se atentam para o perigo da massa ser enganada, ou, como dito anteriormente, acreditam que os motivos para a rebelião viriam dos *subversivos*, não da própria indignação das massas. Quando pensamos em seu conceito, a massa não é tida como uma “população real, com algum corpo, com algum agregado social específico. Massa é sem atributo, sem predicado, sem qualidade, sem referência. Aí está sua definição, ou sua indefinição radical” (Baudrillard, 1985, p. 6-7). Baudrillard (1985), ao falar sobre esse conceito de massa entende que ela pode ser vista como uma “caixa preta de todos os referenciais” (p. 7) onde não entram os significados rejeitados ou as histórias que não puderam acontecer²⁵.

A população, principalmente a parcela que vivia em pobreza, é vista como não-pensante, incapaz de olhar ao seu redor e perceber as “contradições sociais” existentes. Isso é muito importante ao se pensar na Guerra Psicológica, porque ações que virão como opções de contraguerrilha, de parar esse “monopólio da opinião” que os *subversivos* almejam, entenderão a população dessa mesma maneira, incapaz de pensar o seu próprio destino.

Augusto Fragoso dividiu em duas as maneiras que os *subversivos* poderiam atuar sobre a população visando uma Guerra Revolucionária, a forma destrutiva e a construtiva, e em ambas a Guerra Psicológica aparece. As técnicas destrutivas visavam, principalmente, o ataque à ordem estabelecida, um exemplo é a desmoralização que é citada no texto como algo que visava corromper os meios políticos militares com a “ampliação dos erros, ceticismo sobre a boa-fé dos dirigentes (desmoralização é completada pela intoxicação dos neutros)” (Fragoso, 1959, p. 12).

²⁵ Cf. Oliveira, Daniele Lopes. Resenha de Livros. Revista Científica Eletrônica da Faculdade de Piracanjuba, v. 3, n. 4 (jan/jun, 2023).

Já as técnicas construtivas tinham como característica a seleção e formação dos “ativos necessários”, os ativistas como líderes, oradores, propagandistas e especialistas. Com esses ativos formados, aconteceria a chamada “semeadura” que seria a organização desses ativistas em núcleos com o objetivo de controlar outros grupos organizados de trabalhadores. A chamada impregnação psicológica também é citada como uma técnica construtiva, ela se baseava em “estímulos, slogans, repetição incessante de afirmações, utilização de todos os meios de difusão, polarização da informação” (Fragoso, 1959, p. 12). Por fim, a utilização de associações como sindicatos, órgãos estudantis e similares também são consideradas como ferramenta para o enquadramento de massas à luta.

Percebe-se que tanto nas técnicas destrutivas quanto nas construtivas está presente o fator não violento e persuasivo característico da Guerra Psicológica. Mesmo na técnica destrutiva, que nominalmente sugere violência, o elemento da desmoralização aparece como fator psicológico, pois tem como seu objetivo final a “intoxicação dos neutros” sem recorrer à violência.

As técnicas construtivas conseguem ser percebidas como ações da Guerra Psicológica mais facilmente, já que todas as suas características elencam elementos não violentos. Ações como a formação de associações, a propaganda e os discursos contra o governo têm como principal objetivo, segundo o General, a persuasão das massas para colaborar com a Guerra Revolucionária. Assim, os grupos, como sindicatos, guiariam futuramente o exército popular na revolução.

No decorrer do texto, Fragoso (1959) levanta um debate em torno de uma das finalidades das ações psicológicas e terroristas dos *subversivos*, um questionamento teórico ao pensamento de Delmas, teórico da Doutrina da Guerra Revolucionária, que compreende que os *subversivos* conquistariam a população “diretamente pela intimidação, pelo terror”. A nova hipótese seria a de que as ações terroristas dos *subversivos* provocariam o “desencadeamento de um contraterrorismo adversário, brutal e indiscriminado, que venha a provocar a reunião da população em torno da ideia-força, convertida à causa revolucionária” (Fragoso, 1959, p. 18).

Essa hipótese colocava os atos “terroristas” dos *subversivos* como uma provocação para uma ação mais violenta de contraterrorismo vinda do Estado que, no final das contas, faria a população criar uma simpatia pela causa. O Ministro Ouro Preto, assistente do Itamarati na época, concordava com o pensamento de Fragoso (1959) ao dizer que:

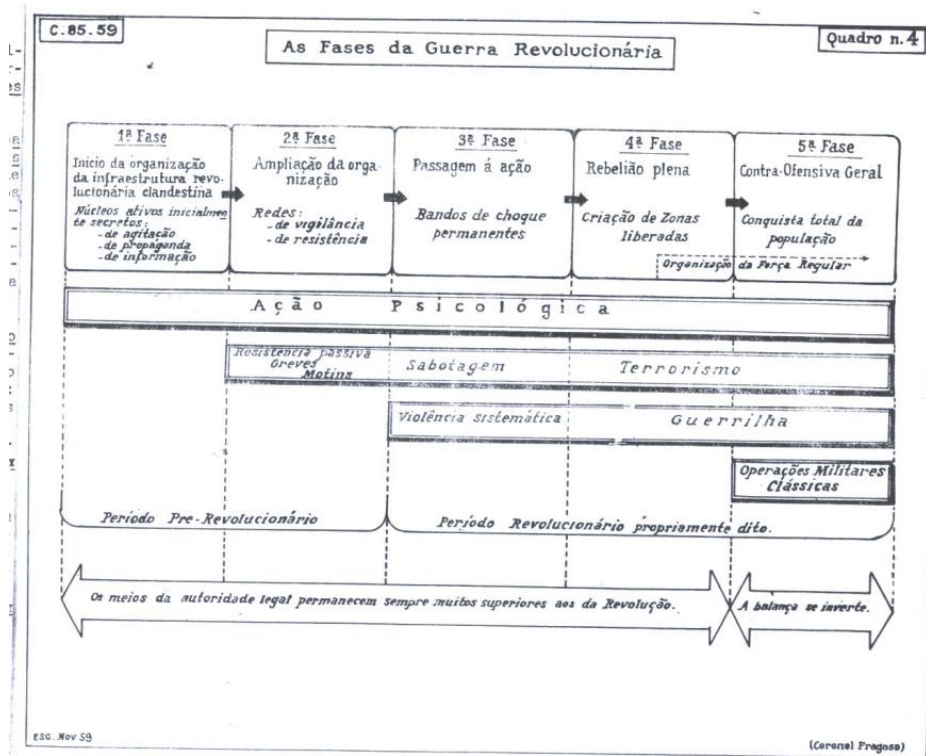
Tenho a convicção de que o terrorismo, dentro do quadro de uma guerra revolucionária, tem como principal objetivo, o desencadeamento do Contraterrorismo do adversário, cujos excessos, quase sempre inevitáveis, causarão, a prazo mais ou menos longo, uma ruptura irremediável entre as massas apáticas da população e o ocupante ou a classe dirigente que se pretende derrubar. Tudo isso naturalmente, sem prejuízo dos objetivos secundários do terrorismo: eliminação de colaboracionistas perigosos e ativos, pânico entre as fileiras do adversário, desorganização da estrutura social etc. Mas o primeiro dos objetivos citados permanece, sem dúvida, o principal (Fragoso, 1959, p. 18).

O terrorismo, citado pelo assistente e pelo Coronel, não necessariamente são atos que envolvem a violência física, mas a sua consequência faz parte da Guerra Psicológica. A partir desse trecho percebe-se que as Forças Armadas sabem que, ao lutar contra os subversivos, os “excessos” do contraterrorismo, dentre eles a violência exacerbada contra a população que não é considerada inimiga, são “inevitáveis”. Isso, para Fragoso (1959), era mais um indicativo do despreparo das Forças Armadas para uma situação de Guerra Revolucionária, pois, por não ser uma guerra convencional, a atenção ao aspecto psicológico e ideológico deveria ser um foco maior do Exército.

A grande importância da Guerra Psicológica para a Guerra Revolucionária é confirmada também quando se pensa nos atores da Guerra Revolucionária. O texto indica que esses atores são uma minoria atuante (*subversivos*) e a população, e quando se entende que a maneira com que os primeiros se relacionam com os segundos está pautada, em sua maioria, por meios psicológicos, de persuasão, consegue-se entender que sem a Guerra Psicológica não existe a Guerra Revolucionária.

No decorrer da palestra é apresentado um quadro em que estão descritas as fases da Guerra Revolucionária, nele é possível enxergar a presença da ação psicológica durante todo o conflito.

Quadro 2. As Fases da Guerra Revolucionária



Fonte: Fragoso (1959, p. 15).

O Quadro 2 mostra um grande resumo do que o Coronel Fragoso e a Escola Superior de Guerra francesa entendiam como Guerra Revolucionária até 1959, ano em que ocorreu a palestra. Observa-se que a ação psicológica, que faz parte da Guerra Psicológica, aparece em todas as fases da Guerra Revolucionária, desde o período pré-revolucionário, que são as duas primeiras fases, até o fim do conflito na 5ª fase com a conquista total da população.

A ação dos guerrilheiros passaria a acontecer só a partir da 3ª fase da Guerra Revolucionária, momento em que o movimento se tornaria revolucionário e “descoberto” pelo Estado. Isso significa que praticamente metade da guerra já teria acontecido antes das forças do Estado saberem de sua existência e, assim, dificultando o combate. Esse é mais um dos motivos que Fragoso (1959) usou para validar os argumentos de que a Guerra Revolucionária deveria ser mais estudada pela Escola Superior de Guerra brasileira.

Por fim, o Quadro 2 elenca uma seta na parte de baixo que diz: “os meios da autoridade legal permanecem sempre muito superiores aos da Revolução”, essa seta vai até a 4ª fase da Guerra Revolucionária e depois aparece outra seta com os dizeres: “a balança se inverte”.

Fragoso (1959) usa essas setas para mostrar que o Estado, através do seu poder, tem toda a capacidade de interceptar a Guerra Revolucionária antes que ela chegue em seu estágio final. Porém, como foi apontado anteriormente por João Filho, o Estado democrático não é capaz disso por existir a separação entre o político e o militar, impedindo um controle de informações necessário às Forças Armadas, algo que romperia o que é aceito em uma democracia.

Depois de percorrer as características da Guerra Revolucionária, como ela surge e qual o seu objetivo, Augusto Fragoso entra no tópico de como combatê-la, através de ações de contraguerrilha. O Coronel divide essas ações de duas maneiras, a *parada* e a *resposta*:

Os autores franceses, em regra, fazem distinção entre parada e resposta (entre defesa e combate) quando estudam a ação contrarrevolucionária. Parada, quando se antepõe ao período pré-revolucionário, ao período preparatório da GR; resposta (ou combate), quando se trata de reprimir a ação revolucionária propriamente dita (Fragoso, 1959, p. 38).

Essa divisão é feita porque existe uma disparidade muito grande nas formas de combate à Guerra Revolucionária a depender do seu estágio. As ações contrarrevolucionárias de *parada* são mais focadas nas ações de informação e conscientização, algo para impedir o avanço *subversivo* para o período revolucionário ou até de maneira preventiva, monitorando e “conscientizando” a população. Portanto, a *parada* é mais focada no período pré-revolucionário. As ações de *resposta*, por outro lado, mesmo ainda utilizando de ferramentas de monitoramento e informação, são caracterizadas pelo combate armado entre os agentes da Guerra Revolucionária.

Fragoso (1959) se preocupava muito com o avanço dos *subversivos* no período pré-revolucionário, pois as outras experiências revolucionárias “têm demonstrado que, as minorias revolucionárias tem logrado conquistar o poder sem ter necessidade de chegar à fase da violência” (p. 39). Por isso, a intensa ação psicológica, proposta pelos militares, deveria ser feita antes mesmo de se localizar possíveis atividades *subversivas*.

Mais uma vez aparece na palestra que, tanto no período pré-revolucionário quanto no período revolucionário, as ações de *resposta* e *parada* só obteriam êxito se houvesse uma “ação coordenada e energética, dos três Poderes do Estado – executivo, legislativo e judiciário”. (Fragoso, 1959, p. 39). Além disso, mais uma vez apresenta a ineficiência do regime

democrático para combater esse tipo de revolta, pois para combatê-la seria necessário abusar das liberdades individuais.

Percebe-se que durante toda a fala do Coronel o Estado democrático e a liberdade individual são colocados em xeque para combater um inimigo que ainda não era expressivo no Brasil. Fragoso (1959) deixava nas entrelinhas que, para se obter a “segurança nacional”, as Forças Armadas deveriam ser cada vez mais presentes dentro da política brasileira e que, se necessário, deveriam ultrapassar os limites colocados pela democracia para combater os *subversivos*.

A *parada*, teoricamente, ancora-se muito nessa junção dos poderes para uma ação, vide que ela acontecia no período de preparação para a Guerra Revolucionária. Essas ações contavam com a “formação” de cidadãos para impedi-los de cair na ideologia revolucionária:

Ação de formação dos cidadãos, principalmente dos jovens – os estudantes, que, pelo seu caráter ainda maleável, são explorados a fundo pelos revolucionários e se tornam seus militantes mais ativos –, fortalecendo seu sentimento cívico, assim reagrupando a opinião pública em torno do regime estabelecido (Fragoso, 1959, p. 41).

O Exército como instituição não conseguiria, individualmente, efetuar essas ações de formação do cidadão brasileiro, pois elas deveriam ser ações de caráter nacional, o que custaria muito dinheiro além de não serem parte do papel do Exército no período. Porém, as *paradas* foram muito utilizadas como estratégia de combate aos subversivos na Ditadura Civil-Militar, como, por exemplo, nas Ações Cívico-Sociais (ACISO), em que houve uma gama de ações de caráter formativo em todo o Brasil.

Após a exposição de algumas maneiras de como o Exército poderia combater a Guerra Revolucionária, o Coronel Augusto Fragoso conclui sua palestra retomando a importância e a representatividade da população nesse novo tipo de conflito, colocando-a como representante do “meio” em que se trava a luta, como objetivo dos dois adversários e um dos principais meios de ação na Guerra Revolucionária.

A importância do “monopólio da opinião” era o que ganharia o conflito na visão do militar, mas ele ainda não sabia qual papel seria cumprido pelas Forças Armadas: “O papel preciso das FA na ação contrarrevolucionária, principalmente no período pré-revolucionário, é problema que ainda desafia os estudiosos da matéria” (Fragoso, 1959, p. 28). Esse problema,

como já citado anteriormente, era o do limite imposto pela democracia sobre as liberdades individuais. Ao final, Fragoso (1959) retoma esse limite presente no Estado brasileiro à época ao apresentar a necessidade de “dotar o país de uma legislação adequada que permita o eficiente combate à subversão” (p. 49) como uma das medidas a serem adotadas para combater a iniciativa *subversiva*.

Essa palestra, além de ser o primeiro contato da Doutrina da Guerra Revolucionária com a Escola Superior de Guerra brasileira, que abriu portas para diversos outros estudos e atentou os generais para um novo tipo de conflito, se transformou em uma grande herança para o Exército brasileiro na questão do combate aos *subversivos*, visto que, estratégias apontadas nesse documento, que é de 1959, foram usadas no combate aos *subversivos* na Guerrilha do Araguaia a partir de 1971, quase vinte anos depois.

1.3 As Ações Cívico-Sociais (ACISO) no Brasil

Após o Golpe Militar e a consequente implantação da Ditadura Civil-Militar no Brasil, a preocupação do Estado brasileiro com possíveis insurreições de caráter socialista se perpetuou. Porém, agora o Exército Brasileiro tinha todos os meios para se prevenir de possíveis levantes contra a ordem/poder estabelecidos. Os Atos Institucionais²⁶ foram um exemplo de como as Forças Armadas impuseram a censura e a repressão através de decretos legais com o pretexto de defesa nacional.

Os meios com que o Estado brasileiro lidou com movimentos revolucionários ainda tinham muitas características da Doutrina Francesa de Guerra Revolucionária, mesmo a influência norte-americana²⁷ se acentuando muito no período ditatorial. Uma das “heranças” mantidas dessa doutrina é o uso da nomenclatura que aparecia nos documentos sobre a Doutrina da Guerra Revolucionária:

²⁶ Os Atos institucionais foram decretos que tinham valor constitucional e serviam para “legalizar” a repressão na Ditadura Civil-Militar. “Na época, vigorava a Constituição de 1946, que não previa tais atos. Entre 1964 e 1977, foram editados 17 Atos Institucionais e 104 atos complementares, que tiveram abrangência em todos os domínios da vida nacional” (Fuini, 2022, s/p).

²⁷ Existiu uma forte influência norte-americana sobre os militares brasileiros durante o período ditatorial. Mesmo sem oferecer uma doutrina, como fizeram os militares franceses, os militares norte-americanos ofereceram cursos e treinamentos que ajudaram as Forças Armadas do Brasil a conhecerem novas técnicas de combate a movimentos insurreccionais (Guimarães, 2014).

Com a instauração da ditadura militar, mesmo perdendo um pouco de sua primazia, a doutrina da guerra revolucionária ainda manteve sua posição de destaque no interior das Forças Armadas. De acordo com Martins Filho (2012), a manutenção de termos como “subversão”, “subversivos” e “luta subversiva” eram sinais claros de que a doutrina ainda mantinha forte influência sobre oficiais que tomaram o poder em 1964 (Guimarães, 2014, p. 120).

A adoção de termos como “subversivos” e “luta subversiva” não são os únicos indicativos da herança deixada pela Doutrina da Guerra Revolucionária. Segundo Guimarães (2014), a Doutrina Francesa colaborou no processo de reformulação das Forças Armadas e, para além disso, ajudou a sistematizar medidas que poderiam evitar a ascensão de grupos subversivos, posto que um dos objetivos era a aproximação entre militares e população civil carente (Guimarães, 2014).

Essa estratégia das Forças Armadas está ancorada no conceito de Guerra Psicológica visto no subcapítulo anterior, em que se previa um monopólio da opinião pública sobre a situação do país, dificultando os trabalhos de base de possíveis grupos *subversivos*, agindo, principalmente, como um meio de prevenção à Guerra Revolucionária.

Guimarães (2014) mostra que foram os programas patrocinados pelo governo norte-americano que apontaram diretamente a importância da criação de grupos especializados no contato e no desenvolvimento de ações com o auxílio à população civil durante a ditadura. Comblin (1978) complementa que, a partir de 1961, a ajuda dos militares norte-americanos tornou-se ainda mais decisiva, pois fez com que os países latinos olhassem cada vez mais para a política interna:

A importância dos conselheiros militares americanos tornou-se mais decisiva ainda a partir de 1961, quando a América Latina adotou a estratégia da guerra revolucionária e da ação cívica. Tal guerra era eminentemente política e levou os militares latino-americanos a se interessarem pela política interna de seus países fizeram-no sob a direção de seus instrutores americanos (Comblin, 1978, p. 139).

Como já comentado anteriormente, cursos oferecidos pelos Estados Unidos na Escola das Américas foram essenciais para a divulgação de ideias de como combater forças *subversivas*. Esses cursos aperfeiçoaram a doutrina francesa e ajudaram a difundir seus ideais por toda a América Latina. Durante as décadas de 1960 e 1970 mais de 33 mil militares latino-

americanos receberam cursos da Escola das Américas em relação ao combate à Guerra Revolucionária (Comblin, 1978).

Porém, mesmo com a oferta dos cursos já é sabido que as Forças Armadas entendiam a importância desse tipo de ação pela influência que a Doutrina da Guerra Revolucionária desempenhou no Exército nos anos anteriores, haja visto que o apoio estadunidense não chegou, necessariamente, a introduzir um conceito novo, apenas ajudou a expandir as possibilidades de como prevenir uma Guerra Revolucionária.

Parte das ações de auxílio, fomentadas pelos EUA, foram apresentadas como projetos de desenvolvimento do interior do país, algo que ajudaria em um desenvolvimento nacional, diminuindo os índices de pobreza e aumentando a qualidade de vida das pessoas em todo o Brasil, mesmo essas ações tendo um objetivo maior além do desenvolvimento: a “segurança nacional”:

Sendo assim, as ações cívicas seguiam no sentido de tornar as forças armadas dos países recebedores dos programas de treinamento financiados pelo governo dos Estados Unidos como verdadeiras construtoras de nação, já que a modernização econômica e a diminuição da pobreza eram entendidas como requisitos essenciais para a segurança do continente e, conseqüentemente, dos próprios norte-americanos (Guimarães, 2014, p. 147).

Fica evidente, então, que a preocupação com o bem-estar das populações que seriam atendidas por esses programas estava em segundo plano. Isso se justifica, pois a preocupação com a pobreza estava somente relacionada à questão da segurança nacional, como aponta Mechi (2014) ao apresentar que as populações em condições de extrema pobreza e sem valores “democráticos e cristãos” eram vistas pelo Estado brasileiro à mercê da subversão. Assim, na Ditadura Civil-Militar, o combate à grupos que eram vistos como ameaça ao poder estabelecido se dava tanto na frente violenta, com a repressão e a tortura, e, também, oferecendo auxílio à população, tirando-os, temporariamente, da miséria em que se encontravam.

Essas ações em duas frentes, violenta e auxiliadora, remontam aos aprendizados obtidos na “falha” administração francesa em uma de suas colônias, a Argélia, em que um dos grandes fatores da derrota francesa foi a pouca atenção dada às necessidades da população local. No Brasil, as Forças Armadas criaram uma série de ações que buscavam suprir tais necessidades,

pois elas almejavam “criar um campo de simpatia junto aos habitantes de áreas remotas em relação ao governo militar que se estabeleceu após o golpe de 1964” (Guimarães, 2014, p. 128).

Foi a partir dessa estratégia de auxílio que surgiram as Ações Cívico-Sociais (ACISO), ênfase do presente trabalho. Entender como foi a trajetória desses tipos de ações no Brasil, até o momento do conflito que norteia o trabalho, é fundamental para analisar como essas ações de assistencialismo afetaram ou não esse conflito.

Como já mencionado, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) eram programas feitos pelo Estado brasileiro com o objetivo de prestar ajuda à população através de atendimentos na área da saúde, vacinação, distribuição de alimentos, construção de pontes, entre outras. Esses programas aconteceram em todo o Brasil, mas tiveram seu foco maior no campo. Um dos motivos para tal é o isolamento político dos camponeses que era, muitas vezes, devido à distância geográfica da região camponesa de um grande centro urbano, dificultando o acesso do Estado à região, o que complicava também a replicação do mesmo modelo de repressão que havia nas capitais:

Dessa forma, as Forças Armadas passaram a centrar atenção também para uma política especial voltada à população civil, principalmente àquela que vivia em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos e em condições de vida precárias. Tal atenção passou por diversos caminhos, indo desde ações na área da educação como projeto de alfabetização e amparo diversos a escolas, cursos profissionais voltados para os recrutas que retomariam a vida civil após o serviço militar, atividades recreativas com crianças e, principalmente, através das ACISO (Guimarães, 2014, p. 128).

Outro motivo é a pobreza, citada anteriormente. Devido ao isolamento geográfico dessas regiões, muitas vezes elas não tinham acesso à saúde, educação, saneamento básico, o que as deixava vulneráveis. Segundo Guimarães (2014), “a partir da ditadura militar (...), os oficiais das Forças Armadas tentaram introduzir programas que atuavam na assistência de grupos que viviam em condições vulneráveis devido à pobreza ou ao isolamento” (p. 157).

Além disso, a população camponesa era vista como ingênuas pelos militares. Mechi (2014) aponta que elas eram “consideradas ignorantes, débeis, despreparadas, inocentes e ingênuas, as massas populares deveriam ser permanentemente tuteladas e, quando expressassem suas demandas, seriam barbaramente reprimidas” (p. 288). Então, a presença do

Estado nessa região, através de programas de auxílio, serviria como uma permanente tutela, pois, para os militares, o camponês não conseguiria pensar por si próprio.

Por isso, os programas de auxílio também eram vistos como meios de prevenção, visto que algumas ações ACISO tinham um cunho patriótico, como a distribuição de bandeiras do Brasil. A ideia por trás dessas ações era a de criar uma relação de simpatia dos camponeses pelas Forças Armadas e pelo Estado brasileiro e, também, dificultar a aceitação da *ideologia subversiva*, caso aquela região fosse escolhida por militantes como um foco de guerrilha rural.

As Ações Cívico-Sociais (ACISO) surgiram efetivamente nos anos 1960, sendo que a primeira operação nesses moldes foi noticiada pelo Noticiário do Exército, em 06 de maio de 1966. Nele constava que haveria um treinamento de tropas do Exército no sul do Estado de Minas Gerais, “os exercícios seriam voltados para o enfretamento de guerrilhas e contavam com a participação da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e da Força Aérea Brasileira (FAB)” (Guimarães, 2014, p. 165).

Nesse momento, ainda não se usava o termo Ações Cívico-Sociais (ACISO), e sim o termo “Ação Psico Social”. Na ação no sul de Minas Gerais o treinamento do Exército contou com serviços de assistência prestados pelos militares. Foram realizadas “1289 consultas médicas, extração dentária em 633 pessoas, 527 suturas dentárias, aplicação de 264 doses de vacinas” (Guimarães, 2014 p. 166). Além das ações referentes à saúde, foram realizadas outras ações, como “reparos em escolas e igrejas, além da distribuição de alimentos e a realização de ‘atividades de recreação’ com os moradores da região” (p. 166).

A primeira vez que o termo Ação Cívico-Social, junto da sigla ACISO, aparece foi no ano de 1967, no combate à Guerrilha de Caparaó²⁸, como expõe Guimarães (2014):

Em documento encaminhado às polícias militares de Minas Gerais e do Espírito Santo pelo comando da 4a RM, na data de 3 de abril, ordenou-se que as tropas isolassem e evacuassem toda a área onde as operações antiguerrilha

²⁸ “Primeira tentativa de estabelecer focos de luta armada no campo durante a ditadura militar, a guerrilha de Caparaó caiu sem mesmo ter entrado efetivamente em ação. O grupo que subiu a serra do Caparaó, região montanhosa encrustada entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e com altitudes próximas aos 3 mil metros, era composto de pessoas que participaram ativamente das mobilizações em favor das reformas de base durante o governo Jango. Na sua maioria os membros do grupo eram graduados das Forças Armadas, que foram perseguidos após o golpe e expulsos da corporação militar. Nesse contexto eles aproximaram-se do ex-governador gaúcho e ex-deputado federal Leonel Brizola, na época exilado em Montevidéu, capital uruguaia. Dessa aproximação surgiria o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que teria entre sargentos e marinheiros expurgados de suas respectivas corporações o grosso de seus integrantes, mas que incluía também civis, sobretudo no apoio logístico aos planos de guerrilha rural” (Guimarães, 2014, p. 229).

estavam sendo realizadas, capturando todo material e pessoal suspeito de colaboração com os guerrilheiros. O documento, no entanto, trazia também a recomendação clara de que as tropas deveriam empenhar-se em atender as necessidades básicas da população local através da ACISO “[...] como forma de conquistar a [sua] simpatia” (p. 171).

Nota-se que mesmo sendo a primeira utilização da sigla ACISO, já estava subentendido o que ela queria dizer, evidenciando que a discussão sobre maneiras de usar o auxílio à população em prol do combate a movimentos de insurreição não era tão recente. Subentende-se que a familiaridade na comunicação dessas ações demonstra o costume dos militares em aplicá-las. Uma das definições oficiais de Ações Cívico-Sociais (ACISO) para os militares se encontra no “Manual de Segurança e informações”, de 1971, feito pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação. Segundo o manual, Ação Cívico-Social (ACISO) era:

(...) toda ação, movimento ou campanha de cunho patriótico, cuja finalidade principal seja despertar e incentivar o amor ao país e suas tradições, bem como estimular cidadãos ao cumprimento de suas obrigações como membros de um Estado, fortalecendo os princípios democráticos e neutralizando as atividades de subversão (Ishaq, 2012, p. 46).

Observa-se nessa definição que a tentativa do Estado de “despertar” na população o “amor ao país e suas tradições” remete à fala de Mechi (2014) em que ela aponta que o camponês era visto como alguém que não conseguia ser o agente de sua própria história. “Despertar” no camponês o amor pelas tradições do país é ignorar as tradições camponesas, pois elas também fazem parte das tradições brasileiras. No entanto, as “tradições” que o Estado ditatorial brasileiro queria despertar e incentivar seriam o que para eles eram valores “democráticos e cristãos”, impondo algo que não faz parte, necessariamente, da cultura camponesa ao redor do país.

Além disso, as ações que tinham como objetivo principal a prevenção e neutralização da atividade de grupos *subversivos*, eram disfarçadas de campanhas que incentivavam os “princípios democráticos” em um contexto no qual o Brasil vivenciava uma Ditadura Civil-Militar, ou seja, constituíam-se como contraditórias ao contexto.

As operações Ações Cívico-Sociais (ACISO), da maneira que aparecem no “Manual de Segurança e informações”, são colocadas, em grande parte, como ações de prevenção à onda

subversiva que surgia no Brasil (Ishaq, 2012). Isso porque através dessas operações também poderiam ser identificados novos focos de guerrilha, visto que uma grande etapa desses conflitos ocorre de “maneira silenciosa”. Essa caracterização vai ao encontro da Doutrina da Guerra Revolucionária, ao entender que, no momento em que a guerrilha “surge”, a Guerra Revolucionária já existe há um bom tempo.

Uma outra definição para Ações Cívico-Sociais (ACISO) também apareceu numa matéria publicada no jornal Noticiário do Exército, em 7 de dezembro de 1967:

Ação Cívico e Social (ACISO) é um dos recursos adotados pelas forças regulares em combate aos guerrilheiros. Trata-se de uma ação de conquista da população local, que atraindo a simpatia de seus habitantes, dificultará ou eliminará o apoio desta aos guerrilheiros, enfraquecendo-os, pois o guerrilheiro não sobrevive sem apoio da população local, e ainda despertando as consciências cívicas locais (Guimarães, 2014 p. 158).

Nesse trecho, que também foi publicado em um veículo de informações do Exército, a definição de Ações Cívico-Sociais (ACISO) ganha um caráter mais combativo do que preventivo. Isso fica explícito no trecho quando se diz que a Ação Cívico-Social é um recurso adotado para combater os guerrilheiros. Nesse caso, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) aparecem em um momento em que a guerrilha já foi identificada e por isso não tem mais esse caráter de prevenção, como ocorreu na Guerrilha do Araguaia, que veremos mais adiante.

Anos depois, em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), através de um relatório, também categorizou o que foram as Ações Cívico-Sociais (ACISO):

Essas eram as chamadas Aciso, que buscavam conquistar o apoio da população, que era, de acordo com o Manual de contraguerrilha do CIE “o fator principal no sucesso de qualquer operação de contraguerrilha”. As Aciso incidiram, principalmente, sobre o fortalecimento de órgãos administrativos estaduais e municipais que pudessem não apenas dar um alento à população regional, mas também auxiliar as forças repressivas em sua empreitada de estabelecer uma rede de informação e controle (Comissão Nacional da Verdade, 2014a, p. 21).

Percebe-se, através do trecho do relatório da Comissão Nacional da Verdade, que o que as Ações Cívico-Sociais (ACISO) eram se aproximava mais de operações de busca de

informações do que de ações de auxílio à população. Destaca-se também o fortalecimento de órgãos do Estado em consequência das Ações Cívico-Sociais (ACISO). Um exemplo foi o INCRA²⁹, que, durante a Guerrilha do Araguaia, fez diversas operações com o intuito de buscar informações e identificar guerrilheiros.

Através dessas definições das Ações Cívico-Sociais (ACISO), enxerga-se um padrão: o auxílio que os militares prestaram à população nada remete ao bem-estar desta. As Ações Cívico-Sociais usam a população como meio de manter a segurança nacional, nada mais que isso, seja pela prevenção ou pelo combate à Guerra Revolucionária. O Estado Brasileiro, durante a Ditadura Civil-Militar, pensava o camponês somente como uma possível arma que poderia ser virada contra si em um levante revolucionário.

Dentre algumas características das ACISO, Guimarães (2014) destaca que, em um curso realizado na Escola das Américas, antes das ações serem efetuadas, o Exército analisava qual era a maior necessidade da região que se buscava atuar, para o Estado intervir da maneira mais adequada. Nessas intervenções, como dito anteriormente, eram realizadas atividades que incluíam o atendimento à saúde da população, como vacinação, distribuição de alimentos, de medicamentos, reformas em instituições, como escolas, e, também, a construção de pontes e estradas:

Em 1967, as manobras realizadas pela 6a Divisão de Infantaria (6a DI) no município de Viamão, no Rio Grande do Sul, terminaram com obras de melhorias de estradas e construção de uma ponte pelo 6o Batalhão de Engenharia de Combate (6o BE Cmb) no interior do Parque Saint Hilaire 30. No Acre, o 7o Batalhão de Engenharia de Construção (7o BE Cnst), junto da 4a Companhia de Fronteira, teria participado de obras que facilitassem a ocupação econômica do estado (Guimarães, 2014, p. 164).

As obras nas estradas eram um exemplo de como a Ditadura Civil-Militar intervinha através das Ações Cívico-Sociais (ACISO). Ao reformar estradas ou construir novas rodovias, o Estado brasileiro, além de simplificar a locomoção entre as cidades do interior, ocupava a região economicamente ao facilitar a entrada de fábricas, o que, por consequência,

²⁹ “O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Parcerias com estados e municípios também viabilizam a oferta dos serviços da autarquia” (Brasil, 2020, s/p).

“modernizava” a região e aumentava a presença da máquina estatal, facilitando a busca por informações sobre grupos *subversivos*.

As Ações Cívico-Sociais (ACISO) também estavam presentes em cursos de formação nas Forças Armadas, em que os soldados recém-formados já saberiam efetuar essas atividades em futuras missões:

(...) De acordo com o breve texto, a Escola de Sargentos das Armas (Es S A), sediada no município mineiro de Três Corações, havia realizado manobras na região das serras de São Tomé e Campo Limpo como etapa final de formação dos alunos da turma de 1966. O texto destaca que a instrução tinha como um dos pontos principais o combate a grupos guerrilheiros e que as ações cívicas faziam parte deste treinamento, o qual teria desenvolvido “[...] atividades médica, dentária, farmacêutica, veterinária e religiosa no seio da população rural de toda área englobada pela manobra 45” (Guimarães, 2014, p. 169).

No exemplo citado o termo Ações Cívico-Sociais (ACISO) ainda não era utilizado, porém observa-se a preocupação com o combate a grupos guerrilheiros através de ações não-violentas de monopólio de opinião. O fato de esse tipo de treinamento não-violento estar presente em cursos de formação de novas tropas indica também a preocupação e o preparo para uma Guerra Revolucionária.

Como dito anteriormente, atividades de recreação também eram maneiras de as Forças Armadas agirem sobre a população. Essas atividades entram na parte do fortalecimento das “tradições nacionais” que o Estado queria “despertar” na população camponesa e as Ações Cívico-Sociais (ACISO), nesse caso, vinham através de apresentações de teatro e a realização de missas:

O Noticiário do Exército divulgou outra ACISO realizada no período, desta vez pelo 10o Batalhão de Caçadores (10o BC) de Goiânia nas localidades de Pau Terra, Estrela do Norte, Trombas e Formoso, no interior do estado de Goiás. A ação cívica fez parte das manobras efetuadas pelo 10o BC em setembro de 1967 e contou com atos religiosos como missas e conferências, atividades de recreação com apresentações artísticas de militares e partidas de futebol, (...) cortes de cabelo e barba, distribuição de medicamentos, alimentos, talheres, material de higiene, roupas de cama, agasalhos, material escolar, além da distribuição de doces para as crianças (Guimarães, 2014, p. 173).

É importante salientar que, principalmente através de atividades mais simples, como cortes de cabelo, distribuição de agasalho e de doces para as crianças, o Estado passava uma imagem de cuidado para com a população camponesa, cuidado esse que tal população nunca tinham experienciado e isso criava simpatia, um dos objetivos almejados com as Ações Cívico-Sociais (ACISO).

Houve também operações de Ações Cívico-Sociais (ACISO) no Sul do Brasil. No ano de 1970 foram feitos registros de palestras e de assistências médicas no município de Salgado Filho, no Estado do Paraná. Foram encontrados outros registros de Ações Cívico-Sociais (ACISO) no Estado de Santa Catarina, como no município de Romelândia, em 1971, com diversos atendimentos médicos prestados. Também há registros de assistencialismo por parte do Exército após uma grande ventania na região de Santo Antônio, também no Paraná. Nessas operações citadas não se tem conhecimento do teor preventivo das Ações Cívico-Sociais (ACISO) (Zatta e Vannini, 2019).

Outro exemplo de atividades simples realizadas como Ações Cívico-Sociais (ACISO) foi a exibição de filmes de conteúdo recreativo ao ar livre em Porangatu, em Goiás, entre os meses de agosto e setembro de 1967, além da exibição de filmes sobre hábitos de higiene (Guimarães, 2014). Não se tem informações sobre quais foram os filmes exibidos nessa ação, porém, fica evidente que tinham como objetivo juntar a comunidade local em prol de uma melhor relação com as Forças Armadas e com o Estado.

Observa-se que, até o momento, a maioria das regiões em que houve as Ações Cívico-Sociais (ACISO) se encaixavam no modelo de região com grandes chances de surgimento de um *movimento subversivo*, que será o caso da Guerrilha do Araguaia. Evidencia-se, portanto, que o objetivo das Ações Cívico-Sociais (ACISO) e das demais ações de auxílio para a população camponesa durante a Ditadura Civil-Militar era o combate à guerrilha rural:

O conhecimento das condições de vida dos moradores e o levantamento dos aspectos que denotavam a ausência do Estado não se deviam a uma possível tentativa de encontrar soluções para esse problema. O foco era o combate à guerrilha e, para tanto, era fundamental esquadrihar o terreno social onde ela se desenvolvia (Mечи, 2014, p.101).

Entende-se, depois de toda a exposição sobre as Ações Cívico-Sociais (ACISO), que a repressão e o combate a grupos *subversivos* na Ditadura Civil-Militar vão além das ações

violentas de tortura e terror. Isso não as minimiza, só deixa claro todo o aparato ideológico e logístico criado pelo Estado brasileiro para cercear a liberdade das pessoas e continuar uma ditadura no país.

Todas as ações como o investimento em cursos para o Exército, em ações que promoviam a vacinação da população, criação de estradas, reformas de hospitais, foram feitas para colocar o Exército a par da ação *subversiva* no interior do país. Várias dessas ações foram feitas como forma de prevenção à revolução, mas também existiram Ações Cívico-Sociais (ACISO) em regiões onde já se tinha conhecimento de uma Guerra Revolucionária em andamento, como foi o caso da Guerrilha do Araguaia.

Capítulo 2 - O Araguaia até a Guerrilha

Antes de comentar sobre a Guerrilha do Araguaia ou até mesmo as Ações Cívico-Sociais (ACISO) durante o conflito é preciso situar o objeto de estudo do presente trabalho no espaço em que ele está sendo estudado. A região do Araguaia, mais especificamente o Bico do Papagaio, foi o local escolhido pelos militantes do PCdoB para a construção de uma Guerrilha rural e, para eles, o Araguaia seria o local de começo da Revolução Brasileira.

Como veremos ao longo do capítulo, diversos fatores foram levados em conta para a escolha desse local para o conflito armado, como o aspecto geográfico e também questões históricas de luta por terra entre camponeses e latifundiários na região. Um ponto importante para se levar em consideração é que, durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, a região amazônica começou a ser inserida em planos de colonização e desenvolvimento voltados à industrialização, ocupação de “espaços vazios” e segurança nacional (Pereira, 2015).

Programas para a integração da Amazônia na pauta nacional começaram a acontecer desde a mudança da capital nacional para Brasília e também com a construção da rodovia Belém-Brasília. Porém foi a partir do Golpe Militar, em 1964, que essa região passou a ser inserida, de maneira mais ativa, numa lógica que via a natureza como uma chave para o desenvolvimento (Reis, Marcos e Moreira, 2021).

O governo ditatorial, então, para ocupar a Amazônia, região que era vista como demográfica e economicamente vazia, criou estratégias e incentivos:

As estratégias de ocupação e aproveitamento “racional” da região amazônica foram desenvolvidas pela “Operação Amazônia”. O governo militar implementou a política de incentivos fiscais e creditícios, que variavam de 50% a 100%, concedidos às iniciativas de investimentos em projetos agropecuários, industriais e de serviços básicos, incluindo, transporte, energia, comunicação, educação e colonização. Esses incentivos eram mediados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966 (Reis, 2021, p. 45).

Essa ocupação “forçada” da região Norte do país também serviu como solução para tensões que estavam acontecendo na região Nordeste, envolvendo a concentração populacional e reivindicações de camponeses. A política adotada por Médici, ditador brasileiro da época, visou bloquear qualquer tipo de movimentação em prol da reforma agrária nas regiões Norte e

Nordeste, controlando a ocupação dessas áreas e desmobilizando as Ligas Camponesas³⁰ (Pereira, 2015).

Em 1970, com a execução da Operação Carajás³¹, que tomou conhecimento de movimentações *subversivas* na região do Bico do Papagaio, fez com que essa região, que já estava recebendo um fluxo migratório maior por causa das políticas de migração, se tornasse alvo ainda maior de políticas envolvendo a terra, relacionadas, principalmente, a razões relacionadas à segurança nacional:

Assim, o início um tanto surpreendente e repentino de uma política nova, sistemática e ativa de colonização dirigida na Amazônia parece dever-se, antes de mais nada, às razões de segurança. O reavivar dos antagonismos sociais no Nordeste e o surgir de núcleos de “tensão social” na Amazônia, ao menos no Sul do Pará, fizeram com que o governo adotasse várias medidas econômicas e políticas simultâneas. Ao mesmo tempo que se desenvolviam as medidas políticas repressivas, inauguradas desde 1964 no âmbito do país, procuravam-se soluções práticas para o controle político de problemas sociais. Nesse sentido, várias medidas foram adotadas no que diz respeito à Amazônia e em relação com o Nordeste, sempre sob o mando do poder estatal controlado pelos governantes desde o Golpe de Estado de 1964 (Ianni, 1979, p. 35 *apud* Reis, 2021, p.45).

Dentre as medidas adotadas, se destacam a construção da rodovia Transamazônica e o desenvolvimento do Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá). A primeira visava dar maior acessibilidade à região e começou a ser construída em 1969, durante o governo Médici. Já o PIC-Marabá foi um programa que almejava, junto com a ajuda do INCRA, alocar cerca de 100.000 famílias de trabalhadores rurais até 1974 (Pereira, 2015).

Além do transporte e uma terra para cultivo, programas como o PIC-Marabá se comprometiam a oferecer para as famílias que migrassem para a região “serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários-mínimos, dois hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila” (Pereira, 2015, p. 56). Esses incentivos fizeram com que milhares de trabalhadores migrassem para a região próxima à

³⁰ “As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964” (FGV, s/d).

³¹ A Operação Carajás foi publicamente descrita como um treinamento de tropas, porém tinha como objetivo identificar ações subversivas na região amazônica. A operação não identificou, segundo a Comissão Nacional da Verdade, os guerrilheiros do PCdoB que estavam presentes no Bico do Papagaio. Esses, segundo relatório do Exército, foram descobertos a partir do depoimento de um membro da ANL capturado na cidade de São Paulo, em um período anterior a 1972 (Comissão Nacional da Verdade, 2014a).

rodovia Transamazônica. Segundo Pereira (2015), foram distribuídos mais de 900 lotes pelo INCRA visando a ocupação da região.

Grande parte dos problemas dos camponeses da região com o INCRA, pauta muito abordada pelos guerrilheiros em seus panfletos e manifestos, surgiram dessas políticas. O Estado brasileiro, ao pensar na colonização da região amazônica, não levou em consideração as pessoas que já estavam lá, criando muitos conflitos envolvendo a terra e o abuso de autoridade de órgãos estatais. Porém, para melhor compreensão dessas disputas e reivindicações camponesas, assim como para também entender como se deu o conflito que ficaria conhecido como a maior guerrilha rural em solo brasileiro, é necessário conhecer quem é o camponês do Araguaia e como as questões citadas anteriormente o afetava.

2.1 O camponês do Araguaia

Para entender quem é o camponês do Araguaia, mais especificamente os moradores da região do Bico do Papagaio, é necessário entender o surgimento do camponês enquanto classe no Brasil. Diferente do campesinato europeu que, enquanto classe, antecede o capitalismo, o camponês no Brasil se forma em paralelo a investida do capital sobre o campo. O processo de modernização capitalista se opõe ao camponês que quer permanecer como produtor da própria terra e que também continua exercendo relações não capitalistas de produção, por isso há uma relação particular do campesinato brasileiro, baseada em uma mistura de elementos pré-capitalistas e capitalistas (Souza, 2010).

A historiadora Naurinete Fernandes Reis divide o campesinato em duas categorias, histórica e analítica, sendo uma delas uma categoria política. Reis (2021) aponta que, enquanto categoria histórica e analítica, o campesinato faz parte da sociedade com uma maneira específica de organização da vida e da produção, coexistindo com o capitalismo, porém desenvolvendo relações sociais de produção específicas que são diferentes da lógica de produção capitalista.

A lógica diferente de produção do campesinato brasileiro remonta ao que Souza (2010) aponta sobre esse grupo social, porém acrescenta-se que o campesinato luta pela permanência na terra, que é seu meio de subsistência e produção. Isso vai contra a lógica capitalista de migração do campo para a cidade, deixando as propriedades rurais para latifundiários, ao mesmo tempo que também participa do comércio do excedente produzido, visando a troca ou comércio, relação que também vai contra a lógica capitalista da produção visando lucro.

Enquanto categoria política, o camponês, segundo Reis (2021), se constrói a partir da sua diferente interação com a terra em relação a outros grupos sociais e, ao se compreender como diferente, o camponês se organiza e luta para manter sua condição:

Importante ressaltar essas características porque, conforme alguns autores, é justamente por se compreenderem e se identificarem por terem um modo de existência distinto de outros, que muitos camponeses lutam, politicamente organizados, para a manutenção dessa condição de produção e reprodução social, de condição de vida e de trabalho, constituindo-se como categoria política (Reis, 2021, p. 60).

No Brasil, o surgimento do camponês remonta à Lei de Terras de 1850 que mudou a dinâmica de acesso às terras no Brasil. Antes dessa lei, as terras eram concedidas por sesmarias, concessões de terras dadas pela Coroa portuguesa com a finalidade de ocupação do território e cultivo. Com essa nova lei, a terra passou a ser obtida exclusivamente através da compra.

Coincidentemente, a Lei de Terras foi promulgada no mesmo ano em que fora proibido o tráfico de escravos africanos para o Brasil e, como dito anteriormente, se a única maneira de conseguir a posse de um pedaço de terra seria através da compra, a livre ocupação das terras por recém-libertos não era possível. Isso fazia com que tanto escravos recém-libertos, quanto trabalhadores vindo de outros países, não tivessem outra opção a não ser continuar trabalhando para grandes fazendeiros (Martins, 1990).

A partir desse momento, o foco de dominação deixou de ser o escravo para ser a terra:

Antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa a ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros. A mediação do escravismo disfarçara anteriormente esse confronto, fizera do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses (Martins, 1990, p. 63).

O camponês no Brasil surge no momento em que o foco do embate passa a ser a dominação pela terra. Antes era escravizado, dominado pelo senhor de engenho e obrigado a trabalhar para sobreviver, agora o camponês segue sob domínio do grande fazendeiro, mas

tendo como mediação a terra, dando continuidade a relação de explorador e explorado que já existia previamente. Portanto, a Lei de Terras dava uma garantia legal para a continuação da exploração do trabalho, mesmo depois da transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Souza (2010) complementa que a Lei de Terras foi uma forma moderna de expropriar negros e indígenas da posse de terra, pois o governo do Império exigia a apresentação de um título para que a terra pudesse ser considerada propriedade de alguém. Isso também afetava os imigrantes que vinham trabalhar em plantações de café, pois também os deixava sem opção além de trabalhar em uma grande fazenda. A classe dominante, a partir da Lei de Terras, substituiu o escravo sem prejuízos para a economia da grande lavoura.

A Lei de Terras também proibia a abertura de novas posses, ou seja, terras que não tinham sido concedidas por sesmarias, fazendo com que o deslocamento e estabelecimento de moradia de camponeses em áreas não habitadas não se tornasse possível, pois não seriam proprietários dessa terra, restando a eles a condição de *posseiros* (Souza, 2010).

Então, no presente trabalho, remontando às discussões dos autores citados, o conceito de camponês será o do trabalhador no campo, que tem a terra como meio de sustento e que, mesmo fazendo parte da sociedade capitalista, desenvolve relações sociais de produção que fogem da lógica do capitalismo. Isso torna a classe camponesa distinta no capitalismo, o que acaba os unindo em torno de lutas envolvendo a terra.

Grande parte do campesinato brasileiro, o que engloba o campesinato do Araguaia, é composto por *posseiros* que, por definição, são trabalhadores que trabalham na terra sem ter a posse desta. É o camponês que ocupa a terra para trabalhar e usar como meio de subsistência, mas não possui nenhum documento que o assegure a posse da terra. A Lei de Terras é a causa de tantos camponeses não serem proprietários das terras nas quais vivem e trabalhavam.

Na divisa entre os Estados do Maranhão, Pará e Goiás, mais especificamente na região do Bico do Papagaio, região que engloba o conflito estudado no presente trabalho, a formação do campesinato é muito afetada pelas várias políticas de colonização e desenvolvimento, algumas já elencadas no início do capítulo, feitas ao longo da história do Brasil. Para entender quem é o camponês do Araguaia é necessário retomar as políticas de integração a que a região foi submetida antes e durante o Governo Militar.

A migração espontânea para a região do Araguaia sempre existiu. Com um fluxo populacional maior a partir de 1950, pessoas que vinham do Maranhão, Piauí, Ceará e Norte de

Goiás se assentaram na região com o objetivo de “melhorar de vida” através do uso da terra para cultivo, exploração de borracha e atividades extrativistas. Entendida como área “não habitada” e de grande importância para a segurança nacional, a região Amazônica, a partir da década de 1960, se tornou território estratégico para o Governo Federal:

O território amazônico brasileiro, desde meados da década de 1960, foi concebido como tendo importância estratégica por parte do Estado nos projetos de desenvolvimento nacional. Sendo assim, o processo de ocupação pensado para a região esteve orientado por preocupações geopolíticas, principalmente, durante os governos militares pós-1964 (Reis, 2021, p. 44).

Como já evidenciado, a construção de rodovias, como Belém-Brasília e a Transamazônica, junto a programas como o PIC-Marabá, essas foram algumas das políticas adotadas visando a ocupação da região. Dentre esses programas, a operação Amazônia³², de 1966, foi responsável pelo aumento do fluxo populacional no início do Governo Militar. Muitos dos que migraram se tornaram peões contratados para derrubar e queimar a mata para a formação de pastos em grandes fazendas (Reis, 2021).

Durante esse período de migração através de incentivos governamentais, intensificou-se os vários conflitos envolvendo camponeses, que já ocupavam a região antes dessas políticas, e órgãos governamentais, como o INCRA, que estavam alinhados a interesses dos grandes fazendeiros. Trabalhadores que haviam chegado no Araguaia nas décadas de 1950 e 1960 começaram a entrar em conflitos relacionados à grilagem de terra, expulsão e trabalhos análogos à escravidão:

O Pará estava entre os estados que mais concentravam esses projetos, atravessados por grilagens e deixando rastros de violência e expropriações, pois em muitas áreas havia terras ocupadas por posseiros e indígenas. Nesse contexto, os conflitos por terra na Amazônia foram intensificados, pois os posseiros resistiam às tentativas de expulsões praticadas por jagunços e pistoleiros contratados pelos fazendeiros para expulsá-los de suas posses. Além disso, as empresas agropecuárias recorriam à peonagem, com práticas de trabalhos análogo à escravidão. Registravam-se também os genocídios

³² A Operação Amazônia foi uma operação feita pelo Governo Militar em 1966 com o objetivo de ocupar e “aproveitar” o território amazônico. Foram implementados incentivos fiscais e creditícios, que variavam de 50% a 100%. Estes eram concedidos a investimentos de projetos agropecuários, industriais, serviços básicos, que incluíam transporte, energia, comunicação, educação e colonização. Quem mediava esses incentivos era a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) e o Banco da Amazônia S.A. (BASA) (Reis, 2021).

indígenas, que ganhavam maiores projeções com o passar do tempo. Conforme Oliveira (1995), os incentivos fiscais foram parcialmente desviados e não foram devidamente aplicados na região de acordo com o planejado (Reis, 2021, p. 51).

Percebe-se que o campesinato da região do Araguaia é formado em meio a tensões sociais, lutas por terra e opressão de classe. Estabelecer isso é importante para deixar claro que a violência sofrida pelo campesinato no Araguaia é anterior a chegada dos militantes do PCdoB na região. Como será visto mais a frente, as tensões sociais e políticas de controle sobre o Araguaia aumentaram depois da descoberta dos assentamentos guerrilheiros, mas a opressão existia antes disso e, inclusive, foi um dos motivos de os militantes do PCdoB escolherem a região para construir uma guerrilha.

Os camponeses da região do Araguaia, nas décadas de 1950 até 1970, eram compostos por sitiantes, posseiros originários do trabalho ligado à produção e ao comércio da borracha, pessoas derivadas da migração da década de 1960 e os colonos – uma categoria construída por todos os camponeses que receberam um título de propriedade do INCRA ou outro órgão público:

A partir dos autores que estudam o campesinato na Amazônia, evidenciamos algumas das práticas e representações que caracterizam o campesinato do Araguaia, situado na mesorregião sudeste do Pará, as quais perpassam formas de produção e reprodução, organização social, política, cultural, entre outras. Essas práticas são expressas pelas diferentes frações de classes constituintes do campesinato regional, identificadas como posseiros, assentados, sem terras, parceiros, rendeiros, colonos, pequenos agricultores, pequenos proprietários, ribeirinhos, extrativistas, garimpeiros, mariscadores, caucheiros, seringueiros, castanheiros/coletores de castanha, quebradeiras de coco, pescadores etc. (Reis, 2021, p. 66).

Grande parte desses últimos, os colonos, migraram para a região do Araguaia depois da construção da rodovia Transamazônica. A construção da Transamazônica, junto com a implementação de programas como o PIC-Marabá, fez com que um grande fluxo populacional ocupasse aquela região, trazendo a criação de novos povoados, mas também de novos conflitos. Os processos migratórios naturais continuaram ocorrendo, porém, grande parte dos migrantes se interessavam pelas promessas de terra e de trabalho fomentadas pelo Estado.

Foram previstas a criação de agrovilas, agrópolis, que são centros urbanos pequenos com características de cidades industriais, e rurópolis, que são centros urbanos voltados para a comunidade agrícola. A execução desses trabalhos foi delegada ao INCRA, que falhou ao praticamente ignorar a existência de outras pessoas na área, distribuindo terras para migrantes onde já existia o assentamento de posseiros:

Ao executar a proposta de colonização, nesse trecho da Transamazônica, o órgão acabou entrando em conflito com os trabalhadores. Em um abaixo-assinado, com 806 assinaturas, encaminhado ao Presidente da República, por exemplo, mais de 4.000 posseiros das localidades conhecidas por São Domingos do Araguaia, Brejo Grande, Santa Rita, Açaizal, São José, Palestina e São João do Araguaia, ao longo da Transamazônica, reclamavam da atuação do INCRA: muitos viram as suas terras serem entregues a outras pessoas ou serem reduzidas em seus tamanhos (PENA, 1976) (Pereira, 2015, p. 58).

Durante esse período, as tensões entre os posseiros do Araguaia e o INCRA aumentaram, deixando ressentimento e uma desconfiança muito grande da população com o órgão governamental, que continuou durante a Guerrilha do Araguaia. Como falado anteriormente, o fato de o INCRA valorizar mais a integração dessa parte da Amazônia, no projeto de colonização anunciado por Médici, do que valorizar as pessoas que já habitavam a região e seus modos de vida foi um dos grandes motivos para essa antipatia crescente com o órgão governamental.

Pereira (2015) complementa que através dessa distribuição de terras o INCRA visava ter controle sobre a população local ao, por exemplo, diminuir os lotes de famílias que já habitavam na região. Segundo o autor, o órgão estatal, depois de muita insistência da população, não efetuou despejos dos que já ocupavam a terra, porém destinou os lotes a outras famílias que chegaram através do programa de colonização (Pereira, 2015).

Esses trabalhos do INCRA se intensificaram após a descoberta da guerrilha e, posteriormente, no combate contra os guerrilheiros no Araguaia. Como será desenvolvido em seguida, o INCRA era um dos órgãos estatais usados pelo Exército brasileiro para combater a guerrilha de diversas formas, dentre elas está a coleta de informações sobre os moradores e, também, a tentativa de desmobilização da guerrilha através da questão da moradia:

Os trabalhos do INCRA se intensificaram justamente quando o Exército procurou aniquilar esses militantes do PC do B. A repressão recaiu também sobre os posseiros. O tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, agente do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), um dos principais coordenadores da repressão do Exército aos jovens do PC do B, tentou por diversas vezes, por exemplo, transferir para a agrovila que se construía às margens da Transamazônica, na altura do km 97, os moradores das vilas Santa Rita, Itamerim, Roncadeira e Brejo Grande (Pereira, 2015, p. 60).

É evidente que a repressão sofrida pelos camponeses aumentou após a descoberta de movimentações *subversivas* na região do Araguaia. Porém, cabe ressaltar que durante o conflito, guerrilheiros se juntaram a camponeses contra as ações do INCRA e de outros órgãos do Estado. Como já evidenciado, a presença dos guerrilheiros não foi a causadora dos conflitos entre Estado e camponeses, pois a presença do PCdoB na região foi motivada justamente por esses conflitos. Um dos objetivos dos militantes, como veremos no capítulo seguinte, era auxiliar os camponeses em suas reivindicações, estando lado a lado com as demandas da população local. No entanto, é importante também, para compreender o processo do conflito por completo, entender como os camponeses do Araguaia se relacionavam com os militantes antes do início do conflito.

A relação entre militantes e camponeses começou a partir de 1966, com a chegada de alguns membros do partido na região, sendo eles “Oswaldo Orlando da Costa, já sob o codinome de Oswaldão, seguido por Nelson Piauhy Dourado, João Amazonas, João Carlos Haas Sobrinho, Maurício Grabois³³, Líbero Giancarlo Castiglia, Ângelo Arroyo³⁴ e Elza Moneratdos” (Comissão Nacional da Verdade, 2014a, p. 683). Esses militantes se fixaram na

³³ Maurício Grabois (1912-1973) é um personagem que necessita de atenção especial neste trabalho. Assim como Ângelo Arroyo, Maurício escreveu um documento que é usado como fonte historiográfica, intitulado “Diário do Velho Mauro”, contando sua vivência na Guerrilha do Araguaia e suas experiências enquanto guerrilheiro. Grabois se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1932, ajudou na construção da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e foi preso em 1941, durante o Estado Novo (1937-1945). O militante fez parte do processo de criação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fato que será aprofundado no capítulo dois deste trabalho, e também foi parte fundamental na Guerrilha, fazendo parte da Comissão Militar. Maurício Grabois foi assassinado durante uma emboscada do Exército no dia 25 de dezembro de 1973 (Memorial da Resistência, s/d).

³⁴ Ângelo Arroyo (1928-1976) começou sua militância em 1945, quando passou a integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sempre muito ativo politicamente, Arroyo fez parte do Comitê Regional Geral de São Paulo e foi dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos. Em 1962 se juntou ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), uma dissidência do PCB. Ele teve participação fundamental na Guerrilha do Araguaia, produzindo um dos documentos mais ricos em informação sobre o período, o “Relatório Arroyo”, escrito que é fundamental para o entendimento do conflito ocorrido no Araguaia, mostrando a visão dos guerrilheiros sobre o acontecimento. Ângelo foi morto no dia 16 de dezembro de 1976 no “Massacre da Lapa” em São Paulo, em uma reunião do PCdoB “interceptada” pelos militares. O militante morreu sem saber que o movimento guerrilheiro no norte do país tinha acabado, fato importante na análise da fonte (Memorial da Resistência, s/d).

região visando se misturar com os camponeses e conseguir sua confiança, tudo isso já pensando na construção de um conflito armado de resistência à Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Depois da chegada, a integração com os camponeses foi acontecendo de maneira gradual. Os camponeses do Araguaia, devido à particularidade de sua formação, desenvolveram formas de convivência que tornavam viável a sobrevivência nas condições adversas da região. A solidariedade e a “boa vizinhança” eram traços essenciais daquela comunidade e necessários para a continuação da sobrevivência na região, o individualismo não tinha condições de se sobressair nas relações sociais (Mechi, 2014).

A formação do campesinato do Araguaia é composta pela migração de pessoas de vários cantos do Brasil, por causa disso, a presença dos militantes vindos de outras regiões, como São Paulo, não foi algo que dificultou a criação de uma boa relação entre as partes. A diferença maior entre esses “novos forasteiros” era o tipo de trabalho que esses poderiam oferecer para ajudar na comunidade. Enquanto os posseiros do Araguaia ensinavam aos militantes a sobreviver na região, ensinado, por exemplo, a pescar ou a cuidar da roça, os militantes ofereciam serviços que eram incomuns naquele local, como assistência médica e odontológica (Mechi, 2014).

A reciprocidade entre camponeses e guerrilheiros pautou a relação deles durante essa fase do conflito. A fala do militante do PCdoB Danilo Carneiro, cedida à Comissão Nacional da Verdade, exemplifica como isso acontecia na prática:

(...) Dentro deste contexto de conhecer e tal, o que nós fizemos? Aqui dá para montar uma escola. Chamava os caras, discutia e tal, a Cristina dava aula. Eles não têm dinheiro: paga com galinha, paga com arroz, moranga. A Cristina recebia, levava para nós. Está ótimo! Coisa a mais para comer. Vai dar aula para as crianças, entendeu? Isso aí estabelece uma integração. O nosso objetivo era nos integrar com as massas. Ter uma relação, uma simbiose com a massa. E assim vai. (...) Como nós fazíamos nosso trabalho com ele? Precisava de quatro de nós para plantar uma roça que ele e a mulher plantavam juntos. Eles nasceram fazendo aquilo ali. Nós não éramos camponeses (...). Quando a colheita está mais fácil, você colhe dois, você colhe três, eles ficam com dois e você com um. Você colhe três e fica com um. Quando a coisa aperta é meio a meio. Você colhe quatro, são dois para ele e dois para você. Porque ele tem que colher tudo, senão estraga. Essa integração é fundamental. A integração no trabalho, a integração nos relacionamentos. Nós tínhamos princípios: não damos nada para ninguém e não pedimos nada para ninguém. Pra quê? Não criar uma intimidade tal que o cara vê uma espingarda lá, pede emprestado porque ele precisa de caçar, para matar uma caça, para ter carne. Se você cria intimidade demais, você vai dizer que não? Então não pede nada. Eles dizem assim: esse pessoal é muito bom, mas eles não querem nada da

gente. Agora, fazer a troca sempre. O cara passava lá, te dava um quarto de Caititu, aí o pessoal levava alguma coisa para eles depois. Sabe? Mas sem... No mesmo nível, sabe? Sem criar conflito. Naturalmente. “Oh. A Cristina trouxe aí pra dona tal, isso assim assim (...)” pelo menos no nosso grupo era assim. (...) (Comissão Nacional da Verdade, 2014a, p. 685).

O depoimento de Danilo mostra que todas as atitudes dos militantes para com os camponeses eram pensadas no sentido de formar laços que seriam importantes para o conflito que o partido almejava. O interessante da fala do militante é que fica evidente a coletividade apontada por Mechi (2014) em seus estudos. A dinâmica de ajuda entre camponeses do Araguaia era essencial para a sobrevivência, visto que, sem ajuda de outros moradores, alimentos das colheitas poderiam ser pedidas, mostrando que, por parte dos camponeses, a coletividade e receptividade sempre existiu e foi verdadeira.

Dito isso, grande parte dos estudos sobre a Guerrilha do Araguaia comentam sobre essa boa relação construída entre militantes e camponeses, além de documentos do próprio Partido e relatos de pessoas que conviveram no conflito, como visto acima. Porém, é importante frisar que a coletividade e a forma que o camponês do Araguaia convivia em sociedade corroborou muito para a construção desse bom relacionamento, visto que grande parte dos documentos do PCdoB sugere que essa boa relação foi construída exclusivamente pelas estratégias de “trabalho de massa” executadas pelos guerrilheiros na região (Mechi, 2014).

Como dito no início do capítulo, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) viu nas tensões sociais e nos conflitos de terra na região do Araguaia uma chave para o início da Revolução Brasileira a partir de uma Guerra Popular Prolongada. Para entender melhor essa escolha do Partido e o caminho dos militantes até o conflito é necessário se aprofundar em documentos que explicam o porquê desses interesses e o que motivou a ida para luta armada no campo.

2.2 O PCdoB: da criação do Partido até o Araguaia

Nos dias de hoje o Partido Comunista do Brasil é visto como uma instituição que se distancia muito do que se pensa de um partido comunista. A ideia de um partido de vanguarda, que tem como principal horizonte a revolução socialista, é algo que não aparece mais no discurso dos representantes políticos do PCdoB, se atendo muito mais a discursos progressistas aliados a uma social-democracia burguesa.

Porém, essa nem sempre foi a face do partido que, quando foi criado, tinha como principal objetivo a revolução brasileira a partir de formas não pacíficas. Para se entender melhor o caminho do PCdoB para o Araguaia e, conseqüentemente, o que motivou o partido a escolher a luta armada, é necessário compreender em que contexto se deu a criação do partido.

O surgimento do PCdoB como instituição remonta ao choque de ideias de dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, eventualmente, a expulsão de um grupo desse partido que, a partir desse racha, criaria o PCdoB em 1962. Essa cisão pode ser explicada com a insatisfação de um grupo do PCB referente à mudança da linha do partido, uma posição dos comunistas frente à burguesia e à ideia sobre o caminho para a revolução comunista (Mechi, 2014).

Parte das divergências envolvendo membros surgiram na tentativa de legalização do partido no início da década de 1960, momento em que o PCB havia feito uma mudança em seu estatuto para tentar a sua legalização. Uma das mudanças seria a retirada de referências ao marxismo-leninismo, o que incomodou certa fração do partido, que via aquela atitude como um ato de revisionismo:

Um grupo expressivo no interior do partido, incluindo alguns de seus dirigentes, divulgou documentos em que afirmavam que a retirada da referência ao marxismo-leninismo e a mudança no nome do partido era uma tentativa do grupo revisionista de liquidar o partido e, para preservá-lo, organizariam uma conferência extraordinária que o “reorganizaria”. Esta conferência marcou a cisão entre os comunistas, que passaram a se organizar nos dois referidos partidos: o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro (Mechi, 2014, p. 138).

Porém, as questões desse mesmo grupo que formaria o Partido Comunista do Brasil são anteriores a essa questão da alteração do estatuto, visto que, em 1945, o PCB também havia feito alterações semelhantes em seu estatuto com o objetivo de chegar à legalidade e poder lançar candidatos em eleições e o mesmo grupo de militantes não se opôs a tal posicionamento (Mechi, 2014).

No V Congresso do PCB, realizado em 1960, outras questões conflitantes entre o partido e o grupo que futuramente formaria o PCdoB surgiram. Nesse congresso foram apresentadas modificações na linha do partido e a maior delas seria o abandono, por parte do partido, da perspectiva da tomada violenta do poder, acreditando-se que era possível uma passagem

pacífica para o socialismo através da participação em eleições burguesas (Mechi, 2014). Essa ideia foi acatada, pois acreditava-se que era possível a criação de uma frente-única com a burguesia nacional para o progresso do Brasil, o que tornaria mais fácil a chegada ao poder via eleições democráticas.

A ideia de aliança com a burguesia nacional para a revolução brasileira vinha de uma perspectiva eurocentrista do conceito de revolução. Segundo essa perspectiva, seguida tanto pelo PCB quanto, futuramente, pelo PCdoB, o Brasil ainda tinha características de um país feudal, que ainda não havia passado pela revolução burguesa, visto que grande parte da economia do país vinha de grandes latifúndios, sendo esses comparados a “resquícios do feudalismo”. Essa perspectiva propunha que o caminho da revolução no Brasil deveria ser como foi na Europa, em que países que tiveram revoluções comunistas anteriormente tiveram revoluções burguesas. Seria uma revolução por etapas, por isso a aliança com a burguesia era vista como algo positivo, pois era uma aliança estratégica no caminho da revolução brasileira:

A história dos partidos comunistas latino-americanos desse período é uma história de fracassos contínuos, apesar da dedicação, da coragem e do espírito de sacrifício de numerosas gerações de militantes. Não há dúvida de que uma das razões desse “fracasso permanente” é a compreensão errada que esses partidos tinham do processo revolucionário no continente, compreensão baseada na teoria menchevique-stalinista da “revolução por etapas” (Löwy, 2004, p. 91).

No entanto, a visão da revolução por etapas não era algo exclusivo dos dirigentes que viriam remanescer no PCB. Os dirigentes que formariam o PCdoB também acreditavam na revolução por etapas, porém, esperavam que, ao encontrar a tal burguesia revolucionária, deveria haver uma reação armada que concretizaria a revolução “democrático-burguesa” no Brasil (Mechi, 2014).

Dito isso, a grande divergência entre os núcleos citados era o tipo de caminho que a revolução deveria ter, no caso do grupo que criaria o PCdoB, era defendido um caminho armado para a revolução desde meados de 1957, muito antes do golpe de 1964. Então, em 1962 o PCB lançou um documento em um seminário intitulado “Novos Rumos” no qual expulsava o que chamava de grupo fracionista, composto por nomes como Maurício Grabois, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Estes futuramente criaram o PCdoB e também fariam parte da linha de frente da Guerrilha do Araguaia (Mechi, 2014).

Para se diferenciar após a cisão, o recém-criado PCdoB publicou um documento chamado “Partido da Revolução e Partido das Reformas”, em que elenca motivos que os diferenciam do PCB e que consolidam sua posição enquanto partido de vanguarda. Dentre os pontos citados estavam a oposição ao governo de João Goulart, a diferença entre as classes sociais que deveriam compor a frente única para a revolução, que segundo o Partido deveriam ser os operários e camponeses, e, como já citado, a inclinação para uma transição “não-pacífica” para o socialismo (Mechi, 2014).

O momento que sucedeu ao golpe de 1964 para o PCdoB foi uma confirmação da falha do caminho pacífico e um indicativo de que a luta armada seria o único caminho possível para a revolução brasileira:

O golpe de 1964 foi interpretado pelo PCdoB como um momento de confirmação de suas teses. Nos documentos de avaliação política que sucederam ao golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, o PCdoB criticava a ingenuidade da defesa de uma transição pacífica para o socialismo, ressaltando que a formação de uma frente ampla e democrática falhara na percepção de que o combate ao imperialismo era uma prioridade para a burguesia nacional. Estaria comprovada a necessidade de preparar-se para o enfrentamento armado contra as forças reacionárias da sociedade, que não aceitariam as derrotas impostas pela mobilização das massas (Comissão Nacional da Verdade, 2014a, p. 681).

A partir desse momento, o PCdoB, convicto na luta armada, começou também a definir o caminho estratégico que seguiria para alcançar a revolução brasileira. A aproximação com ideias advindas da China e o intercâmbio de militantes para o país começaram a acontecer a partir de 1966, assim se concretizou a escolha do maoísmo e da guerra popular prolongada como forma de se opor a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

A linha de pensamento do maoísmo é uma vertente do pensamento marxista e, mais especificamente, do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo-maoísmo, ou só maoísmo, se constituiu como uma linha de pensamento que entende o mundo capitalista a partir dos escritos de Karl Marx (1818-1883) e das influências e interpretações que Vladimir Lenin (1870-1924) e Mao Tsé-Tung (1893-1976) tiveram sobre esses escritos.

A via maoísta se difere um pouco de outras linhas de pensamento que estavam vigorando na América Latina à época, como o foquismo³⁵, estratégia militar que foi adotada na Revolução Cubana de 1959. Ela se caracteriza pela guerra popular prolongada, em que a guerrilha rural, optada pelo PCdoB, seria somente uma etapa da revolução e pela importância ao trabalho com as massas. Após o sucesso da guerrilha no campo, seria feito um cerco às grandes cidades e a tomada do poder pela revolução, dando início a uma república socialista.

Em 1969, o PCdoB publicou um documento intitulado “Guerra Popular: Caminho para a Luta Armada no Brasil”, em que sistematiza a escolha do caminho maoísta e também anuncia a maneira como o Partido se posicionava contra a ditadura:

A luta armada e a ênfase no campo como cenário ideal para deflagrar a revolução brasileira foi ganhando corpo na formulação política do PC do B ao longo dos anos 60 e recebeu no documento Guerra Popular: Caminho para a Luta Armada no Brasil, sua versão mais acabada. Este texto é considerado na bibliografia como o marco do amadurecimento do PC do B na proposição de uma guerrilha rural no Brasil. Nele o partido assume a teoria maoísta do cerco das cidades pelo campo e propõe a luta armada, através de uma guerra popular iniciada no campo, como o caminho da revolução brasileira (Mechi, 2014, p. 187).

Esse documento é muito importante quando se pensa em Guerrilha do Araguaia justamente por ele ser uma espécie de prévia do que estaria por vir. Pontua-se que, mesmo o documento sendo publicado em 1969, o PCdoB já havia enviado militantes para o Araguaia em 1966, o que implica que as ideias descritas no documento já estavam solidificadas nas bases do partido anos antes da publicação. Por isso, torna-se imprescindível a análise deste documento para o entendimento maior do conflito que viria a acontecer, assim como também o entendimento de quais critérios o Partido escolheu para definir o Araguaia como campo de batalha para a guerrilha rural.

O documento, além de demonstrar a posição do PCdoB sobre a ditadura Civil-Militar, denuncia a repressão do governo ditatorial sobre os estudantes, padres, intelectuais e o povo brasileiro. O Partido comenta sobre a indignação e sobre a crescente ideia da necessidade de

³⁵ O Foquismo ou foco guerrilheiro é uma estratégia para se chegar à revolução socialista que se popularizou na Revolução Cubana (1959). O foquismo consiste na criação de pequenos núcleos guerrilheiros no campo, sem necessariamente um grande apoio popular para com a revolução. O foco guerrilheiro cria condições para a revolução, desencadeando-a sem amplo apoio inicial das massas (Guevara, 2009).

uma revolução por via armada vinda das massas e solidifica sua posição a favor dessa via desde 1962:

Desde fevereiro de 1962, em seu Manifesto-Programa, o Partido Comunista do Brasil afirmava que as classes dominantes tornavam inviável o caminho pacífico da revolução. Os comunistas estão convencidos de que o povo, mais dia menos dia, terá que recorrer à luta armada. Não por amor à violência ou pelo desejo absurdo de derramar sangue. Mas sim como resposta à política terrorista da reação interna e do imperialismo norte-americano. Onde há opressão, torna-se inevitável a luta revolucionária (Coletivo Bandeira Vermelha, 1969, s/p).

Para o Partido, além de inevitável no combate à ditadura, a luta armada seria a forma pela qual as massas tirariam o Brasil do “atraso”, este materializado no monopólio de terras por grandes latifundiários e pela falta de centros industriais no país. O PCdoB via o Brasil vivendo num estágio pré-capitalista de desenvolvimento, se assemelhando muito com os tempos coloniais, em que, tirando certos centros urbanos como São Paulo e Guanabara, considerados centros industriais, o resto do país estaria vivendo nessas dificuldades semicoloniais (Coletivo Bandeira Vermelha, 1969).

No documento é usada a tese de dois “Brasis” dentro do Brasil, um Brasil das grandes cidades, que tinha certo desenvolvimento econômico e cultural, e outro do interior, que estava praticamente abandonado. Essa tese foi usada para defender a investida da guerrilha no campo, pois, como o interior do país é abandonado e, com exceção de certos núcleos camponeses, havia uma imensidão territorial não habitada nessas regiões, a construção de um exército popular no campo seria a melhor alternativa para a Guerra Popular Prolongada (Coletivo Bandeira Vermelha, 1969).

Em seguida, o PCdoB elenca uma série de fatores que definiriam o caminho da luta armada e que seriam aspectos da guerra revolucionária no Brasil³⁶. O caráter popular da luta seria algo essencial, nesse caso, as massas, que seriam direcionadas pelo PCdoB rumo à revolução. Outros pontos que se destacam é a ênfase na guerra de guerrilha no período inicial

³⁶ O termo Guerra Revolucionária, elencado pelo PCdoB, não é o mesmo termo trabalhado no capítulo anterior deste trabalho. Mesmo se referindo ao mesmo evento, que seria a luta pela revolução socialista, a maneira em que os elementos do Exército e os militantes do PCdoB enxergam a guerra revolucionária é diferente. Este é um debate extenso para se concluir em apenas uma nota de rodapé, porém, entende-se que o PCdoB e demais partidos comunistas pensam a guerra revolucionária como um caminho para a libertação do povo, derrubada do capitalismo e emancipação do proletariado, enquanto os teóricos do Exército a entendem como um movimento terrorista, fazendo com que ajam diversas percepções do mesmo termo.

da revolução, com fatores chaves como o clima e a topografia do Brasil, além do sucesso da guerra popular estar praticamente atrelada ao campo e à base popular/exército revolucionário, que seria construída no decorrer do conflito.

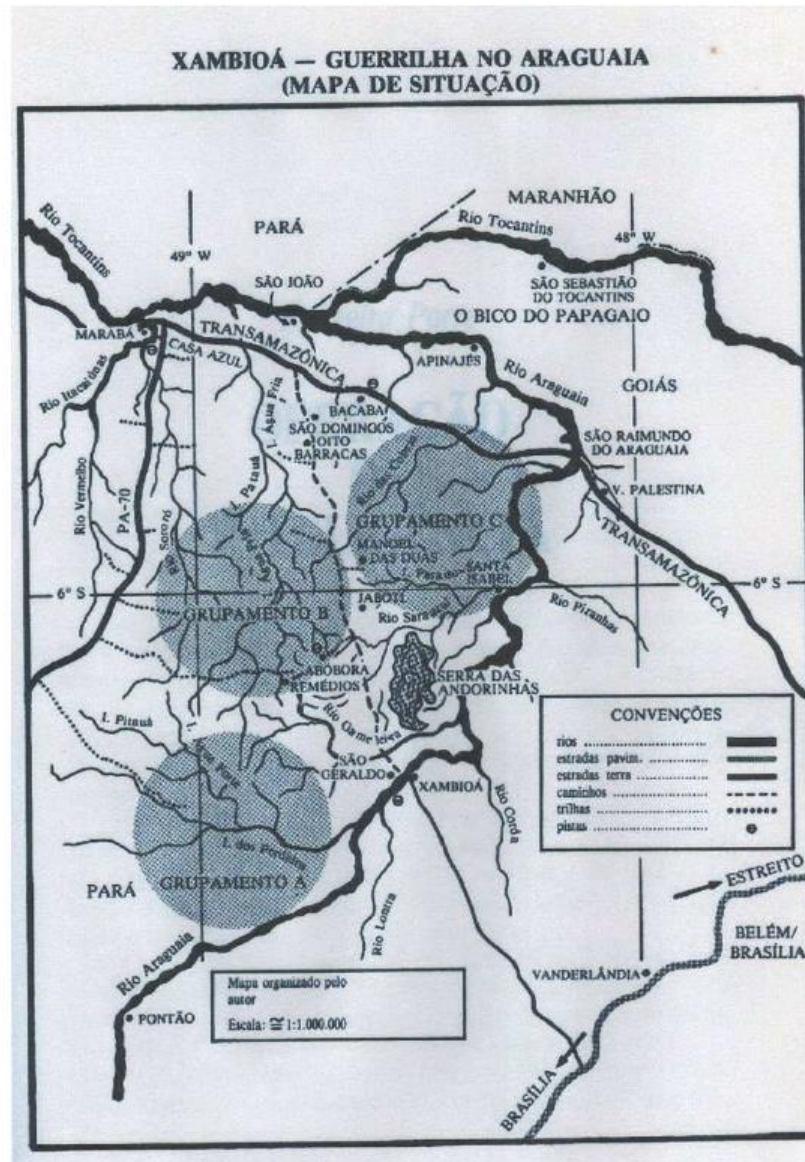
O documento “Guerra Popular: Caminho para a Lutar Armada no Brasil”, elenca diversas escolhas, estratégias e táticas que foram futuramente utilizadas pelos militantes do Partido na Guerrilha do Araguaia. Vários dos trechos escritos também justificam, por exemplo, a escolha do Bico do Papagaio como a região para se pensar em uma guerrilha rural. Características como uma mata densa, a localização no interior do país e o fato de ser uma região que era praticamente esquecida pelo Estado, foram fatores determinantes para a escolha do Araguaia como o início da guerra popular prolongada.

A disputa política entre posseiros e grileiros também foi determinante para a escolha da região. O PCdoB acreditava que a disputa por terras seria um elemento decisivo para a adesão da população em prol de uma revolução, visto que a repressão brutal de latifundiários e da polícia no interior propiciava a evolução rápida da luta por direitos para uma guerra popular (Comissão Nacional da Verdade, 2014a).

Como já mencionado anteriormente, o partido já havia enviado os primeiros militantes para região em 1966 e 1967. Esses primeiros militantes ficaram responsáveis pelos contatos iniciais com a população e também com o trânsito de outros guerrilheiros para a região, que até o fim do conflito recebeu cerca de 70 guerrilheiros do PCdoB. Desde a chegada dos primeiros militantes, os guerrilheiros foram se organizando militar e politicamente na região, aproximando-se da população e criando bases na mata, chamadas de destacamentos, que abrigavam os armamentos, campos de treinamento e os próprios guerrilheiros.

Em 1972, ano que se iniciou o conflito com as forças armadas, já estavam presentes no Araguaia 69 guerrilheiros, que cobriam uma área de 6.500 km². Esses se dividiam em três destacamentos (Figura 1), “A”, “B” e “C”, que cobriam alguns municípios do sudeste do Pará, como a cidade de Marabá, Xambioá e Tocantinópolis. O destacamento “A” atuava ao longo da rodovia Transamazônica, o destacamento “B” atuava no vale do rio Gameleira, nordeste da serra das Andorinhas, e o destacamento “C” atuava a sudoeste da serra das andorinhas.

Figura 1. Área dos destacamentos da Guerrilha



Fonte: Cabral, 1993.

Esses agrupamentos foram estruturados estrategicamente para cobrir regiões-chaves para o conflito que estaria por vir. O objetivo dos guerrilheiros era construir mais destacamentos e ter um envolvimento maior da população na guerrilha, porém eles foram surpreendidos pelo Exército no conflito que se tornou a primeira das três campanhas das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia.

No subcapítulo a seguir será discutido como ocorreu essa descoberta e como foi desencadeada a Guerrilha do Araguaia, assim como a primeira experiência dos camponeses com o Exército. Essa análise é importante para entender como era a relação entre esses três agentes do conflito, os guerrilheiros, a população e as Forças Armadas, e como essa relação se

desenvolveu ao longo do conflito até a chegada das Ações Cívico-Sociais (ACISO) no Araguaia.

2.3 A chegada do Exército: início do conflito

A chegada do Exército brasileiro na região do Araguaia remonta uma questão com divergências de informações que é: de que maneira o Estado brasileiro ficou sabendo da existência de uma organização *subversiva* na região? Para Ângelo Arroyo e para grande parte dos militantes do Araguaia, Pedro Albuquerque, considerado traidor por fugir da guerrilha, havia denunciado os militantes para o Exército no momento em que foi preso pois, meses após sua prisão, que ocorreu em março de 1972, começaram as buscas policiais na região onde os guerrilheiros estavam.

Porém, outra militante que deixou a guerrilha, Lúcia Regina, também teria concedido informações que levariam à descoberta de movimentações *subversivas* na região do Bico do Papagaio. Após a realização de um aborto, pois a gravidez ia contra as regras da guerrilha, Lúcia sofrera uma infecção e foi levada para Anápolis (Goiás) para melhor tratamento médico. Assim que teve oportunidade fugiu para a casa dos pais. Segundo a própria militante, o depoimento que ela prestou sobre a guerrilha ocorreu somente em 1975, momento em que a guerrilha já havia sido exterminada, tornando-o irrelevante. Porém, segundo depoimento de militares, após chegar em casa e ter contato para os pais o que aconteceu, seu pai relatou para o Exército o que Lúcia havia lhe contado e a informação foi repassada para o Centro de informações do Exército (CIE) (Mechi, 2014).

Contudo, antes mesmo da prisão de Pedro Albuquerque e da fuga de Lúcia Regina, os centros de informação militares, já em 1969, investigavam a presença de atividades guerrilheiras na região do Araguaia. O relatório da Comissão Nacional da Verdade aponta que, nos dias 8 e 9 de agosto de 1969 o coronel do Exército, Pedro Magalhães, esteve em Marabá a serviço do Centro de informações do Exército (CIE) e, pouco depois disso, aquela área foi considerada uma área de segurança nacional. Nesse momento, na cidade de Marabá foi criado um batalhão especializado em combate na selva com a justificativa da região ter “condições favoráveis” para o desenvolvimento de uma guerrilha. Ainda, em novembro de 1969 foi realizada a Operação Carajás, que tinha como objetivo o levantamento de informações sobre atividades *subversivas* na região, mas não teve sucesso em identificar o movimento que vinha sendo construído pelo PCdoB.

Além disso, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014a) aponta que:

Embora os documentos apontem para a prisão do guerrilheiro Pedro Albuquerque, ocorrida no Ceará, como origem das primeiras informações obtidas pelos militares acerca da Guerrilha do Araguaia, o militante comunista, que deixara a região em novembro de 1971, afirmou que seus torturadores já possuíam informações conclusivas sobre a presença do PCdoB. Em relatório do CIE de maio de 1972, é indicado que o Exército já tinha conhecimento das atividades de treinamento guerrilheiro na região, pois havia obtido essas informações ao prender um membro da ALN, na cidade de São Paulo, em período anterior. Outra fonte para os militares teria sido Lúcia Regina Martins, ex-mulher do guerrilheiro Lúcio Petit, que, após viagem a Goiânia para tratamento hospitalar, teria fugido para São Paulo e relatado ao Exército a existência do projeto de guerrilha (p. 687).

Entende-se que não houve um só fator para o descobrimento das movimentações do PCdoB na região do Araguaia e que os militantes que fugiram e, de maneira forçada ou não, relataram informações do conflito não foram os principais “culpados” pelo ataque que viria a acontecer nos destacamentos. Na realidade, eles tiveram seus relatos adicionados a outras investigações e operações que visavam identificar movimentos *subversivos*, o que culminou na identificação, pelas Forças Armadas, da construção de um movimento guerrilheiro no Araguaia.

O primeiro ataque do Exército contra a guerrilha data de 12 de abril de 1972, dando início à primeira campanha. Segundo o Relatório Arroyo, cerca de 20 soldados atacaram o ponto de apoio principal montado pelos guerrilheiros e, mesmo ainda não tendo terminado a preparação para a guerrilha, não houve baixas nesse primeiro confronto. Todos os guerrilheiros atacados se reuniram dias depois e fizeram uma avaliação positiva desse primeiro confronto.

Campos Filho (1995) aponta que as primeiras tropas enviadas para o Araguaia na guerrilha eram compostas de soldados ou recrutas e que o Exército teria subestimado a organização dos militantes, pois eles se surpreenderam com o grau de preparação e determinação que tiveram que enfrentar. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014a) aponta que a leitura feita pelas Forças Armadas naquele momento era de que a guerrilha se encontrava em uma fase mais avançada, em momentos finais de construção, o que torna curioso o fato de as tropas serem tidas como inexperientes.

O Exército, já na primeira campanha, agiu nos moldes da Guerra Revolucionária para combater os militantes, avaliando a situação como uma luta contra o inimigo interno, efetuando táticas que visavam também a conquista da população. Para isso, os militares tentavam desmoralizar os guerrilheiros manchando sua imagem para os camponeses:

O Exército procurou apresentar os guerrilheiros como marginais, terroristas, assaltantes bancos, maconheiros etc. Depois passou a dizer que éramos estrangeiros, russos, cubanos, alemães. Prendeu muitos elementos de massa, que considerava mais amigos nossos, tanto nas roças como nas cidades vizinhas. Depois de alguns dias, esses elementos foram soltos (Arroyo, 2009, p. 3).

No diário de Mauricio Grabois também se relata essa difamação de imagem:

O inimigo espalha que somos assaltantes de bancos, terroristas e difunde outras calúnias. Mas os camponeses não acreditam. Nos conhecem há muitos anos e sabem que somos pessoas honestas, corretas, amigas do povo e que lhes prestaram muitos favores. Alguns se dispuseram a nos auxiliar. As perspectivas de ajuda da massa parecem boas (Grabois, 2013, p. 2).

Percebe-se que, nesse primeiro momento, as Forças Armadas, ao tentar conquistar a população, focaram mais na difamação dos guerrilheiros, tentando botar medo nos camponeses. No entanto, essa estratégia aparentou não dar muito certo, pois, como diz o relato do guerrilheiro Mauricio Grabois, os camponeses não acreditaram nesse discurso porque já conheciam os guerrilheiros.

A chegada do Exército no Araguaia mudou toda a dinâmica da região, a população tomou com estranhamento a repentina presença diária de soldados nas cidades da região. Foram montados postos de vigias nas estradas em que ônibus e outros veículos estavam sendo vistoriados. Segundo Campos Filho (1995), na cidade de Xambioá, o número de soldados chegava a quase metade da população e a cidade passou a ter toque de recolher, em que moradores não poderiam ficar na rua após as 18h.

Além disso, a violência contra o camponês também passou a ser diária a partir da primeira campanha do Exército. Houve queima de roças, de plantações e casas de moradores da região que eram suspeitos de envolvimento com os *subversivos*. O terror tomou conta da população à época, pessoas suspeitas de envolvimento com os “paulistas” eram investigadas, e durante essas investigações sofriam tortura para falar do que não tinham conhecimento, como apontado em relato de um camponês disponibilizado por Campos Filho (1995):

...o 'pessoal especializado' chutava as pessoas, dava socos, choques elétricos nos pés, testículos, ouvidos. Viajantes, hippies, vendedores, comerciantes dos lugarejos, todos gritavam por inocência, nem mesmo entendiam o que estavam acontecendo, e muitos não queriam acreditar que os "paulistas", que eles conheciam tão bem e de quem eram tão amigos, fossem tudo aquilo que o 'pessoal especializado' dizia, ao mesmo tempo em que perguntava onde eles estavam e batia, e dava choques: que eram terroristas, assaltantes de banco no Sul, e eram também defloradores de moças, uns eram amulherados e todas as mulheres prostitutas em São Paulo. Todo mundo apanhou mas ninguém acreditou (Campos Filho, 1995, p. 106).

A violência causada à população, nessa primeira campanha, também respingou em membros da Igreja Católica, com a prisão de um padre e uma freira que atuavam na região:

Bem pouco tempo depois, em 1º de junho, foi a vez dos religiosos que atuavam em São Domingos, pela Igreja Católica, serem alvos da desconfiança de militares, que insistiam em apontá-los também como membros da guerrilha. Padre Roberto de Valicourt, missionário católico francês que chegara à região em janeiro de 1972, e Irmã Maria das Graças, foram acusados de serem guerrilheiros disfarçados. Presos praticamente dentro da igreja, após celebração de uma missa, foram levados até o acampamento militar existente no povoado de Metade, e ali submetidos a torturas físicas e psicológicas. Depois, foram levados para Palestina e, em seguida, para Araguatins, onde, após a interferência do Bispo-Prelado de Marabá, Dom Estevão de Cardoso Avelar, foram libertados (Campos Filho, 1995, p. 107).

É fundamental elencar a violência sofrida pelos camponeses e demais moradores da região na primeira campanha do Exército, principalmente pelo fato de que o tratamento que as Forças Armadas dariam para a população na campanha a seguir seria o oposto: viria em forma de assistencialismo.

A estratégia que o Exército seguiu nesse primeiro momento envolvia colocar medo na população para que ela não se envolvesse com os *subversivos*, seja colocando os “paulistas” como “terroristas” ou “marginais”, tentando “manchar” a boa imagem que até então teria sido construída pelos guerrilheiros, seja pelo terror, ao queimar casas, roças ou prender e torturar qualquer um que tinha o mínimo de envolvimento com os *subversivos*.

Ao fim da primeira campanha, os militares não conseguiram o resultado esperado, que era o de derrotar a guerrilha já nesse primeiro momento. Com tropas pouco especializadas na mata e sem conseguir o apoio da população, as Forças Armadas fizeram uma “retirada estratégica” visando preparar melhor as estratégias e as tropas para uma investida mais certa,

que viria mais tarde no mesmo ano, com operações de informação, para entender melhor como os guerrilheiros se organizavam.

Já pela ótica dos guerrilheiros, que foram pegos de surpresa pelo Exército, porém sofreram poucas baixas, a primeira campanha trouxe confiança para o que vinha a seguir. Após essa primeira investida, a Comissão militar se reuniu e planejou a realização de propaganda revolucionária e melhora no abastecimento dos pontos de apoio. O objetivo era conseguir maior apoio da população, recrutar camponeses e conseguir armas e equipamentos, aproveitando o “recoo” do inimigo para fortalecer a guerrilha.

Capítulo 3 - Operações ACISO na Guerrilha do Araguaia

Como já mencionado anteriormente, a Guerrilha do Araguaia, que teve sua duração de 1972 até 1974, se consistiu por uma série de conflitos na região do Bico do Papagaio, região que ficava entre os Estados do Pará, Maranhão e Goiás. Para combater os guerrilheiros do PCdoB, as Forças Armadas brasileiras, principalmente o Exército, executaram várias operações que podem ser divididas em campanhas do Exército para a região. Ao total foram três campanhas e cada uma delas tinha um objetivo específico, porém, o objetivo maior era sempre diminuir/derrotar as forças *subversivas* do Araguaia.

A região em que ocorreu o conflito era ocupada pelas cidades de Xambioá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Sebastião, Araguatins, Tocantinópolis e Brejo Grande do Araguaia que se encontravam próximas da região em que os militantes do PCdoB estavam alocados.

Essas localidades foram escolhidas inicialmente pelos guerrilheiros como possíveis locais para o início da Guerra Popular Prolongada, estratégia que, como dito nos subcapítulos anteriores, os militantes usariam para a tentativa da Revolução Brasileira. Com o decorrer da guerrilha outras cidades também se tornaram palco do conflito e, eventualmente, palco de operações das Forças Armadas, como Marabá, que recebeu algumas operações de Ações Cívico-Sociais (ACISO) no ano de 1972.

As Ações Cívico-Sociais (ACISO) executadas pelo Exército ficaram concentradas na segunda campanha das Forças Armadas, iniciada no segundo semestre de 1972 e que teve como maior foco operações de busca de informações e ações psicológicas. Nesse período, por exemplo, foi executada a Operação Papagaio (Manobra 72), a maior operação de informação que ocorreu durante o conflito, momento em que foram enviados soldados disfarçados de camponeses, executadas Ações Cívico-Sociais e efetuada a compra de bares e bodegas, afim de conseguir o maior número de informações possíveis sobre o paradeiro dos guerrilheiros.

Durante esse período também ocorreram embates entre os guerrilheiros e o Exército. Segundo o Relatório Arroyo (2009), na segunda campanha foram enviados de 8 a 10 mil soldados do Exército brasileiro para a região. Houve poucas baixas pela parte dos guerrilheiros e, no geral, eles se sobressaíram em relação ao Estado, mesmo com o fato de os combatentes do PCdoB não conseguirem efetuar as emboscadas que haviam planejado. Esses fatores tornam o entendimento da segunda campanha essencial para mensurar os impactos das Ações Cívico-Sociais (ACISO) na Guerrilha do Araguaia.

3.1 Segunda campanha do exército

Das três campanhas efetuadas pelo Exército brasileiro na Guerrilha do Araguaia, a segunda campanha teve um caráter um pouco diferente das demais. Diferente da primeira campanha, em que os militares não sabiam muito bem como estavam organizados os guerrilheiros, e diferente também da terceira campanha em que ocorreu uma série de operações de caráter violento com o objetivo de exterminar os *subversivos*, a segunda campanha, que ocorreu entre o fim de 1972 e o fim de 1973, teve operações mais focadas na obtenção de informações e assistencialismo à população local, dentre elas, a Operação Papagaio e a Operação Sucuri.

O uso de táticas características da Doutrina da Guerra Revolucionária foi o que marcou essa segunda campanha. Relatórios do Exército indicam que naquele momento, a Guerrilha do Araguaia foi utilizada para “teste da Doutrina da Guerra Revolucionária” (Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0001_d.). Em um primeiro momento, foram enviados soldados para combater os guerrilheiros, porém, mais tarde, o foco passaria a ser a população local.

Com a retirada das tropas em novembro de 1972, os guerrilheiros acreditavam ter se sobressaído mais uma vez sobre os militares e pensaram que os meses seguintes, até a operação Marajoara³⁷, teria sido um momento de trégua das Forças Armadas:

Em novembro de 1972, iniciou-se um período de trégua. O grosso das tropas se retirou da área. Ficaram algumas tropas na periferia e a PM manteve-se nos postos de fiscalização e controle. Multiplicaram-se também os agentes da Polícia Federal (disfarçados). Não tendo conseguido esmagar os guerrilheiros na segunda campanha, o Exército se preparava para realizar uma nova operação (Arroyo, 2009, p. 8).

Segundo o Relatório Arroyo (2009), os guerrilheiros saíram da “segunda campanha” com a moral alta e confiantes que conseguiriam se preparar ainda melhor para uma nova campanha estimada para maio de 1973. O que os militantes não sabiam era que desde setembro

³⁷ A Operação Marajoara foi uma operação organizada pelas Forças Armadas que ocorreu entre outubro de 1973 e outubro de 1974, fazendo parte da terceira campanha do Exército no Araguaia. Foi caracterizada pela violência contra a população local e contra os guerrilheiros, sendo essa a operação que deu fim à Guerrilha.

de 1972 já estava em vigor a Operação Papagaio, ou Manobra 72, que tinha caráter psicológico e como uma de suas estratégias não combater diretamente os guerrilheiros.

A Operação Papagaio, inicialmente, segundo relatório das Forças Armadas, foi caracterizada como uma “operação de limpeza” das atividades *subversivas*, compreendendo as cidades de Marabá, Araguatins e Araguaianã. O objetivo principal da Operação era “registrar todos os eventos julgados relevantes (...) para estudos e orientação para planejamentos similares em operações futuras” (p. 4). Então, mesmo com o deslocamento de cerca de 5 mil soldados, as orientações passadas, mediante ao relatório, não priorizavam o enfrentamento aos *subversivos* da região.

Com isso, o enfoque eram as operações de cunho psicológico. Grande parte das Ações Cívico-Sociais (ACISO) feitas na Guerrilha do Araguaia foram executadas durante a Operação Papagaio, assim como várias outras manobras de teor psicológico que serão vistas no subcapítulo a seguir. Essa abordagem diferente da campanha, sem grande enfoque no combate, possibilitou o transporte de militares e veículos e a construção de bases militares que não necessariamente eram vinculadas à repressão a guerrilha (Mehi, 2014).

Um dos fatores principais para o foco nesse tipo de operação era a maneira com que as Forças Armadas enxergavam a população do Bico do Papagaio, como vulneráveis a ações *subversivas*. A Doutrina da Guerra Revolucionária, como visto anteriormente, apontava que populações que viviam em estado de pobreza eram o “campo de trabalho” de *grupos subversivos* e também eram mais suscetíveis a serem enganadas.

Dito isso, a população da região onde ocorreu o conflito, anterior às campanhas do Exército, era praticamente abandonada pelo Estado Brasileiro, vivendo no isolamento geográfico, devido à distância dessas regiões de grandes centros urbanos, e um isolamento social, pela invisibilidade dos moradores daquela região na visão da Ditadura brasileira. Esse isolamento foi uma das coisas que motivou a ida dos guerrilheiros para a região e estes acabaram fazendo o papel do Estado ao prestar serviços de saúde, educação e infraestrutura para a população local:

Algumas ações dos militantes se concentraram no atendimento de cunho social que o Estado não realizava na região. Era a oportunidade para mostrar ao camponês, através das ações, o papel que ele ocupava na estrutura social do país e o descaso do Estado com suas demandas. Não havia hospitais, escolas, postos de saúde, saneamento básico, ou mesmo agentes de saúde,

agentes sanitários ou médicos que orientassem a população local, por exemplo, em noções de higiene, no combate à malária, ou à leishmaniose. Esse espaço foi ocupado pelo PC do B (Mechi, 2014, p. 94).

Os militantes do PCdoB desde que chegaram na região, em 1966, vinham trabalhando nessas lacunas sociais deixadas pelo Estado brasileiro, como, por exemplo, ocupando esses espaços construindo escolas, farmácias e pequenos comércios (Comissão Nacional da Verdade, 2014a, p. 686). Em tese, as operações que aconteceram durante a segunda campanha apareceram para identificar o laço criado entre os militantes e os camponeses e para tentar criar um laço entre a população e o Estado, agora representado pelo Exército. Para isso, as ações psicológicas executadas na Operação Papagaio tentaram apagar qualquer tipo de boa relação criada entre os guerrilheiros e a população.

Segundo o Relatório Arroyo (2009), o Exército confeccionou e distribuiu para a população uma série de panfletos de teor contrário a guerrilha:

Durante a campanha, o Exército distribuiu boletins na área, concitando os guerrilheiros a se entregar. Distribuiu também o fac-símile de uma carta do Geraldo, dirigida ao Glênio (Glênio Sá), do B, na qual afirmava que estava sendo bem tratado, e com dignidade, pelo Exército e pedindo a ele para se entregar. A carta trazia o retrato de Geraldo e também o de Miguel (que havia sido preso no C). Elementos de massa dizem que viram também uma carta da Baianinha e outra da Lena, mas não temos confirmação. O boletim, entre outras coisas, dizia que "o povo não apoiava os guerrilheiros", que "as fontes de suprimentos dos guerrilheiros estavam bloqueadas", que "as organizações do Partido nas cidades haviam caído e onde não caíram, estavam prestes a cair", que "a luta do Araguaia não teve a repercussão que os guerrilheiros esperavam", que "as rotas de fuga estavam bloqueadas", que "a guerrilha urbana tinha fracassado e que era inútil prosseguir no caminho que estávamos" e que "não restava outro caminho senão entregar-se" (Arroyo, 2009, p. 5).

O objetivo das Forças Armadas, com a distribuição desses boletins, era o de desencorajar tanto a população quanto os guerrilheiros, porém, certos panfletos, além de desencorajar, almejavam a desistência e, conseqüentemente, que os guerrilheiros se entregassem às Forças Armadas. Ângelo Arroyo (2009) não indica, pelo seu relatório, que esses panfletos tiveram algum tipo de efeito nele e em seus companheiros. Ele chega a comunicar que, um pouco antes da terceira campanha, os guerrilheiros conseguiram apoio de cerca de 90% da população, diferente do que apontam os relatórios do Exército. Nestes, o Exército indicava que grande

parte do apoio que era dado aos guerrilheiros se dava somente pelos “hábitos de hospitalidade da área”³⁸ e não por confiarem nos militantes ou apoiarem a *causa subversiva*.

Relatórios do Exército com informações sobre as ações psicológicas e as Ações Cívico-Sociais (ACISO) realizadas durante a Operação Papagaio serão analisados no subcapítulo seguinte desse trabalho, momento em que se aprofundará mais nos dados e resultados obtidos, pelo Exército, nessas ações.

Para além das ações de teor psicológico, alinhadas com a Doutrina da Guerra Revolucionária, a operação também serviu de treinamento para as tropas, como aponta Mechi (2014) ao dizer que as condições de treinamento para a guerrilha rural apresentadas no Araguaia eram superiores a outras atividades de treinamento já realizadas pelos militares, pois foi montada em uma situação “realmente existente”. A Guerrilha do Araguaia foi considerada pelo Exército também como campo de treinamento, pois ainda não se tinha tido contato com uma experiência de guerrilha rural que chegou a tal “nível” de organização.

Segundo relatório das Forças Armadas sobre a Operação Papagaio³⁹, esta teve fim em 18 de outubro de 1972 e foi efetuada uma “retirada estratégica” das tropas do Araguaia pelo Exército, o que levou os guerrilheiros a acreditarem que havia começado um período de trégua, porém era o começo de outra operação militar:

Com o fim da Operação Papagaio, o CIE julgou necessário encenar uma retirada estratégica para reavaliar a situação no sudeste do Pará. A área permaneceu sob vigilância de agentes infiltrados e do deficiente – segundo avaliação dos próprios militares – sistema de inteligência da Polícia Militar local, enquanto o Exército articulava uma operação de levantamento de informações, que viria a ser conhecida como Operação Sucuri (Comissão Nacional da Verdade, 2014a, p. 690).

No entanto, mesmo sem a presença de tropas do Exército, os militantes continuavam a notar movimentações fora do comum na região, como a construção de quartéis e a chegada de novas pessoas:

Começou a construir quartéis em Marabá, Imperatriz, Itaituba, Altamira e Humaitá. (...) A serviço do Exército (ao que tudo indica), começaram a

³⁸ Arquivo CNV, 00092.002428/2014-19.

³⁹ *Idem*.

aparecer indivíduos estranhos na área, comprando terra, abrindo serviço de roça, instalando-se em fazendas. Eram pessoas de outros Estados, inclusive de São Paulo (Arroyo, 2009, p. 8).

Pouco depois do fim da Operação Papagaio, foi organizada a Operação Sucuri, que durou de maio a outubro de 1973 e, na lacuna entre essas duas datas, a região ficou sob vigilância de agentes infiltrados e dos próprios órgãos da polícia local.

A Operação Sucuri também foi uma operação onde se evitou o confronto com os guerrilheiros, seu maior foco era a busca de informações. Segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014a): “O objetivo dos militares era fazer um levantamento das áreas de esconderijos e trânsito dos guerrilheiros, mapear a rede de apoio do movimento entre os moradores, para, posteriormente, eliminá-la” (p. 690).

Esse levantamento foi feito a partir da ida de militares e civis disfarçados de novos moradores da região e de agentes do Estado que tinham como objetivo observar as ações guerrilheiras enquanto estavam pela área:

Novamente (*os militares*) apareceram como funcionários do INCRA, mas na operação Sucuri também apareceram como funcionários da Campanha de Erradicação da Malária e do DNER. Tanto o INCRA quanto o DNER, além de fornecer a cobertura para os agentes, ofereceu também as instalações e o suporte logístico (Mechi, 2014, p. 325).

Além disso, para se construir uma rede de informações robustas na região, foram pensadas a construção de bares/bodegas para facilitar a troca de informações entre os militares infiltrados. A rede de informações foi dividida em duas “sub-redes” independentes, uma localizada na cidade de Xambioá e outra ao longo da Transamazônica, cada uma tendo sua hierarquia de comando e com orientações semelhantes⁴⁰.

O subcoordenador da rede de informações de Xambioá trabalhou no escritório do INCRA, localizado em São Geraldo (PA), o que comprova o uso de órgãos do Estado no combate à guerrilha. Nessa “sub-rede” seriam instalados dois botecos, adquiridas posses de terra para a instalação de elementos do Exército e formadas campanhas de erradicação da

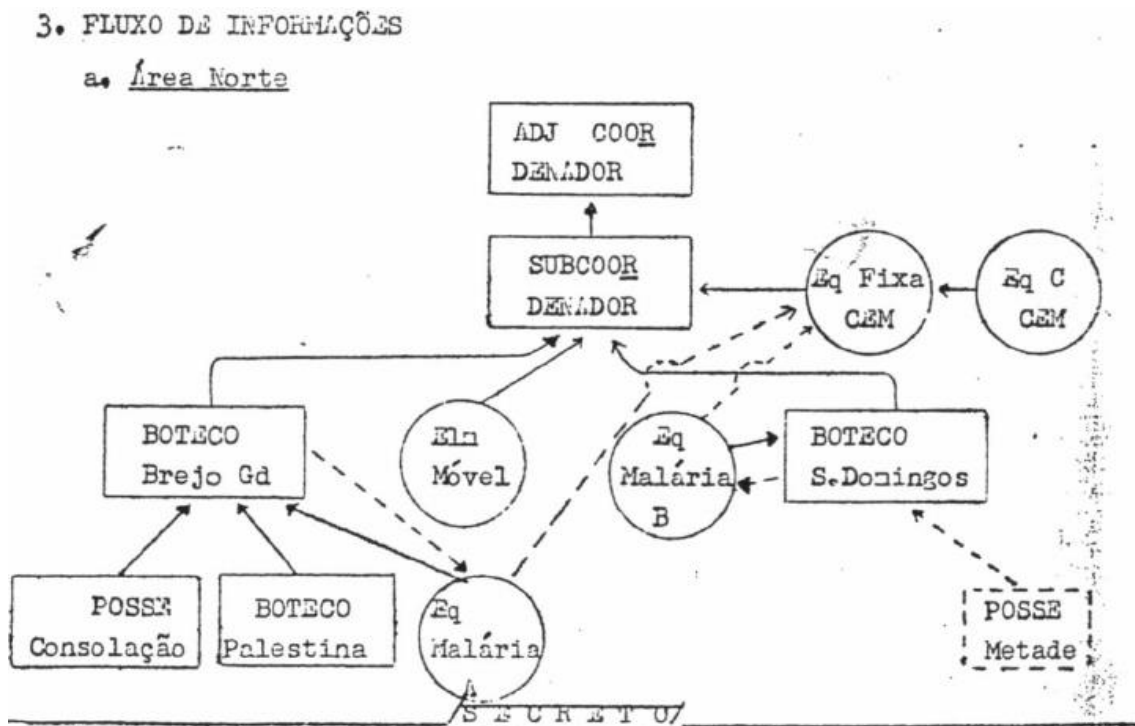
⁴⁰ Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0021_d, p. 5.

malária que agiriam na região de Santa Cruz, Gameleira, Caiano e Pau Preto, todas essas campanhas com a presença de militares infiltrados⁴¹.

Na região da Transamazônica, seria montada uma rede de informações parecida com a rede de Xambioá, porém, o subcoordenador da rede estaria se passando por um engenheiro do DNER⁴². Seriam instalados botecos em Palestina, Brejo Grande e São Domingos e também teriam militares infiltrados nas campanhas de erradicação da malária que aconteceriam na região.

As informações eram coletadas pelos informantes que buscavam se adaptar às atividades as quais foram destinados. Para não serem percebidos pelos guerrilheiros que atuavam na região, um fluxo contínuo de informações foi criado, em que cada tipo de informante passava suas informações em determinados pontos específicos para depois essas informações chegarem aos subcomandantes da operação:

Figura 2. Fluxo de Informações Área Norte



Fonte: Comissão Nacional da Verdade, 2014b, p.8.

⁴¹ *Idem.*

⁴² DNER ou Departamento Nacional de Estradas e Rodagem surgiu em 1937. “Tinha por competência o plano geral de estradas de rodagem nacionais, a execução e/ou fiscalização de obras e melhoramentos das estradas de rodagem nacionais, assim como o policiamento das estradas e pontes nacionais (lei n. 467, de 31 de julho de 1937, e decreto n. 3082, de 17 de setembro de 1938)” (DNER, s/d). Em 2001 o órgão foi extinto e foi criado em seu lugar o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

O fluxo acima exemplifica como seriam executadas as trocas de informações na região Transamazônica, mostrando como os militares infiltrados trocariam informações. Muitos desses grupos não teriam conhecimento de quais outras equipes de malária ou quais outros moradores também estariam infiltrados, isso por motivos de segurança da operação.

Além disso, foi instruído aos informantes que, por ser uma operação de busca de informações, caso entrassem em contato com algum militante, deveriam continuar agindo como se fossem moradores da região ou prestadores de serviço do CEM (Campanha de Erradicação da Malária) e, com isso, evitando entrar em combate com os militantes.

Durante a execução da Operação Sucuri, esse esquema de troca de informações realmente aconteceu. Em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade (2014a), os soldados Eudantes Rodrigues de Farias e Gerci Firmino da Silva confirmaram que participaram da Operação Sucuri como informantes. Ambos se passaram de posseiros na região, vestiam trajes civis, garantiam a infiltração de militares na região através da compra de pequenos pedaços de terra e repassavam as informações adquiridas para a sede do INCRA. Além desses, outro soldado, Jamiro Francisco de Paula, garantiu, em depoimento, se passar por um agente de combate à malária, no contexto das Ações Cívico-Sociais (ACISO) (Comissão Nacional da Verdade, 2014a).

Ao final da Operação Sucuri, outubro de 1973, segundo relatório do Exército⁴³, houve o levantamento da composição e área de atuação dos destacamentos dos guerrilheiros, principalmente do destacamento “A”, que era totalmente desconhecido pelos militares. Houve contato pessoal dos informantes com os grupos de guerrilheiros, o que possibilitou identificar armamentos, equipamentos e vestimentas dos militantes.

Segundo o mesmo relatório, foi feita a identificação da rede de apoio dos militantes, que englobava camponeses que ajudaram de alguma maneira os integrantes da guerrilha. Mechi (2014) complementa que, após conseguirem essas informações, as Forças Armadas confeccionaram uma lista com os moradores que ajudaram os guerrilheiros e montaram uma estrutura de repressão para o extermínio da Guerrilha do Araguaia na operação seguinte, a Operação Marajoara.

A Operação Marajoara faz parte da terceira campanha do Exército, tendo início em outubro de 1973, momento em que os guerrilheiros acreditavam ter sido o fim do “período de

⁴³ Comissão Nacional da Verdade, 2014c.

trégua”. Após todas as informações coletadas nas operações anteriores, se almejava o extermínio total da guerrilha, usando agentes infiltrados como guias na mata para os soldados do Exército, sequestrando e torturando os camponeses que ajudaram a guerrilha de alguma maneira. Em decorrência dessa operação, a guerrilha foi derrotada, tendo grande parte dos seus participantes mortos ou capturados.

Após entender o caráter psicológico da segunda campanha do Exército no Araguaia e a importância de operações desse tipo para a sequência do conflito, se faz necessário aprofundar em tais ações que ocorreram nesse momento. O seguinte subcapítulo irá tratar, de maneira mais aprofundada, as Ações Cívico-Sociais que ocorreram na Guerrilha do Araguaia e como foi a tentativa do Exército de enfraquecer os guerrilheiros através de ações visando os camponeses.

3.2 ACISO na Guerrilha do Araguaia

Com a identificação pelas Forças Armadas de movimentações *subversivas* na região do Bico do Papagaio, por volta de 1972, operações para identificar e entender os indivíduos que agiam na região começaram a acontecer e, dentre essas operações, existiam também operações de Ações Cívico-Sociais (ACISO). Após a análise de documentos das Forças Armadas referentes à Guerrilha do Araguaia, que estão disponíveis no Acervo Nacional, foram identificadas ações do tipo Ações Cívico-Sociais (ACISO) nas seguintes regiões: Araguatins (GO), Araguanã (GO), Brejo Grande do Araguaia (PA), Caiano (PA), Marabá (PA), São Geraldo do Araguaia (PA) e Palestina (PA).

Essas ações variavam entre a distribuição de remédios, construção de estradas e até “ações patrióticas”, como a distribuição de bandeiras e o toque do hino nacional todos os dias. Elas se concentram nos anos de 1972 e 1973, momento em que a guerrilha já estava acontecendo, mostrando que as Ações Cívico-Sociais (ACISO) foram executadas com o objetivo de ajudar a neutralizar os guerrilheiros.

Nas buscas para este trabalho, a primeira ação do tipo ACISO no Araguaia ocorreu em meados de agosto de 1972, fazendo parte de uma operação de “restabelecimento da lei e da ordem” na região do Pará, mais especificamente em Marabá e Araguanã, cujo objetivo principal

era impedir a navegação dos guerrilheiros por certos trechos do Rio Araguaia e “assegurar o clima de tranquilidade necessário naquela região” (Brasil, s/d)⁴⁴.

No relatório em que estão essas informações, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) aparecem de uma maneira mais ampla, sem detalhes de tarefas específicas: “O Grupamento Operativo, a ser constituído, deverá FCD, sempre que possível, prestar ACISO à população civil dentro da sua zona de responsabilidade” (Brasil, s/d, p. 8). Desta maneira, supõe-se que, prestar Ações Cívico-Sociais (ACISO) está ligado a prestar assistência como um todo, sem a necessidade de materiais específicos, pois, pelo relatório, não fica claro se esses agentes das Forças Armadas tinham, por exemplo, algum estoque de medicamentos que em algum momento seria distribuído à população, algo que também se caracterizaria como uma ação do tipo ACISO (Brasil, s/d).

O período em que o relatório foi publicado, agosto de 1972, foi após a primeira campanha do Exército contra os guerrilheiros e próximo à Operação Papagaio. Como visto, essa operação foi a primeira de cunho “psicológico” feita na região do Araguaia, nos moldes das ações psicológicas ensinadas nos manuais da Doutrina da Guerra Revolucionária.

Com relação à Operação Papagaio, dois relatórios do Exército se destacam pela quantidade de informações relevantes para o presente trabalho e serão devidamente analisados. São eles: o Relatório das Operações Psicológicas e ACISO, anexo “C” do Relatório da Manobra Araguaia/72 – Operação Papagaio de novembro de 1972, e o Relatório das Operações de ACISO de 20 de outubro de 1972.

3.2.1 Análise do Relatório das Operações Psicológicas e ACISO, anexo “C” do Relatório da Manobra Araguaia/72 – Operação Papagaio de novembro de 1972

O primeiro relatório, intitulado Relatório das Operações Psicológicas e ACISO, tem como finalidade evidenciar o planejamento e a execução das operações psicológicas e das Ações Cívico-Sociais (ACISO) nos municípios de Xambioá e Araguatins, e também tirar um balanço dos resultados esperados pelas Forças Armadas. A manobra foi pensada como uma operação de contraguerrilha nos moldes da Guerra Revolucionária e em seu planejamento tinha

⁴⁴ BRASIL. Ministério do Exército. *Os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia*. Brasília: Ministério do Exército, [data não informada]. 1197 p. (Documentos e relatórios sobre a Operação Papagaio).

como objetivo afastar os *subversivos* que vinham atuando na região. Além disso, o relatório também diz em “Capacitar a população de que poderá contar com o apoio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia pelas ACISO empreendidas” (Brasil, s/d).

Além da Operação Papagaio ser a primeira operação de cunho psicológico efetivada na Guerrilha do Araguaia, ela foi a primeira operação de cunho psicológico em uma região onde havia um movimento de guerrilheiros mais organizados, servindo também de treinamento para o exército em “situações reais” de conflito:

Além de ser uma operação de “guerra psicológica”, a operação teve outros fins. Serviu também para treinar as Forças Armadas para a guerrilha rural e apresentaria condições superiores a outras atividades de treinamento já realizadas pelos militares, pois foi montada sobre uma situação “realmente existente” e, por isso, segundo o General Olavo Vianna Moog, “consistiu uma operação de fato”. Para os militares, era importante realizar um treinamento a partir de uma “situação real”, já que em algumas das manobras anteriores, não se contava nem com o guerrilheiro, nem com a população (Mechi, 2014, p. 315).

Essa manobra da Operação Papagaio fez com que as teorias sobre a Guerra Psicológica estudadas pelo Exército fossem colocadas em prática pela primeira vez no Brasil, o que animou, de certo modo, o alto comando das Forças Armadas. Era como uma “oportunidade única” de se realizar uma manobra dentro de um quadro real, com guerrilheiros reais e com uma população exposta realmente a “ideias *subversivas*”.

Segundo o relatório, a manobra tinha como um dos objetivos conseguir o apoio da população, pois o Exército trabalhava com a hipótese de que os *subversivos* tinham conseguido o apoio através de “serviços prestados e normas de boa vizinhança”, ressaltando que alguns guerrilheiros já tinham se firmado na região há três anos, no caso em 1969. Isso, de certa forma, está de acordo com o documento elaborado pela Comissão Nacional da Verdade que aponta que a movimentação para o Bico do Papagaio teve início nos anos de 1966 e 1967:

Em 1966 e 1967 os primeiros membros do partido chegaram ao sul do Pará, sendo o primeiro o próprio Oswaldo Orlando da Costa, já sob o codinome de Oswaldão, seguido por Nelson Piauhy Dourado, João Amazonas, João Carlos Haas Sobrinho, Maurício Grabois, Líbero Giancarlo Castiglia, Ângelo Arroyo e Elza Monerat – a qual se tornou a responsável pelo trânsito de outros guerrilheiros para a região (Comissão Nacional da Verdade, 2014a, p. 683).

Sobre a questão da “boa vizinhança” dos moradores da região com os militantes do PCdoB, apontado pelo relatório da Operação Papagaio, ela fazia parte da estratégia de aproximação dos guerrilheiros com os camponeses. Desde que chegaram, os guerrilheiros tentavam, dia a dia, se aproximar da população local para obter a confiança desta para, posteriormente, ajudarem na guerrilha e, também, facilitar a adaptação desses militantes à região.

A relação dos militantes com os camponeses era harmônica, tendo como elemento principal o trabalho com a terra. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, por causa da pouca presença do Estado na região, as atividades realizadas pelo PCdoB tinham como objetivo tanto a aproximação com a população local, visando um futuro político, como também atender as necessidades da população (Comissão Nacional da Verdade, 2014a). A criação de escolas, atendimento médico e a ajuda com o trabalho “na roça” ajudaram a estabelecer aquilo que as Forças Armadas chamaram de “boa vizinhança”.

Voltando ao relatório sobre a Operação Papagaio, sabe-se que foram feitas tanto ações psicológicas quanto Ações Cívico-Sociais (ACISO) durante a operação. Essas ações acontecem de maneira conjunta na operação e as Ações Cívico-Sociais (ACISO) também fazem parte de táticas das ações psicológicas da Doutrina da Guerra Revolucionária, porém, inicialmente, eram para ser feitas por diferentes equipes. Por isso, mesmo se entrelaçando em teoria e prática, serão analisadas também de maneira individual.

As ações psicológicas foram planejadas para ocorrer em todas os momentos da Operação, desde a chegada dos militares na região – antes do início da Operação Papagaio –, durante e após a manobra ser finalizada. Isso por que a ação psicológica também recaía à tropa do Exército, na busca por treiná-los para como agir com a população local e com os guerrilheiros, com a finalidade de “manter e fortalecer a moral da tropa”. Assim, foi realizada a distribuição de um “Guia” para cada soldado com o foco no trato com a população, o que demonstrava muita preocupação do Exército em como os camponeses das cidades de Xambioá e Araguaetins iriam reagir à essa aproximação do Estado⁴⁵.

Nesse primeiro momento, o cuidado com a população era para prepará-los para cooperar com as Forças Armadas (FFAA) nas ações na região:

⁴⁵ Brasil, s/d, p. 287 - Documentos e relatórios sobre a Operação Papagaio.

Quanto a ação psicológica, procurou-se criar uma imagem sobre a população, favorável às FFAA e prepará-los para cooperar com a tropa no combate aos terroristas. Isto foi feito, particularmente através da Ação Cívico Social que foi desencadeado nos municípios de Xambioá e Araguatins (Brasil, s/d, p. 287).

A criação de uma imagem favorável do Exército para os moradores fazia parte da Guerra Psicológica que estava sendo travada nesse momento contra os guerrilheiros, tentando anular o trabalho de base construído pelos militantes do PCdoB até aquele momento. Além disso, havia como objetivo convencer os próprios guerrilheiros de que o conflito que estava por vir era uma guerra perdida e, assim, fazer com que parte dos “terroristas” se rendessem.

Os militares tinham como objetivo fazer com que os *subversivos* se voltassem contra “seus chefes”, assim, destruindo a Guerrilha por dentro. Para isso, foram criados panfletos e manifestos que, em seguida, foram distribuídos para a população. A ideia era que, eventualmente, esses conteúdos cairiam nas mãos dos guerrilheiros.

O conteúdo dos panfletos era composto de declarações de outros *subversivos* que se encontravam presos, informando que estavam sendo dispensados após se renderem ao Exército, e que era seguro fazê-lo. Os panfletos vinham acompanhados de assinaturas e fotos dos *subversivos* para “comprovar” tal ação.

Junto com os panfletos, foram distribuídos manifestos que procuravam colocar na cabeça dos guerrilheiros a “fragilidade e inutilidade” do movimento e, também, reforçar a questão da “rendição honrosa”. Ao todo, foram confeccionados e distribuídos pelo Exército 5.000 panfletos e manifestos, que foram encaminhados para as casas de mateiros da região. Vale ressaltar que junto da distribuição, os soldados comunicavam o “caráter terrorista” do movimento que acontecia na região para esses mateiros e também que a entrega de panfletos foi iniciada antes da chegada de todas as tropas à região.

Depois da execução das operações psicológicas, foi feito um balanço dos resultados encontrados nessas ações. O trabalho em relação à panfletagem foi considerado efetivo, pois, segundo o relatório: “nas mochilas dos elementos subversivos mortos, foram encontrados panfletos distribuídos pela tropa, o que indica que eles chegaram ao destino” (Brasil, s/d, p. 289). Além disso, o relatório demonstra que existia uma vontade de alguns *subversivos* em se

renderem, apesar do Exército não fazer prisioneiros, e que eles não o faziam por medo de retaliação vinda do próprio Exército ou dos companheiros guerrilheiros.

Grande parte do relatório foi dedicada a apontar a precariedade do serviço de saúde prestado aos soldados, havendo falta de medicamentos, de profissionais médicos e de um local adequado para serem feitos os tratamentos. Isso fez com que remédios que seriam destinados à Ações Cívico-Sociais (ACISO) fossem encaminhados para os soldados, além de que os tratamentos de ferimentos mais graves eram encaminhados para o hospital tático da aeronáutica, que tinha “instalações mais adequadas”.

Em relação ao trato dos soldados com a população, com o fim de passar uma boa imagem do Exército aos civis, eles tiveram sucesso principalmente por causa do auxílio dos trabalhos das Ações Cívico-Sociais (ACISO) e porque, “após tomar conhecimento do caráter subversivo das ações empreendidas pelo inimigo interno” (Brasil, s/d, p.289), a população começou a colaborar mais com as Forças Armadas.

Já as Ações Cívico-Sociais (ACISO), diferentemente das operações psicológicas como um todo, seriam feitas apenas durante a manobra e sem interferência no resto da Operação Papagaio. Em seu planejamento, as Ações Cívico-Sociais abrangeriam os municípios de Xambioá e Araguatins e, após a análise da região pelo Exército, seriam levados em conta os baixos “níveis sociais” e a grande porcentagem de pessoas analfabetas para a organização de equipes de Ações Cívico-Sociais (ACISO).

Segundo o relatório, para a execução das Ações Cívico-Sociais (ACISO) foram enviadas para a região de Xambioá e Araguatins equipes de saúde, veterinária e agronomia, uma equipe de “Orientação Social”, que contava com uma pedagoga, uma orientadora social, pessoas para executar o alistamento militar e a identificação (RG) dos moradores e uma equipe de serviços gerais. Essas equipes eram compostas por universitários do Projeto Rondon⁴⁶, uma equipe de

⁴⁶ O Projeto Rondon foi criado após um seminário sobre educação e segurança nacional, que ocorreu em 1966 com o objetivo de aproximar estudantes e militares. “O projeto recebeu esse nome em homenagem ao marechal Cândido Rondon, sertanista que no início do século 20 liderou missão do Exército destinada a integrar o Centro-Oeste brasileiro”. Um dos objetivos do projeto era promover assistencialismo em áreas remotas do país, para isso enviava estudantes universitários para essas missões no interior como um projeto de extensão. “O objetivo de levar ao interior assistência social e apoio à infraestrutura era secundário – o estudante era a razão de existir do projeto. Principalmente em momentos de crise estudantil, como em 1968 e 1977, o regime quis incentivar uma participação ordenada, ou subordinada, em oposição ao engajamento, visto como irresponsável, associado ao movimento estudantil contrário à ditadura”. O Projeto durou até 1989 e em 2005 foi retomado a partir de uma iniciativa da UNE (União Nacional dos Estudantes). (Lima, 2018) (Centro Universitário FMABC, s/d).

vacinadores do Ministério da Saúde (SUCAM)⁴⁷, alunos da Escola de Enfermagem de Brasília⁴⁸, identificadores de SSP⁴⁹ e uma equipe de Serviço militar.

Toda essa equipe, mobilizada pelo Estado brasileiro, tinha 8 dias de prazo para executar as Ações Cívico-Sociais (ACISO) na região, com início em 21 de setembro de 1972 e término em 28 de setembro de 1972. Os medicamentos foram conseguidos através do Serviço de Saúde Regional, o restante do material foi fornecido pelo Ministério do Interior⁵⁰ e pelo Ministério da Educação do Estado de Goiás⁵¹.

Nota-se uma grande mobilização do Estado brasileiro para com a contenção do movimento guerrilheiro no Bico do Papagaio, seja com o fornecimento de materiais para tornar possíveis as Ações Cívico-Sociais, seja com a disponibilização de profissionais de diversas áreas com o apoio de vários setores do Estado, como a saúde, através do SUCAM, e setores da educação, como o Ministério da Educação do Estado de Goiás.

Essa mobilização do Estado brasileiro para o interior do Pará apresentava, de certa forma, o controle social que aquela população, isolada, não estava acostumada a sentir. A presença do Estado não trouxe ajuda, em forma de medicamentos ou educação, mas sim mostrou sua força, o poder de controle, pois, a partir daquele momento, aquela região fazia parte da política ditatorial brasileira. O controle imposto veio através do alistamento e da confecção do Registro Geral da população. Os moradores da região passaram a ter identificação perante o Estado, o que facilitaria na identificação de qualquer morador que se alinhasse com as forças *subversivas*.

Além desses serviços, a equipe que prestou Ações Cívico-Sociais (ACISO) na região foi orientada para que não houvesse relações paternalistas durante o trabalho e que usasse os próprios moradores da região para executar certos serviços. A equipe de serviços gerais, por exemplo, só daria uma orientação e a mão de obra deveria ser feita pelos moradores. Foi frisada também a importância de não fazer nenhuma vinculação política aos trabalhos realizados pela equipe das Ações Cívico-Sociais (ACISO).

⁴⁷ A Superintendência de Campanhas de Saúde Pública ou SUCAM, faz parte de uma série de políticas que foram implementadas durante a Ditadura Civil-Militar que tinham como objetivo a implementação de políticas de imunização que dessem conta de todo território nacional (SUCAM 1). A SUCAM foi criada em 1970 por meio do decreto nº 66.623 e se extinguiu em 1991 quando foi incorporada à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

⁴⁸ Escola de enfermagem de Brasília.

⁴⁹ Sigla para Secretaria de Segurança Pública, órgão expedidor da carteira de identidade.

⁵⁰ O Ministério do Interior (MINTER) foi criado pelo decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, pelo então ditador Humberto Castello Branco e foi extinto em 1990.

⁵¹ Na época ainda era estado de Goiás.

Durante a execução das Ações Cívico-Sociais (ACISO), o relatório indica que parte dos medicamentos que foram destinados às operações foram entregues para militares que estavam realizando combate contra os guerrilheiros na região. Há o indicativo de que essa situação prejudicou trabalho das Ações Cívico-Sociais (ACISO) em Xambioá, pois os postos de saúde também estavam atendendo às populações de São Geraldo e regiões adjacentes, e que, na falta de tratamento, iam para Xambioá tentar o atendimento.

Outro ponto negativo levantado pelo relatório é a presença de grileiros na região, fato visto com um dificultador no avanço da boa relação da população com o Estado e que, mesmo com a presença do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vinha se tornando foco de insatisfação da população local e sendo explorada por *elementos subversivos* na busca de apoio popular. O relatório pede providências imediatas para as “autoridades competentes” para solucionar o problema, pois essa era uma arma que os *terroristas* estavam utilizando para desacreditar o governo perante a população.

Foi construída também uma estrada que ligava as regiões do Sítio do Paulista até Oito Barracas, no sudeste do Pará. Essa estrada tornou possível a ligação entre as cidades de São Geraldo e Marabá, facilitando também o deslocamento das Forças Armadas no combate aos guerrilheiros. Também foi construído um posto de saúde em Xambioá, após o fim da ACISO, que continuou com os atendimentos até o fim da Operação Papagaio.

A intenção das Ações Cívico-Sociais (ACISO) na região com a população local era a de deixar uma marca, uma lembrança para que aquelas pessoas sempre vissem as Forças Armadas e o Estado brasileiro como órgãos em que se pode confiar. Isso é apresentado no relatório ao descrever que, em sua execução, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) quiseram “plantar alguma coisa que temos certeza permanecerá para sempre aos olhos dos habitantes dos municípios atendidos” (Brasil, s/d, p. 291).

Após essa afirmação, o relatório aponta que as Forças Armadas estão certas de que seus objetivos foram alcançados com as Ações Cívico-Sociais (ACISO) e que o Exército criou uma imagem “bastante favorável” perante a população dos municípios atingidos. Além disso, o relatório conclui apontando algumas observações e sugestões para as próximas operações psicológicas. Dentre essas observações, a panfletagem se destacou como um dos elementos que ajudaram a abalar a moral dos *subversivos*, com a justificativa de serem encontrados exemplares desses panfletos em bom estado nas mochilas dos guerrilheiros mortos em combate.

Ainda sobre as sugestões, grande parte delas giraram em torno da falta que houve dos medicamentos durante a manobra. Foi dito que o serviço de saúde deixou a desejar por falta de recursos e por falta de pessoal envolvido. Além da falta de medicamentos, foi observado que era necessário um levantamento das necessidades de medicamentos, tanto quantitativa como qualitativa, para que não tivesse que se pedir mais remédios durante a manobra.

3.2.2 Análise do Relatório das Operações de ACISO de 20 de outubro de 1972

O segundo relatório referente à Operação Papagaio que se destaca como objeto deste trabalho é o Relatório das Operações de ACISO de 20 de outubro de 1972. Esse relatório apresenta maiores detalhes das operações de Ações Cívico-Sociais (ACISO) desencadeadas nas cidades de Xambioá e Araguatins, se aprofundando em alguns tópicos citados pelo relatório analisado anteriormente.

A finalidade do relatório era transmitir ao comandante do CMP/11º EM (Comando Militar do Planalto) os resultados dos trabalhos realizados pelas operações de Ações Cívico-Sociais (ACISO), ressaltando pontos positivos e negativos e, também, dar sugestões para futuras operações. Esse relatório mostra o ponto de vista das Forças Armadas sobre as operações de Ação Cívica-Social ocorridas em Xambioá e Araguatins, se mantendo muito mais em termos técnicos e quantitativos. Como exemplo, o relatório foca com mais ênfase na quantidade de vacinas aplicadas em populares, considerando este dado como parâmetro de sucesso da operação, ao invés de considerar o que poderia ser o seu real sucesso, ou seja, a perda de apoio popular por parte dos guerrilheiros.

Foram enviados recursos para as operações acontecerem: em dinheiro o Estado de Goiás disponibilizou 15.400 cruzeiros e o CMP/11º EM disponibilizou 10.000 cruzeiros. Foram disponibilizadas 8 viaturas do BCP e os oficiais e civis foram transportados por aviões da FAB⁵². Em relação aos medicamentos e ao material disponibilizados, eles não se encontram registrados no relatório, estariam disponíveis em outros anexos que não foram localizados.

A operação ACISO foi executada em duas fases: a fase de preparação e a fase de execução dos trabalhos. Durante a fase de preparação, foi feito um reconhecimento da área em que seria executada a operação. Entre os dias 8 e 15 de agosto de 1972, foram levantadas as “necessidades locais” das regiões de Xambioá e Araguatins, que envolviam número de escolas,

⁵² Força Aérea Brasileira.

doenças mais comuns e interesse da população, tudo isso para executar os trabalhos da maneira mais “precisa” e obter maior “sucesso” na operação. Segundo esse relatório, depois do reconhecimento, foi solicitado o apoio de pessoal especializado que, em seguida, foi disponibilizados pelo CMP e pelo Projeto Rondon: “Para cada município foi solicitada uma equipe Agro-veterinária, uma equipe composta de um sanitarista, um assistente social e um pedagogo, uma equipe de identificação, uma equipe de documentação militar e uma equipe de vinte enfermeiros” (Brasil, s/d, p. 295).

Em relação à quantidade de medicamentos, foi calculada com base em 100 pacientes por número de médicos e no levantamento de saúde da população local. A quantidade exata de medicamentos não foi informada no relatório, porém foi informado o atraso no recebimento destes e, no momento em que chegaram, vieram em quantidade menor do que a solicitada.

Sobre os materiais solicitados, foram levados em conta materiais para cerca de 20.000 habitantes, dentre esses, materiais esportivos, que englobam bolsas, redes, jogos de camisas e “materiais de serviços gerais”, como tintas para pintura de escolas, igrejas e para a reparação de móveis escolares. Diferente dos medicamentos, os materiais foram recebidos de acordo com o solicitado, porém, o relatório indicou a falta de cadernos.

Os materiais, medicamentos e pessoal especializado, que foram enviados para o Bico do Papagaio, faziam parte da estratégia de trazer estrutura para a região, numa tentativa de colocar a figura do Estado ditatorial como um provedor de melhorias, de progresso, um órgão que pensa no melhor para a população e que procura, através dessas ações, construir uma barreira ideológica contra os guerrilheiros. Veremos mais à frente no relatório que o objetivo das Ações Cívico-Sociais (ACISO) era enfraquecer uma possível ligação entre os *subversivos* e os moradores da região do Bico do Papagaio e que, segundo as Forças Armadas, a operação teria sido um sucesso nesse sentido.

Durante a segunda fase da operação, a fase de execução, o relatório traz tabelas relacionadas às ações feitas, expondo dados sobre a saúde, como atendimentos médico-odontológicos, exames de laboratório e vacinação:

Figura 3. Tabelas de ações feitas pela Operação.

1. Saúde

a) - Atendimento Médico-odontológico

C I D A D E	M É D I C O	D E N T I S T A	
	P A C I E N T E S	P A C I E N T E S	E X C E M P L A
ARAGUATINS	5.670	1.298	3.240
XAMBIOÁ	2.070	1.099	0.767
S O M A	7.740	2.397	4.007

b) - Exame de laboratório

E X A M E S	ARAGUATINS	XAMBIOÁ	S O M A
TIPOAGEM SANGUÍNEA	550	770	1.320
PESQUISA DE PLASMODIUM	34	81	217
O U T R O S	23	55	118
T O T A L	607	948	1.555

c) - Vacinação

V A C I N A S	ARAGUATINS	XAMBIOÁ	S O M A
ANTI-AMARILICA	1.812	3.543	5.355
ANTI-VARIOLICA	1.192	1.511	2.703
P O T A L	3.004	5.054	8.058

d) - Hospitalização

Fonte: BRASIL. Ministério do Exército. Os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia. Brasília: Ministério do Exército, [data não informada]. (Documentos e relatórios sobre a Operação Papagaio), p. 297.

Como podemos ver nas tabelas, foram efetuados diversos atendimentos nas cidades de Xambioá e Araguatins, totalizando 19.750 atendimentos levando em conta os exames, a vacinação e as consultas. Esse número é bastante expressivo para uma região onde se estimava encontrar cerca de 20.000 habitantes. Segundo o relatório, não tem como saber quantas pessoas foram atendidas, mas sim quantos atendimentos foram efetuados, então a porcentagem da população da região atendida pela ACISO não consegue ser calculada.

No âmbito educacional, a prioridade foi o atendimento aos professores e estudantes da região, lhes oferecendo tratamento médico. Além disso, os professores receberam um “Curso Rápido de Orientação Pedagógica” dos agentes da operação, com foco nos professores do curso primário. Foram ministradas também palestras para pais, professores, alunos e “donas de casa”, que abordavam assuntos como “Educação Cívica”, higiene, saneamento e alimentação. Como apresentado antes, nesse e em outros relatórios, os cursos e as palestras tinham como objetivo “plantar uma ideia” nos beneficiados e os “blindar” das ideias *subversivas*. Não foram encontrados os conteúdos desses cursos e palestras, mas infere-se, pelos escritos nos relatórios analisados, que esses conteúdos traziam consigo a tentativa de construção de uma boa imagem

do Estado ditatorial brasileiro, de um Estado que se importa com a população, assim como também estreitar a relação entre os camponeses e o Exército.

Além das duas áreas citadas, foram feitos trabalhos nos setores intitulados Agro-veterinária e Assistência Cívico-social. No primeiro setor, as atividades foram focadas em assinalar as dificuldades dos rebanhos dos proprietários da região e na realização de palestras para a ajuda dos interessados. No segundo setor, foram realizadas atividades como entrega da Bandeira Nacional às escolas, uma para cada sala de aula, entrega de documentos militares e as cerimônias de início e encerramento das Ações Cívico-Sociais (ACISO).

Uma atividade que se destaca no relatório é a documentação dos moradores da região, podendo ser documento militar e/ou carteira de identidade, que ao todo somaram 804 documentos confeccionados. Esse dado consegue ser um pouco mais preciso em relação ao número de pessoas atendidas pela ACISO, porém não é exato de fato, pois algumas pessoas poderiam fazer tanto o documento militar quanto a carteira de identidade.

Figura 4. Quadro de documentos registrados.

	C A M	C D I	ATES/DESCO	S O M A
ARAGUATINS	160	200	35	395
XAMBIOÁ	163	187	59	409
T O T A L	323	387	94	804

Fonte: BRASIL. Ministério do Exército. Os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia. Brasília: Ministério do Exército, [data não informada]. (Documentos e relatórios sobre a Operação Papagaio), p. 300.

Mais adiante foram citadas as dificuldades encontradas pela equipe ACISO na região durante a operação. Praticamente todas as dificuldades foram relacionadas à falta de certos materiais e medicamentos. Foi citado também que os prefeitos das cidades de Xambioá e Araguatins queriam tirar “proveito político” da operação em andamento, o que poderia prejudicar o objetivo da ACISO, que era, segundo o relatório, “melhorar” a relação do Exército com a população.

Porém, o parecer final do relatório indica que as ACISO atenderam às expectativas do Exército e foram consideradas válidas tanto na questão de “atendimento das populações carentes”, quanto para “dar ao povo a verdadeira imagem de nosso Exército” (Brasil, s/d/ p. 307). No tocante à segunda passagem, essa “verdadeira” imagem do Exército é carregada de uma romantização. Em outro momento do parecer final da Operação, se dá destaque à “alegria

daqueles que receberam os documentos militares” (Brasil, s/d/ p. 307) e que os moradores da região “jamais esquecerão as tocantes cerimônias de entrega das bandeiras, (...), que estarão, sempre, sob os olhares dos jovens, nas salas de aula” (Brasil, s/d/ p. 307).

Esses momentos de romantização, que estão inseridos entre momentos de apresentação de dados e narração da operação, tentam evocar a ideologia que a ACISO tentou passar no decorrer da operação. Não é possível verificar, através das fontes analisadas, se essas passagens do relatório revelam o verdadeiro sentimento da população “afetada” pelas Ações Cívico-Sociais (ACISO), assim como se houve uma mudança na visão para com o Exército brasileiro por parte dessa população, ou se foram passagens que serviram apenas para reafirmar ao próprio Exército seu pensamento ideológico.

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, os esforços feitos pelas operações de informação e pela ACISO não foram suficientes para “se livrar” dos guerrilheiros e, além disso, relata-se que era muito difícil conseguir o apoio da população de forma estendida, o que contrapõe as afirmações feitas no relatório sobre as Ações Cívico-Sociais (ACISO) em Xambioá e Araguaatins:

Diversos relatórios fazem referência às dificuldades encontradas pelas Forças Armadas para trazer a população local para o seu lado, afirmando que as operações de Ações Cívico-Sociais (Aciso) obtiveram sucesso apenas temporário, e que, tão logo o Exército retirasse suas tropas, as chamadas “condições favoráveis para a guerrilha rural” – concentração de terras, alto índice de analfabetismo, elevada parcela da população vivendo em extrema pobreza etc. – reapareceriam, possivelmente, de maneira mais aguda. Em outras palavras, as Forças Armadas não apenas foram incapazes de eliminar a presença de forças guerrilheiras, como também de atenuar as condições sociais que ensejavam sua atuação na região (Comissão Nacional da Verdade, 2014a, p. 12).

As chamadas “condições favoráveis para a guerrilha rural”, já discutidas neste trabalho, são praticamente a pobreza e a luta de classes que estão presentes na região desde antes da chegada dos guerrilheiros ao Araguaia, inclusive sendo um dos motivos para a escolha dessa região no estabelecimento de uma guerrilha pelos militantes do PCdoB. Portanto, uma operação do Exército, que durou cerca de 3 meses, não daria fim a décadas de ausência do naquela região.

Além disso, como aponta Mechi (2014), atender às necessidades das populações do Araguaia e melhorar a condição de vida na região era uma tática para combater o “comunismo”, portanto, nunca foi sobre uma preocupação real com as dificuldades encontradas na região:

O mais próximo que se chegou de uma ação de melhoria das condições de vida da população, resumiu-se a alguns apontamentos deixados no relatório da operação. Contudo, tal como previa a ideologia que embasa os militares, a sugestão de atender as necessidades básicas da população era uma estratégia de combate ao comunismo e não uma estratégia de promoção dos direitos sociais (Mechi, 2014, p. 300).

O relatório das Operações ACISO em Xambioá e Araguatins chega a apontar que o tratamento médico realizado na região serviu “apenas de paliativo, face às precárias condições da população assistida” (Brasil, s/d/ p. 307), não havendo registro de outras operações visando o apoio social às pessoas da região após essa ACISO.

Entende-se, através dessas informações que, ao apontar a operação como bem-sucedida, o Exército refere que ela aconteceu como o planejado, conseguindo ser realizada, apesar da falta de alguns materiais, dos atendimentos e das palestras previstas, pois é dito no relatório que a ajuda médica, por exemplo, não terá “sucesso” duradouro. O que o Exército caracteriza como algo que vai durar “para sempre” é o sentimento das pessoas em relação às ações como a de entregar a bandeira e tocar o hino nacional, algo que não passa também de uma suposição.

3.3 Como as ACISO interferiram na Guerrilha do Araguaia

Entender como qualquer ação interfere para o resultado de um todo é uma tarefa muito delicada, principalmente quando se fala em eventos históricos. Não é possível medir a importância de um evento em um conflito complexo como se mede a distância entre um lugar e outro. Para avaliar, a partir das fontes que foram utilizadas, como as Ações Cívico-Sociais (ACISO) mudaram, ou não, o rumo da Guerrilha do Araguaia, é preciso constatar uma série de momentos que aconteceram antes e depois dessas operações.

Para ter essa resposta, é preciso recapitular como eram as relações entre os guerrilheiros e os camponeses antes e depois das Ações Cívico-Sociais (ACISO), como também a relação desses camponeses com o Estado e seus representantes (Exército e Polícia Militar). Não obstante, é preciso compreender os objetivos que as Forças Armadas tinham com essas

operações de cunho assistencialista e se esses objetivos foram ou não alcançados. Somente após essas análises será possível compreender o impacto que as Ações Cívico-Sociais (ACISO) tiveram na Guerrilha.

Como já foi dito no presente trabalho, data de 1966 as primeiras movimentações de militantes do PCdoB na região do Araguaia com o intuito de se fixar e de conseguir o apoio da população. Inicialmente, sem o intuito de se mostrarem guerrilheiros, os paulistas, como eram chamados, ajudavam os camponeses em trabalhos diários, como na colheita de plantações e na troca de objetos. Havia uma integração com a massa camponesa que foi receptiva com os novos moradores da região (Comissão Nacional da Verdade, 2014a).

Porém, é importante também constatar o que Mechi (2014) aponta em seus estudos, que parte dessa receptividade camponesa estava atrelada à particularidade da sua formação. A “boa vizinhança” e a solidariedade do camponês do Araguaia para com os militantes não se davam somente pela boa estratégia dos paulistas em relação ao trabalho de base que vinha sendo feito, mas era um traço essencial daquela população. Então, a boa integração dos militantes com a massa não foi resultado exclusivo dos esforços dos guerrilheiros, mas muito devido à “natureza” da população.

Já com o início do conflito direto entre os guerrilheiros e o Exército, a aproximação com a massa camponesa aumentou e se solidificou. Em um documento produzido pelos guerrilheiros após a primeira campanha do Exército e um pouco antes da segunda campanha, em 11 de setembro de 1972, é dito que, após a repercussão política da luta armada na região, a imensa maioria da população se manifestou a favor das forças guerrilheiras (Grabóis, 2013). Esse documento, mesmo tendo sido produzido pelos guerrilheiros durante a guerrilha, se destaca como um ponto a favor da boa relação construída entre a massa e os guerrilheiros.

Então, a partir das fontes analisadas nesse e nos demais subcapítulos, pode-se entender que, pelo menos até a execução das Ações Cívico-Sociais (ACISO), a relação entre guerrilheiros e moradores da região do Bico do Papagaio era boa e havia uma crescente confiança das massas na proposta dos guerrilheiros.

Já com os representantes do Estado, no caso, a Polícia Militar e o Exército, a relação construída com os camponeses se encontrava em outro espectro. Além da pouca presença do Estado na área, se destaca o terrorismo policial existente na região, envolvendo prisões de camponeses para a realização de trabalhos braçais e prisão de autoridades políticas, como o ex-prefeito de Xambioá por ter criticado a ação dos policiais na região.

O Estado brasileiro tratava com descaso aquela região. “Não havia hospitais, escolas, postos de saúde, saneamento básico, ou mesmo agentes de saúde, agentes sanitários ou médicos que orientassem a população local, por exemplo, em noções de higiene, no combate à malária, ou à leishmaniose” (Mechi, 2014, p. 94).

Além disso, o primeiro contato do Exército com os camponeses também foi muito violento. Na primeira campanha, o Exército queimou casas e roças da população por assumir que elas estavam dando suporte à guerrilha, algo que trouxe uma antipatia imediata da população (Campos Filho, 1995, p. 105). Em entrevista cedida à pesquisadora Patrícia Mechi, o Sr. Joaquim, camponês do Araguaia, conta como foi essa primeira impressão do Exército: “Quando foi em 72 esses satanás me tiraram de lá. Vieram matando o pessoal dizendo que eram terroristas, mas eu não conheço terrorista no Brasil, os únicos terroristas que eu conheci foi o pessoal do governo” (Mechi, 2014, p. 101).

Entende-se que, antes de classificar a região como foco *subversivo*, a violência já existia por parte do Estado e, com o primeiro contato das Forças Armadas com a população na primeira campanha, essa violência se confirmou. A imagem que os camponeses tinham do Estado brasileiro já estava bastante defasada, então cabe-se questionar a validade e possível eficácia de uma total mudança de comportamento com a aplicação das operações de Ações Cívico-Sociais (ACISO).

Com um dos principais objetivos sendo melhorar a relação entre a massa camponesa e as Forças Armadas e diminuir a influência dos militantes na região, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) foram implementadas na segunda campanha do Exército entre setembro e outubro de 1972. Após esse período, já na terceira campanha do Exército na região, houve a implementação da operação Marajoara que, com o objetivo de exterminar a guerrilha e os guerrilheiros, sequestrou e torturou camponeses que a ditadura julgou ter algum tipo de relação com os militantes.

A relação entre o Estado e a população camponesa no Araguaia naquele período revezou entre violência e assistencialismo, como se fosse um “morde assopra”, só que com muito mais violência. É de se questionar a incoerência das Forças Armadas em relação a medidas sobre a população: violência na primeira campanha, assistência em parte da segunda campanha e terror total na terceira campanha do Exército, agindo como se o Araguaia fosse um campo de experimentos de táticas de antiguerrilha.

Contudo, era exatamente assim que as Forças Armadas enxergavam a Guerrilha do Araguaia, como um campo de treinamento no combate à guerrilha rural muito útil, pois partia de uma situação real (Mechi, 2014). Isso pode justificar a constante mudança de comportamento no trato da população, pois o importante não era o seu bem-estar, mas sim testar a eficácia de certas táticas, conseguir informações sobre a guerrilha e cumprir com os objetivos das operações da maneira mais eficiente.

O caráter das operações ACISO não foge do caráter das demais operações, principalmente sabendo que, a partir dos ensinamentos deixados pela Doutrina da Guerra Revolucionária, a principal visão que o Exército tinha dos camponeses era a de uma massa que não sabe o que quer e que está altamente inclinada a aderir a *ideologias subversivas* devido à pobreza em que está inserida.

Convém então entender o que as Forças Armadas queriam com a implementação de operações de assistência à população, entender quais eram os objetivos que eram almejados com as Ações Cívico-Sociais (ACISO). Inicialmente, como visto no relatório analisado no subcapítulo anterior, o objetivo das operações ACISO em Xambioá e Araguatins era “melhorar” a relação do Exército com a população, seja com a confecção de documentos de identificação, construção de estradas, escolas ou distribuição de bandeiras.

Entretanto, cabe questionar que as ações que visavam melhorar a relação da população com o Exército estavam, na verdade, encobrindo atividades de inteligência e de informações, pois, como já dito durante o trabalho, durante a segunda campanha foi feita uma extensa investigação nos camponeses e na região, com o objetivo de saber quem estava envolvido com os guerrilheiros.

Dito isso, questiona-se também o caráter duplo das Ações Cívico-Sociais (ACISO) apontado pela Comissão Nacional da Verdade (2014a), visto que essa argumentava que as operações objetivavam tanto o auxílio à população quanto a tomada de informações da guerrilha. Porém, entende-se que as operações de assistencialismo feitas durante a segunda campanha da Guerrilha do Araguaia não tinham um duplo objetivo, na verdade, elas agiram como um meio para encobrir as operações de inteligência e operações que visavam diminuir a moral dos guerrilheiros.

Então, para compreender como as Ações Cívico-Sociais (ACISO) influenciaram a Guerrilha do Araguaia, partimos desses objetivos almejados pelas Forças Armadas. Eles foram

alcançados? Se sim, em sua totalidade? O que as fontes analisadas apontam sobre as Ações Cívico-Sociais (ACISO)?

Pode-se considerar que o objetivo principal das Ações Cívico-Sociais (ACISO), segundo os relatórios analisados, como dito anteriormente, é o de melhorar a relação da população com as Forças Armadas, o que conseqüentemente diminuiria a boa relação criada entre guerrilheiros e camponeses. Retomar o lugar de “cuidador”, que havia sido preenchido pelos guerrilheiros, foi uma das principais apostas da Ditadura Civil-Militar brasileira para melhorar a imagem do Exército nesse momento do conflito.

A orientação das tropas naquele momento, como diz um dos relatórios sobre a Operação Papagaio⁵³, era a de evitar atritos com a população a qualquer custo, inclusive tratar os camponeses com a “maior cortesia possível” e indenizá-los caso houvesse algum prejuízo para o morador, postura essa que era extremamente oposta nas outras duas campanhas. Isso se deu porque junto às operações ACISO estava ocorrendo a Operação Papagaio, uma grande operação de teor psicológico na região.

Como já mostrado neste trabalho, houve a construção de várias estruturas que deveriam ser para a assistência da população, como postos médicos, um posto de assistência social e sanitário, um posto de vacinação e uma farmácia. Junto a isso houve cerca de 19.000 atendimentos, contando exames, vacinação e consultas em uma região com cerca de 20.000 habitantes. Essas estruturas, durante e após as operações ACISO, acabaram servindo também ao Exército que, em algumas situações, chegou a transferir remédios que seriam destinados à população para o uso em soldados que combatiam a guerrilha, como apontou o relatório analisado no presente trabalho.

A assistência na área da saúde é onde se pode ver números mais concretos de pessoas ajudadas pelas Ações Cívico-Sociais (ACISO), porém, os próprios relatórios apontam que as ações efetuadas naquele momento serviriam apenas de cuidados paliativos, pois a condição da população era muito “precária”. Depois das operações ACISO, continuaram as expedições de equipes de vacinação contra a malária na região até o fim da Operação Sucuri, mas com o objetivo de infiltrar agentes do Exército na área para se conseguir informações sobre a guerrilha.

As ações que visavam um diálogo direto com a população realizadas pelas Ações Cívico-Sociais (ACISO), como os cursos e palestras, distribuição de bandeiras do Brasil e a

⁵³ Relatório sobre a Operação Papagaio (Brasil, s/d, p. 24).

reprodução do hino nacional durante o andamento das operações, eram vistas pelas Forças Armadas como ações chave no combate à guerrilha. Através desse diálogo, se almejava “blindar” a população contra *ideias subversivas* e se aproximar dela, construindo uma imagem amigável do Estado brasileiro. O relatório analisado chegou a apontar que ações desse tipo “plantariam uma semente” na cabeça da população e que o sentimento deles, ao participarem das ações de entrega de bandeiras, iria durar “para sempre”.

Além disso, houve a construção de estradas nas regiões onde ocorreram as Ações Cívico-Sociais (ACISO), algo que facilitaria a locomoção da população entre cidades na região, mas que também ajudou as Forças Armadas no transporte de materiais, veículos e soldados para a região do conflito (Mechi, 2014).

Para as Forças Armadas, as operações ACISO que ocorreram em Xambioá e Araguatins foram consideradas bem-sucedidas e, como aponta o relatório analisado no subcapítulo 3.2.2, o modelo dessas operações foi considerado válido, seja para ajudar “populações carentes”, ou para se transmitir uma melhor ideia do Exército. O relatório citado não aponta que os objetivos inicialmente almejados foram alcançados, colocando como barreiras para tal a falta de tempo e de estrutura.

Porém, o relatório analisado no subcapítulo 3.2.1, que também faz referência às mesmas operações, deixa claro que os objetivos foram sim alcançados e que as Ações Cívico-Sociais (ACISO) ajudaram a criar uma boa imagem do Exército na região, seja a curto prazo, com as ações médicas, ou a longo prazo, com as entregas de bandeiras e cerimônias feitas pelos soldados.

É importante lembrar que, junto com as Ações Cívico-Sociais (ACISO), foram feitas ações de teor psicológico visando afetar a população e os guerrilheiros. Como exemplo, os panfletos feitos pelo Exército, citados no subcapítulo 3.2.1, que tinham como conteúdo encorajar a rendição dos guerrilheiros e pintá-los como terroristas para a população, também são coeficientes a se levar em consideração em relação à mudança de opinião dos camponeses sobre o Exército e os guerrilheiros.

Pensando assim, somente pela visão dos relatórios, seria inegável que as Ações Cívico-Sociais (ACISO) e as demais ações psicológicas tiveram um grande efeito na relação entre a população e as Forças Armadas, o que teria dificultado as táticas de trabalho de base dos guerrilheiros e, conseqüentemente, tendo uma significativa interferência no conflito como um todo. Contudo, em documentos produzidos pelos guerrilheiros, como o Relatório Arroyo (2009)

e o Diário de Maurício Grabois (2013), nesse momento do conflito, não há muitos indícios das Ações Cívico-Sociais (ACISO) serem um obstáculo no ganho de apoio da população.

Nos trechos escritos por Ângelo Arroyo existem poucas referências diretas às operações ACISO e, conseqüentemente, à eficácia dessas, porém é percebido pelos guerrilheiros a movimentação do Exército para com as massas. Arroyo (2009) escreve sobre as atividades médicas executadas pelas Forças Armadas e também de ações junto ao INCRA envolvendo promessas de distribuição de terras:

Ao mesmo tempo que realizavam a segunda grande operação, as Forças Armadas desenvolviam uma ação paralela junto às massas. Procederam à operação Aciso (Ação Cívico Social), distribuindo remédios, fazendo consultas médicas e dentárias, levando doentes de helicópteros e aviões para as cidades maiores. Montaram também uma operação com o Incra. Este anunciava que iria distribuir terras, legalizar as posses dos lavradores. A campanha militar manteve-se até fins de outubro (Arroyo, 2009, p. 6).

Entretanto, mesmo com as Ações Cívico-Sociais (ACISO) e a segunda campanha em andamento, os guerrilheiros continuaram executando o trabalho de massa e conversando com famílias da região. É constatado um certo receio das famílias visitadas pelos guerrilheiros para com o Exército, mas mesmo assim os moradores foram receptivos e chegaram até a entregar suprimentos para os guerrilheiros (Arroyo, 2009).

Durante o que se acreditou ser um período de trégua, como já dito no presente trabalho, os escritos de Arroyo (2009) apontam que a relação com as massas cresceu e chegou ao maior ponto durante todo o conflito, chegando a ter 90% da população apoiando a guerrilha de alguma forma. Isso pode indicar que a campanha de difamação aos guerrilheiros e de promoção das forças militares da ditadura feitas pelo Exército brasileiro, não surtiu um efeito tão grande como apontou os relatórios analisados.

O contraponto desse alinhamento dos camponeses com a guerrilha pode ser observado em um relatório do Exército que abrange o período da Operação Marajoara⁵⁴, momento em que

⁵⁴ Cf. Arquivo CNV, 00092.002428/2014-19: "Relatório Especial de Informações nº 06", de 15 de novembro de 1973, produzido pelo CIE. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2061,%2087,%2089%20-%2000092.0024282014-19%20-%204.1RelatCIE15nov73.pdf>

Cf. Arquivo CNV, 00092.002428/2014-19: "Relatório Especial de Informações nº 06", de 15 de novembro de 1973, produzido pelo CIE. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/component/content/article/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>

já haviam sido executadas todas as operações de informações durante o conflito. Esse documento aponta que cerca de 202 camponeses foram identificados como apoiadores da guerrilha na região, sendo que 161 já haviam sido presos. Desses, 90% foram classificados como “apoio circunstancial”, que as Forças Armadas caracterizaram como apoio devido à hospitalidade ou pelo temor das forças guerrilheiras, e 10% se caracterizaram como “apoio por interesse”, agindo a favor dos guerrilheiros em troca de trabalho ou de favores no “futuro governo” que os guerrilheiros implementariam.

O Exército buscou caracterizar como “apoio ideológico” camponeses que apoiavam a guerrilha, conhecendo e concordando com as ideias dos guerrilheiros. No entanto, esse tipo de apoio caracterizou 0% dos apoios registrados. No momento da escrita do relatório, outros 42 moradores ainda não tinham sido presos.

Importante pontuar que essa caracterização do Exército sobre a população e como ela apoia a guerrilha vem enviesada de todo o pensamento que essa instituição tem com o camponês, de ser incapaz de pensar por si próprio e sem agência histórica, já exposta em outros momentos neste trabalho. Além disso, as informações contidas no relatório podem não condizer com o que aconteceu na região, já que tanto o Relatório Arroyo (2009) quanto o Diário de Mauricio Grabois (2013) apontam que alguns moradores chegaram até a compor os destacamentos enquanto soldados no conflito, o que indica, porém não confirma, uma profunda relação criada entre os guerrilheiros e a população.

Estudos como o de Mechi (2014) apontam que as tentativas de aproximação do Exército com a população através das Ações Cívico-Sociais (ACISO) e de outras operações não tiveram sucesso, principalmente pelo fato da parte de assistência à população não ser o foco dos programas executados no Araguaia. A autora argumenta que a assistência do Estado na região era episódica e que servia de “cobertura” para a presença de militares na região sem levantar muitas suspeitas e, também, para um controle maior da população devido aos registros dos atendimentos executados.

Já o relatório da Comissão Nacional da Verdade aponta que as dificuldades encontradas pelo Exército para ter uma boa relação com a população local advinham das “condições favoráveis para a guerrilha rural” em que a região se encontrava e, no momento em que as

Cf. Arquivo CNV, 00092.002428/2014-19: "Relatório Especial de Informações nº 06", de 15 de novembro de 1973, produzido pelo CIE. Disponível em: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2061,%2087,%2089%20-%2000092.0024282014-19%20-%204.1RelatCIE15nov73.pdf>

Forças Armadas deixassem o local, o progresso com as operações de assistência seria perdido e, por causa disso, as ações ACISO não obtiveram o sucesso esperado pelas Forças Armadas. Para a Comissão, as Forças Armadas não foram capazes de eliminar a presença dos guerrilheiros a partir das ações de assistencialismo e essas também não foram suficientes para alcançar as condições sociais desejadas para a população.

Conclui-se, então, que o objetivo das Ações Cívico-Sociais (ACISO) para com a população da região do Araguaia, que era o de uma melhora na imagem e na relação com o Exército brasileiro, não foi satisfatório para as Forças Armadas. Chegamos a essa conclusão pois, mesmo levando em conta o que os relatórios do Exército apontam sobre os resultados das operações ACISO, que é uma boa resposta da população para com as ações assistencialistas, houve, logo em seguida, uma operação que prendeu, torturou e aterrorizou a mesma população que havia recebido assistência, o que anula qualquer tipo de boa relação criada anteriormente.

As atitudes do Exército na campanha posterior às Ações Cívico-Sociais (ACISO) fortalecem a tese de que as operações de assistência que ocorreram na segunda campanha tinham como o objetivo encobrir ações de inteligência e que a parte do bem-estar da população nunca foi o objetivo principal. Esse pensamento se justifica, pois, as operações de cunho assistencialista matizavam a presença do Exército na região, além do que as estradas que foram construídas ajudaram na locomoção de veículos do Exército para combater a guerrilha.

As campanhas médicas, propagandas contra os militantes, cursos efetuados e bandeiras distribuídas não foram suficientes para afastar a relação dos camponeses com os guerrilheiros, porém serviram para obter informações que mais tarde seriam fundamentais para o extermínio da guerrilha.

As Ações Cívico-Sociais (ACISO) foram determinantes para o andamento da Guerrilha do Araguaia, mas não da maneira que inicialmente se pensava. Elas foram insuficientes no seu teor assistencialista, mas abriram portas para operações de informação e de monitoramento de moradores e guerrilheiros na região, o que facilitou para o extermínio da guerrilha na terceira campanha. As Ações Cívico-Sociais (ACISO) também foram importantes na construção de estrutura para comportar as operações do Exército; as estradas ajudaram os soldados a se locomoverem para a região; a movimentação de tropas do Exército foi camuflada pelas ações assistencialistas; remédios, que inicialmente haviam sido direcionados à população, acabaram sendo utilizados pelos soldados e assim sucessivamente.

A resposta para a questão problema do trabalho é que as Ações Cívico-Sociais (ACISO) interferiram na Guerrilha do Araguaia, mas não da maneira que idealizou a Doutrina da Guerra Revolucionária, de enfraquecer o “controle” da população exercido pelos *subversivos* através de ações a favor da população. Portanto, interferiram de maneira a fortalecer a estrutura das Forças Armadas na região e serem bases para outras operações.

Considerações finais

Usadas como instrumentos para combater a guerrilha rural na região do Araguaia, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) ajudaram a aniquilar uma das maiores tentativas de insurreição contra a Ditadura Civil-Militar. Criadas com os preceitos franceses da Doutrina da Guerra Revolucionária, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) teriam como foco auxiliar a população necessitada de uma região em que há ou pode haver uma movimentação subversiva.

Em relação à doutrina que idealizou ações cívicas como uma maneira de combater guerras internas, ela foi pensada por militares franceses que, ao se depararem com insurreições na Argélia, uma de suas colônias, e também terem fracassado em conter as insurreições no Vietnã, tiveram que formular uma nova maneira de combater um novo tipo de guerra que surgira.

A Doutrina da Guerra Revolucionária surgiu da necessidade de combater uma guerra que se distanciava da guerra “convencional”, entre dois países, muito decidida no poder bélico entre as duas nações. Ela surgiu para combater a guerra interna, guerra de insurreição, em que o foco principal não era, necessariamente, a violência física contra um inimigo declarado. Nesse contexto, o inimigo não era mais bem definido, distante, fora das fronteiras, ele passou a ser um inimigo interno, poderia ser qualquer pessoa. O campo de batalha também mudara, passou a ser dentro das fronteiras e a estratégia mais eficaz para o combate deixou de ser bélica e passou a ser psicológica.

A partir do momento em que grande parte dos movimentos insurrecionais trabalhavam com as massas a ideia de se rebelar contra o sistema que os oprimia, o Estado viu a necessidade de observar a população como instrumento, seja da insurreição como também da ordem e da defesa nacional. Ter que voltar a olhar para a população que, por muitas vezes, esteve abandonada, era uma das grandes apostas para manter a ordem e evitar o sucesso de insurreições de caráter socialista.

A Doutrina Francesa chegou ao Brasil em 1959, a partir de uma palestra do General Augusto Fragozo. Essa palestra foi um ponto importante, pois apresentou esse novo modelo de guerra para os militares brasileiros, assim como adaptou certas estratégias para a realidade brasileira. O medo da ascensão comunista no Brasil fez com que o Exército procurasse novas formas de se prevenir contra uma possível revolta.

É relevante destacar também a importância norte-americana na difusão das ideias de combate ao comunismo no Brasil. Em um primeiro momento, a ideia norte-americana de guerra

na época estava muito ligada às tensões nucleares do pós-guerra, porém, a partir do governo de John Kennedy, na década de 1960, os Estados Unidos passaram a influenciar muito mais os países da América Latina, incluindo o Brasil, através da formação de militares em escolas criadas para combater a guerra interna, como a Escola das Américas no Panamá.

As ideias absorvidas sobre o combate ao comunismo se transformaram em estratégias que foram aplicadas nos mais diferentes meios, tanto no combate violento, na tortura, censura e no meio que mais interessa esta dissertação, no trabalho com a população. As atividades de ação cívica aparecem como peça fundamental para o combate aos *subversivos* tanto nos estudos franceses, quanto, posteriormente, nos cursos norte-americanos, pois a ideia era conquistar a população antes que os comunistas a conquistasse.

Vendo a população como uma massa inerte, emburrecida e que não conseguia pensar por si própria, o Exército brasileiro via na pobreza uma semente para a *subversão*. Para eles, as dificuldades decorrentes da pobreza, como a precariedade na saúde, a insatisfação relacionada à moradia, seriam “condições favoráveis para a guerrilha rural”. As Ações Cívico-Sociais (ACISO), que viriam a surgir, seriam ações para matizar essas “dificuldades” decorrentes da pobreza, assim também diminuindo as chances de um movimento insurrecionista.

As Ações Cívico-Sociais (ACISO) viriam em forma de assistência à população em situação de pobreza através de atendimentos médicos, vacinas, emissão de documentos, construção de infraestruturas como escolas, pontes e hospitais, e a realização de palestras de conscientização sobre questões diárias das comunidades. No Brasil, a primeira ação nos moldes das Ações Cívico-Sociais (ACISO) aconteceu em 1966, em Minas Gerais, em um treinamento de tropas para o combate a guerrilhas (Guimarães, 2014).

Em relação à Guerrilha do Araguaia, as Ações Cívico-Sociais (ACISO) não foram a primeira estratégia usada pelas Forças Armadas para combater os guerrilheiros que estavam pela região. Em um primeiro momento, a leitura era de que existia apenas uma pequena movimentação de *subversivos* na região, porém a organização dos militantes do PCdoB já era considerável em 1972, momento em que houve a primeira investida do Exército.

Os militantes do PCdoB chegaram na região do Bico do Papagaio por volta de 1966 e começaram a se adaptar à população e também ao terreno em que viria a ocorrer o conflito. Desde o momento em que chegaram, o foco dos militantes era estabelecer uma boa relação com a população local, isso para obter apoio futuro na revolução que estaria por vir.

Muitos escritos que os guerrilheiros produziram na época da guerrilha indicam que havia uma sólida relação entre eles e a população local, isso devido à troca de favores, trabalhos conjuntos e a grande hospitalidade e gentileza dos camponeses para com os militantes. Tanto no Relatório Arroyo (2009) quanto no Diário do Velho Mauro (2013), documentos produzidos por guerrilheiros durante a guerrilha, são recorrentes os elogios em relação ao trato que os militantes estavam tendo para com a população e como as relações entre eles poderiam se solidificar e, eventualmente, os camponeses começarem a compor a guerrilha.

Porém, algo evidenciado durante a pesquisa é que essa fácil aproximação e a boa relação que vinha sendo construída com os camponeses do Araguaia, tinha suas origens por parte camponesa e não só por parte do bom trabalho de massas efetuado pelos guerrilheiros. Como evidenciou Mechi (2014) em seus estudos, a solidariedade e a “boa vizinhança” eram traços que foram desenvolvidos e se tornaram característicos daquela população para ela sobreviver. O trabalho em conjunto, doação de alimentos e distribuição de sobra de plantações, por exemplo, eram atitudes que os moradores da região eram acostumados a fazer, não era, necessariamente, uma particularidade com os chamados paulistas.

Além disso, como já explicado no capítulo dois deste trabalho, devido também a como se deu a formação do campesinato dessa região – através da migração de camponeses de outras regiões –, os camponeses do Araguaia já estavam acostumados com a presença de forasteiros, fato que ajudou na formação de boa relação com os militantes que chegavam de outras regiões do país, principalmente de São Paulo.

A Guerrilha teve início em abril de 1972, com o primeiro ataque do Exército a um acampamento guerrilheiro. Nota-se que a primeira abordagem das Forças Armadas no conflito foi violenta: durante a primeira campanha houve queima de roça e prisões de camponeses sem justificativa aparente. A estratégia militar para o combate à guerrilha nesse primeiro momento não foi tão efetiva quanto esperado pelo Exército, fazendo com que os guerrilheiros saíssem da primeira campanha com moral elevada e confiantes para os próximos embates.

Já na segunda campanha, os combates armados também ocorreram, porém houve uma mudança na estratégia das Forças Armadas, pois essa campanha tinha como foco maior táticas que envolviam a guerra psicológica. A distribuição de panfletos que desmoralizavam os guerrilheiros e a presença constante das tropas nas cidades que abrangeram a guerrilha foram algumas das mudanças de táticas efetuadas pelo Exército e, também, é nesse momento em que as ACISO aparecem durante o conflito.

As Ações Cívico-Sociais (ACISO) no Araguaia faziam parte da Operação Papagaio, também chamada de Manobra Araguaia/72, que foi uma operação das Forças Armadas com caráter psicológico, buscando informações sobre a guerrilha e, também, a desmoralização dos guerrilheiros perante a população. Sabe-se que as Ações Cívico-Sociais (ACISO) no Araguaia aconteceram entre os anos de 1972 e 1973, com foco em diversas atividades, como infraestrutura, vacinação, documentação e conscientização através de palestras.

A análise realizada nesta pesquisa sobre as Ações Cívico-Sociais (ACISO) no Araguaia se desenvolveu em busca de responder à pergunta feita no início do trabalho: como as ACISO interferiram na Guerrilha do Araguaia? Entende-se, como já dito no subcapítulo anterior, que as ações de teor assistencialista executadas pelo Exército não foram suficientes para romper a relação entre camponeses e guerrilheiros, e que serviram mais para a obtenção de informações que ajudariam a combater a guerrilha. Critica-se também o caráter duplo dessas operações apontado pela Comissão Nacional da Verdade, na qual entende-se que o objetivo das Ações Cívico-Sociais (ACISO) no Araguaia era o de obter informações e encobrir a grande operação militar que estava acontecendo na região. Apesar dos relatórios do Exército apontarem que existiam objetivos assistencialistas nessas operações, eles ficam em segundo plano em relação ao caráter psicológico e investigativo.

Por isso não é um caráter duplo, visto que não era uma dualidade, a questão investigativa e psicológica tinha um papel muito maior do que a questão assistencialista. Podemos constatar isso considerando que durante as operações ACISO, foram construídas estradas que ajudaram na locomoção de soldados para a região, assim como foram realizadas campanhas de vacinação e emissão de documentos, pelas quais foi feita uma lista de possíveis contribuintes com a guerrilha. Logo após o fim das operações de informação houve um ataque certeiro das Forças Armadas, aniquilando a Guerrilha e qualquer camponês que se envolveu minimamente com os guerrilheiros.

Os conflitos por terra continuaram na região mesmo após o extermínio da Guerrilha do Araguaia. Pouco tempo depois houve outra movimentação camponesa contra agentes do Estado querendo realocar terras dos posseiros da região. Esse conflito ficou conhecido como a “Guerra dos Perdidos”⁵⁵. Os métodos de repressão contra camponeses usados durante a Guerrilha

⁵⁵ “Entre 1976 e 1980 ocorreu na cidade de Piçarra a “Guerra dos Perdidos”, “revolta dos Perdidos” ou, como se referem alguns moradores, a “Segunda Guerrilha do Araguaia”. Tratou-se de um conflito em que os posseiros da região, antigos apoiadores dos guerrilheiros, resistiram armados às investidas do grileiro Luiz Erland, o Careca, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que pretendia deslocar os posseiros da área” (Mechi, 2014, p. 125).

continuaram a ser usados nos conflitos por terra mesmo após o extermínio dos guerrilheiros para desencorajar a formação de novas movimentações camponesas na luta por terra.

Até hoje a Guerrilha do Araguaia é um tema muito debatido e estudado, seus desfechos continuam relevantes na mídia e existem muitas questões ainda sem respostas sobre esse momento da história do Brasil. O presente trabalho firmou olhares em uma das maneiras usadas para reprimir os guerrilheiros, que se difere da comum violência e tortura que ocorrera na Ditadura Civil-Militar brasileira.

As Ações Cívico-Sociais (ACISO) são feitas até os dias de hoje pelas Forças Armadas, porém, aparentemente, sem o grande caráter ideológico que essas ações carregavam no período da ditadura. Na Guerrilha do Araguaia, pode-se constatar que essas ações tinham esse caráter ideológico muito presente e que a atuação assistencialista ficava em segundo plano.

Espera-se que o presente trabalho tenha ajudado a contribuir com os estudos sobre as Ações Cívico-Sociais (ACISO) e sobre a Guerrilha do Araguaia de uma maneira que ajude a entender o conflito em sua totalidade. Que este trabalho seja um pequeno passo para o aprofundamento nos estudos sobre as Ações Cívico-Sociais (ACISO) durante a Ditadura Civil-Militar e seu caráter ideológico e por muitas vezes repressivo.

Referências Bibliográficas

ARROYO, A. **Relatório Arroyo (1974)**. 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1726340-Relatorio-arroyo-1974.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BAUDRILLARD, J. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. 4. ed. Brasília: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério do Exército. **Os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia**. Brasília: Ministério do Exército, [s.d.].

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA**. O Incra. Publicado em 28 jan. 2020; atualizado em 15 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-incra> . Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Arquivo Nacional**. Apresentação. Publicado em 24 jul. 2023; atualizado em 25 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/apresentacao-2> . Acesso em: 10 jul. 2025.

CABRAL, P. C. **Xambioá: Guerrilha no Araguaia**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS FILHO, R. P. **A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)**. 1995. 239 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedade Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/ROMUALDO_PESSOA_CAMPOS_FILHO_1_A_214_mesclado.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

CAPIOTTI, D. M. **A “Intentona Comunista” ontem e hoje: representações do anticomunismo no Exército brasileiro**. Aurora, Marília, v. 16, n. 1, p. 61-78, jan./jun. 2023.

CARDOSO, L. C; MOREIRA, B. O. 1964 e o debate que não terminou: reflexões sobre a terminologia “civil-militar” e a natureza da nossa última ditadura. **Crítica Histórica**, ano 15, v. 15, n. 29, jun. 2024. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/17292/11720>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FMABC. **Projeto Rondon**. Disponível em: <https://fmabc.br/extensao/orgaos-independentes/projeto-rondon>. Acesso em: 27 abr. 2025.

COLETIVO BANDEIRA VERMELHA. **Guerra popular: o caminho da luta armada no Brasil**. Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Transcrição: Fernando A. S. Araújo. 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1969/01/luta.htm>. Acesso em: 27 abr. 2025.

COMBLIN, J. **Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Volume 1. Documentos sobre a Guerrilha do Araguaia. 2014a. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/658-documentos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Capítulo 14 Nota 86** - Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0021_d, p. 5. 2014b. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Capítulo 14 Nota 39** – Arquivo Nacional, Taís Morais: BR_DFANBSB_VAY_0058_d. 2014c. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2039,%2043,%2060,%2070,%2081%20-%20BR_DFANBSB_VAY_0058_d.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FAUSTO, B (org.). **O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (Segunda República, 1930-1945)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FRAGOSO, A. **Introdução ao estudo da guerra revolucionária**. Rio de Janeiro: Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, 1959.

FUINI, P. **Ditadura decreta o Ato Institucional nº 5**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 13 dez. 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/42239>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Ação Libertadora Nacional (ALN)**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-libertadora-nacional-aln>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6424>. Acesso em: 27 abr. 2025.

GUEVARA, E. **Textos Revolucionários**. Trad. Aton Fon Filho. 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

GORENDER, J. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2ª ed. Vol. 3. São Paulo: Ática, 1987.

GUIMARÃES, P. F. **Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais do Exército Brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)**. 2014. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

GRABOIS, M. **Diário da guerrilha – Maurício Grabois**. Carta Capital, 2013. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1973/12/diario.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **O Incra**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-incra>. Acesso em: 27 abr. 2025.

ISHAQ, V. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, G. A. B. **Estudo sobre o Projeto Rondon revela que misto de adesão e resistência marcou relação dos estudantes com a ditadura militar**. Notícias da UFMG, 25 abr. 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/043133.shtml>. Acesso em: 27 abr. 2025.

LOWY, M. **O pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MANDEL, E. **O lugar do marxismo na história**. Tradução: José Paulo Netto. 1990. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1990/mes/90.htm>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MAISEY, R. **A revolução argelina mudou o mundo para melhor**. Tradução: Guilherme Ziggy. Jacobina, 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/07/a-revolucao-argelina-mudou-o-mundo-para-melhor/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MARTINS FILHO, J. R. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 39-187, 2008.

MECHI, P. S. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. 401 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **De um racha no PCB, surge o PC do B**. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/pcdob-nasce-e-prega-cerco-a-cidade-pelo-campo>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. **Maurício Grabois**. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/mauricio-grabois/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. **Ângelo Arroyo**. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/angelo-arroyo/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MARXISTS. **Marxismo-leninismo**. Dicionário Político. [s.d.]. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo_leninismo.htm. Acesso em: 23 dez. 2024.

OLIVEIRA, D. L. Resenha: À sombra das maiorias silenciosas: O fim do social e o surgimento das massas. **Revista Científica Eletrônica da Faculdade de Piracanjuba**, vol. 3, n. 4, p. 139-147, jan/jun., 2023. Disponível em: <https://www.eadfaf.com/revista/index.php/v11/article/view/62/63>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ORDRE DE LA LIBÉRATION. **Maurice Bourgès-Maunoury**. Disponível em: <https://www.ordredelaliberation.fr/fr/compagnons/maurice-bourges-maunoury>. Acesso em: 27 abr. 2025.

PEREIRA, A. R. A colonização na Transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.23, n.2, p.54-77, jul./out.2015. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6369>. Acesso em: 09 jun. 2025.

PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/livros/patriota.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

REIS, N. F. I. **Cartografia de memórias: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no sudeste do Pará – Amazônia Oriental**. 2021. 372 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

REIS, N. F. I. MARCOS, V. MOREIRA, E. S. Transamazônica, Guerrilha do Araguaia e luta pela terra: a ocupação territorial no Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 34, n. 55, p. 175-189, Dez/2021.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SILVA, J. Serviços de Informações no Cone Sul: Interconexões sob a Égide da Doutrina de Guerra Revolucionária (1960-1990). **Libertas**. vol. 15. n. 1, jan/jun, 2015, p. 1-14. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18319/9542>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SHY, J.; COLLIER, T. W. Revolutionary war. In: PARET, P. (org.). **Makers of modern strategy**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

ZATTA, R.; VANNINI, I. A. As ações cívico-sociais do Exército Brasileiro na fronteira Brasil/Argentina durante a década de 1970. **Semina – Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 18, n. 3, p. 86–101, 2019. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/10502>. Acesso em: 10 jul. 2025.